



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET**  
Programa de Pós-Graduação em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

**O TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO  
GARÇAS (MT): CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ENDÓGENO NO MUNICÍPIO**

**JOÃO EDUARDO SÁ COSTA MOREIRA BRITO**

**Brasília – DF**

**2017**

# **JOÃO EDUARDO SÁ COSTA MOREIRA BRITO**

## **O TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (MT): CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ENDÓGENO NO MUNICÍPIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Turismo – do Centro de Excelência em Turismo – CET – da Universidade de Brasília – UnB – na linha de pesquisa Cultura e Sustentabilidade no Turismo, como requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Mario Carlos Beni

**Brasília – DF**

**2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB862t Brito, João Eduardo Sá Costa Moreira  
O Turismo e as Políticas Públicas no Município de Barra do Garças (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento do Turismo Endógeno no Município / João Eduardo Sá Costa Moreira Brito; orientador Mario Carlos Beni. -- Brasília, 2017. 140 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Políticas Públicas de Turismo. 2. Desenvolvimento Endógeno. 3. Barra do Garças (MT). I. Beni, Mario Carlos , orient. II. Título.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET**  
Programa de Pós-Graduação em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

**O TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO  
GARÇAS (MT): CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ENDÓGENO NO MUNICÍPIO**

**Data de aprovação:** 08/03/2017

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Mario Carlos Beni  
Orientador/Presidente da Banca  
CET – UnB

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Luiz Carlos Spiller Pena  
Membro Interno  
CET – UnB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natália de Sousa Aldrigue  
Membro Externo  
GEA – UnB

**Brasília – DF**

**2017**

Aos meus pais, Marilda Cecília de Sá Costa e João Bosco Moreira Brito, que sempre estão presentes e me apóiam nos momentos mais essenciais de minha vida, sendo a base mais valiosa e essencial em minha criação.

À minha companheira, Rayanne Aparecida da Costa Ávila, sempre ao meu lado e de braços abertos me oferecendo amor, aconchego e carinho em todos os momentos de minha jornada.

À minha avó, Adélia Pereira de Sá Costa (in memoriam), a perene gratidão pelas minhas primeiras letras, acompanhadas de paciência, amor e compreensão no início de minha caminhada.

Aos meus tios, exemplos de força, coragem e determinação.

## **AGRADECIMENTOS**

A busca pelo conhecimento se faz em uma jornada que precisa ser perene em nossas vidas. Todo e qualquer aprendizado se torna parte da pessoa, algo que nenhuma outra pessoa pode nos tirar. Torna-se assim um bem valioso, único e necessário para nosso crescimento pessoal, profissional e individual.

Em se tratando do Turismo, torna-se um aprendizado maior, pois esse fenômeno social é repleto de nuances e peculiaridades que nos ajudam a compreender motivações, desejos e especificidades presentes em todos os atores que nessa área atuam.

Venho aqui deixar meus agradecimentos a todos aqueles que se fizeram presentes nesse processo, seja de maneira direta ou indireta, para que essa pesquisa ganhasse corpo e pudesse ser realizada.

A meu Professor Orientador Dr.<sup>o</sup> Mario Carlos Beni, profissional de extrema competência e reconhecimento por todas as contribuições compartilhadas para o Turismo em âmbito mundial, e que teve toda dedicação para, com sua gama de conhecimento, me orientar e direcionar durante toda minha trajetória de pesquisa, possibilitando uma experiência única e inimaginável em minha vida acadêmica.

À Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo do CET – UnB, Professora Dr.<sup>a</sup> Marutschka Martini Moesch, responsável direta por toda gama de conhecimento compartilhado, capaz de expandir meus horizontes pessoais e acadêmicos, sempre acreditando e incentivando a busca pelo conhecimento de todos nós mestrandos, pelo incentivo à busca de conhecimento e entendimento das Ciências Sociais, capaz de permitir a construção dessa pesquisa com propriedade intelectual pelos autores apresentados.

Aos Professores que fizeram parte de minha Banca de Qualificação e de minha Banca Examinadora, que enriqueceram e contribuíram com críticas e sugestões construtivas para o aprofundamento dos temas apresentados na Pesquisa.

Aos professores Dr.<sup>o</sup> Neio Lucio de Oliveira Campos, Dr.<sup>a</sup> Neuza de Farias Araújo, Dr.<sup>a</sup> Eloisa Pereira Barroso, Dr.<sup>a</sup> Lana Magaly Pires e Dr.<sup>o</sup> Biagio

Mauricio Avena, que ampliaram de uma forma nunca antes imaginada a gama de conhecimentos e a sede pela busca permanente de ampliação do saber, com aulas que sempre nos guiavam para caminhos que pudessem contribuir para as práticas e saberes do Turismo, de modo agregado, interdisciplinar e transversal, desenvolvendo em nós alunos o senso crítico e o entendimento pela necessidade em buscar o aperfeiçoamento profissional e pessoal perenemente.

Por fim, mas com a mesma importância dos demais já citados anteriormente, a todos os colegas da Turma do Programa de Pós-Graduação em Turismo do CET – UnB, que em 2015 iniciaram essa trajetória juntamente a mim e se fizeram presentes em todos os momentos compartilhados no decorrer das disciplinas cursadas, permitindo momentos de companheirismo e troca de conhecimento, que com certeza irão levar para o resto de suas vidas todas as experiências compartilhadas graças a esse “saber-fazer” e “fazer-saber” que o Turismo representa a partir desse momento em nossas jornadas, através da peculiaridade presente em cada Estado de nossas origens geográficas.

## RESUMO

O presente projeto apresenta como objeto de estudo Barra do Garças, em Mato Grosso. Distante 500 km da Capital, Cuiabá, hoje é a cidade mais estruturada e desenvolvida economicamente e politicamente na Região Araguaia. Considerando a realidade existente em Barra do Garças e seus recursos culturais, sociais, ambientais e econômicos, o projeto visou analisar as políticas públicas de turismo no Município e se existe hoje participação na tomada de decisão e construção de políticas públicas para o turismo local. Para a compreensão da realidade turística no Município, utilizou-se como estratégia metodológica a abordagem qualitativa como processo de reflexão e análise da realidade, mediante aplicação de questionários junto aos atores e grupos locais de Barra do Garças e do Poder Público Estadual. Com o decorrer da pesquisa foi possível observar que da maneira como o turismo é trabalhado hoje em Barra do Garças, mostra-se como um modelo de baixa participação local, com ações desconexas, o que têm trazido impactos diretos na organização e estruturação do turismo, sem planejamento participativo. Fica nítido que é preciso empreender o turismo com ações condizentes, ordenamento territorial, monitoramento de possíveis impactos ambientais e instrumentos para se alcançar o turismo sustentável, responsável, o que não vêm ocorrendo. A partir do momento em que o turismo no município venha a ser construído de modo integrador, planejado, como instrumento para fortalecer a participação efetiva dos agentes regionais, seu planejamento tem tudo para ganhar força e consolidar Barra do Garças no âmbito local, regional, nacional e também mundial.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas de Turismo, Desenvolvimento Endógeno, Barra do Garças (MT<sup>1</sup>)

---

<sup>1</sup> Mato Grosso

## **ABSTRACT**

The present project presents as object of study Barra do Garças, in Mato Grosso. Distant 500 km from the Capital, Cuiabá, today is the most structured and economically and politically developed city in the Araguaia Region. Considering the existing reality in Barra do Garças and its cultural, social, environmental and economic resources, the project aimed at analyzing the public policies of tourism in the Municipality and if there is now participation in the decision making and construction of public policies for local tourism. For the understanding of the tourist reality in the Municipality, the qualitative approach was used as a process of reflection and analysis of the reality, through the application of questionnaires to the actors and local groups of Barra do Garças and the State Public Power. With the course of the research it was possible to observe that the way tourism is currently worked in Barra do Garças is shown as a model of low local participation, with disjointed actions, which have brought direct impacts on the organization and structuring of tourism, Without participatory planning. It is clear that it is necessary to undertake tourism with appropriate actions, territorial planning, monitoring of possible environmental impacts and instruments to achieve sustainable, responsible tourism, which have not been happening. Once the tourism in the municipality has been built in an integrated, planned way, as an instrument to strengthen the effective participation of regional agents, its planning has everything to gain strength and consolidate Barra do Garças at local, regional, national level And also worldwide.

**Keywords:** Public Tourism Policies, Endogenous Development, Barra do Garças (MT)

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MT – Mato Grosso

SISTUR – Sistema de Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PNMT – Política Nacional de Municipalização do Turismo

MTUR – Ministério do Turismo

FORNATUR – Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

CIDES – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Portal do Araguaia

SEMPHOSBAVIYUH – SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE BARRA DO GARÇAS

SISTUR – Sistema de Turismo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

UAVA – Unidade Avançada Vale do Araguaia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GO – Goiás

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Barra do Garças

FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

CADASTUR – Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas no Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SEMA – Secretaria do Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso

SEDTUR – Secretaria Adjunta de Estado de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso

PRODESTUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

SECITECI – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Projeto Final do Centro de Eventos de Barra do Garças.....	93
Figura 2: Obra do Centro de Eventos de Barra do Garças.....	94
Figura 3: Projeto Final do Centro de Eventos de Barra do Garças.....	94
Figura 4: Projeto Final do Centro de Eventos de Barra do Garças.....	95

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Modelo referencial do SISTUR proposto por Beni .....48

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
1. A RELAÇÃO ENTRE TURISMO LOCAL, DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO .....	22
1.1 TURISMO LOCAL E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO SUSTENTÁVEL .....	22
1.2 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO, CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS... 32	
1.3 O TURISMO ENQUANTO CAMPO EPISTEMOLÓGICO .....	47
2. O TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (MT): CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ENDÓGENO NO MUNICÍPIO .....	57
2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS .....	57
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (MT) .....	61
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM BARRA DO GARÇAS.....	63
2.4 CICLO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE O TURISMO EM BARRA DO GARÇAS .....	68
2.4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS .....	69
2.4.2 CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS .....	73
2.4.3 SECRETARIA ADJUNTA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO .....	74
2.4.4 COMUNIDADE LOCAL .....	77
2.5 APONTAMENTOS DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS COM OS ATORES LOCAIS .....	80
2.5.1 APONTAMENTOS – ENTREVISTA COM ATORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS .....	81
2.5.2 APONTAMENTOS – ENTREVISTA COM ATORES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS .....	83
2.5.3 APONTAMENTOS – ENTREVISTA COM ATORES DA SECRETARIA ADJUNTA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO .....	84
2.5.4 APONTAMENTOS – ENTREVISTA COM ATORES LOCAIS DE BARRA DO GARÇAS .....	86
2.6 ANÁLISE DO TURISMO EM BARRA DO GARÇAS .....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS .....	114
MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO .....	115
MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: CONSELHO MUNICIPAL DE.....	116

MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: COMUNIDADE LOCAL.....	117
MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: SECRETARIA ADJUNTA DE .....	118
MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: SECRETARIA ADJUNTA DE .....	119
MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: SECRETARIA DE TURISMO DE.....	120
MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: SEMPHOSBAVIYUH –.....	121
APÊNDICES .....	122
APÊNDICE I: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS.....	123
APÊNDICE II: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS.....	125
APÊNDICE III: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS.....	127
APÊNDICE IV: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS.....	129
APÊNDICE V: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS.....	131
APÊNDICE VI: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA ADJUNTA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO (COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO DO TURISMO) .....	133
APÊNDICE VII: ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DA COMUNIDADE LOCAL.....	135
APÊNDICE VIII: ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DA COMUNIDADE LOCAL.....	137
APÊNDICE IX: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS (MT) LEI 3.723 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	139

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deve estar relacionado à busca por uma sociedade melhor, ligado a um sistema integrado, cujo conteúdo precisa ser formado e determinado por valores inclusivos, participativos e com viés para o desenvolvimento sustentável.

Depende de caminhos que possam ampliar o desenvolvimento local, vindo de encontro com a necessidade da promoção de liberdades substantivas, ligadas ao atendimento das necessidades básicas aos cidadãos, e precisa ser visto como um processo endógeno de mudança, que leve ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida.

Ao se propor o desenvolvimento endógeno, é pertinente apresentar sua definição. Define-se desenvolvimento **endógeno** como algo referente à causa interna, que tem origem e se desenvolve no interior (ENDÓGENO, 2017), ou seja, as pessoas que residem e representam determinado local, por conhecerem suas peculiaridades e se tornam então agentes de mudanças.

O cidadão precisa ser visto como essencial, ter acesso a bens e serviços e com possibilidade de ser ouvido, com acesso às discussões e propostas de construção de políticas que estejam voltadas ao local, com homogeneidade, solidariedade, cooperativismo e proximidade para valorizar a autenticidade presente na realidade onde vive.

As políticas públicas hoje se mostram distantes dos legítimos interesses e participação dos atores locais, que não são inseridos nesse contexto, e ao invés de agregar e construir uma unidade participativa acaba por desencadear as tradicionais políticas econômicas “de cima para baixo”.

Para se conciliar políticas públicas, desenvolvimento regional e os agentes locais, é pertinente que se perca o caráter apenas didático, que o conhecimento não fique apenas em sala de aula, e que se consiga colocar em prática junto aos atores locais essa teoria, para que se compreenda na prática, com os caminhos sendo construídos e com resultados visíveis, que o processo de planejamento é essencial para se almejar um crescimento integrador.

Atualmente se vive em uma sociedade baseada na força de modelos econômicos, em detrimento aos direitos políticos e sociais, visando o progresso a qualquer custo, sempre com o poder de decisão nas mãos de poucos.

O cidadão deve buscar a transformação para o desenvolvimento endógeno, sustentável, rompendo com processos hoje impostos quanto à urbanização, industrialização e crescimento econômico, com disparidade em relação à distribuição de renda e falta de diálogo que afasta e desmotiva o cidadão.

No turismo não tem sido diferente. A questão que sempre norteia o entendimento do mesmo está relacionada ao fato de que seu caráter prioritariamente econômico em detrimento a questões políticas, sociais e ambientais evidencia apenas a necessidade do lucro.

O Turismo precisa começar a ser visto como uma área do conhecimento que, quando bem planejado, tende a agregar perspectivas relacionadas ao desenvolvimento e sustentabilidade e não apenas ter caráter estritamente econômico e excludente.

Para isso, construir diretrizes e uma base consistente quanto às necessidades para o núcleo receptor, que é formado por um conjunto de bens e serviços, necessita promover o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado.

É um pertinente caminho para se criar processos de desenvolvimento regional, consolidando e agregando valor quanto aos serviços e equipamento turísticos presentes na localidade, além de permitir que o turismo assuma papel de sinergia local.

No Brasil, existe potencial turístico vasto, com riquezas naturais, culturais, gastronômicas e ainda o fator da hospitalidade como um diferencial no turismo receptivo.

Hoje, porém, se carece de políticas públicas continuadas para o turismo, que possam ser construídas para uma efetiva participação das pessoas, para se pensar em experiências turísticas através das trocas entre os moradores e os visitantes, e não apenas o turismo enquanto atividade.

É preciso que se reflita sobre os modelos de políticas públicas e planejamento turístico atuais, seu caráter pouco participativo e com pouca

preocupação com o local, com a sustentabilidade e com o desenvolvimento endógeno, para que mudanças positivas possam ocorrer.

O turismo pode e deve contribuir para a redistribuição espacial e ainda aliviar a falta de oportunidades em uma localidade, mas para isso é preciso que se tenha em mente aonde se quer chegar.

O local e seus respectivos agentes de transformação precisam ser vistos enquanto construtores da identidade do território, do pertencimento do local, das trocas materiais e imateriais, da rotina de trabalho e lazer.

Buscar o desenvolvimento para uma localidade e/ou região turística depende de então de premissas bem definidas com a preocupação quanto à sustentabilidade e degradação ambiental, atreladas às oportunidades para combater as desigualdades sociais e a falta de participação coletiva.

Além disso, o planejamento turístico precisa ter premissas bem claras quanto à necessidade de sustentabilidade e presença do poder público, da iniciativa privada e da comunidade local na condução dos processos de planejamento turístico, onde o trabalho de construção integrado possa ser capaz de amenizar possíveis conflitos e interesses individuais.

As políticas públicas devem levar em conta sua construção social, com objetivos que possibilitem definir potencialidades e peculiaridades, identificar e diferenciar riquezas locais de modo que o planejamento, cerceado pelos objetivos definidos nas políticas públicas, possa pressupor a explicitação do que se entende por planejamento para o desenvolvimento endógeno.

Vindo de encontro com esses anseios expostos anteriormente, o presente Projeto apresenta como objeto de estudo o município de Barra do Garças localizado na região Araguaia, em Mato Grosso.

Distante cerca de 500 km da capital do Estado, Cuiabá, hoje Barra do Garças é a cidade mais estruturada e desenvolvida economicamente e politicamente na Região Araguaia.

Possui atrativos históricos, culturais, naturais e gastronômicos, mas sem uma base de estudo consistente sobre qual a realidade existe hoje quanto ao entendimento das políticas públicas de turismo e de como tem se dado o papel de participação dos atores locais nesse processo turístico.

É necessário que se compreenda o trabalho hoje desenvolvido no município, como vem sendo direcionadas as ações para o turismo, a

importância do planejamento participativo e ainda se as potencialidades locais vem sendo valorizadas.

A análise dos fatos relacionados ao contexto social, político, ecológico, econômico e cultural se mostram necessárias, e vem de encontro com a busca em se ouvir os atores locais para saber se os mesmos vêem Barra do Garças como uma localidade turística, e se querem o desenvolvimento do turismo no município, para que, em caso positivo, o mesmo possa ser melhor estruturado.

O problema da pesquisa, eixo norteador de nosso trabalho, está embasado na seguinte questão: considerando a realidade existente em Barra do Garças e os seus recursos culturais, sociais, ambientais e econômicos, as políticas públicas de turismo implantadas no Município, tem contribuído para inserir os atores e grupos de atores locais na promoção do desenvolvimento local?

Como objetivo geral, buscamos analisar a percepção dos atores e grupos de atores locais quanto ao processo turístico e se existe hoje participação na tomada de decisão e construção de políticas públicas para o turismo em Barra do Garças.

Os objetivos específicos são: avaliar as ações e projetos relacionados ao campo do turismo ocorridos no município de Barra do Garças; analisar a percepção dos diferentes atores locais (e grupos de atores) sobre o processo de desenvolvimento local através do turismo; compreender como vêm ocorrendo as formas de participação nos processos decisórios ou na construção de políticas públicas para o turismo em Barra do Garças; analisar quais instrumentos podem ser inseridos para os processos de desenvolvimento endógeno em Barra do Garças a partir do modelo do SISTUR<sup>2</sup>.

Para construir o desenvolvimento, as seguintes questões nortearam o Projeto: Quais condicionantes podem ser trabalhadas para auxiliar no desenvolvimento endógeno a partir do (ou pelo) turismo em Barra do Garças? Como tem sido a participação dos atores e grupos de atores locais nos processos de concepção, implementação (execução), monitoramento (acompanhamento) e avaliação de políticas públicas no município? Como tem sido o entendimento do turismo e de políticas públicas voltadas ao turismo, por

---

<sup>2</sup> Sistema de Turismo

parte dos gestores locais para o fomento do turismo no município através de possíveis ações e projetos implantados em Barra do Garças?

Para a compreensão da realidade turística no Município, utilizou-se como estratégia metodológica a abordagem qualitativa como processo de reflexão e análise da realidade, através da utilização de métodos e técnicas para entendimento do objeto de estudo, mediante aplicação de questionários semi-estruturados junto aos atores e grupos locais (Barra do Garças) e aos atores do Poder Público Estadual (Secretaria Adjunta de Estado de Desenvolvimento do Turismo).

Os questionários foram aplicados entre os meses de outubro de 2016 a fevereiro de 2017, junto ao Conselho Municipal de Turismo; Comunidade Local; Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Adjunta de Estado de Desenvolvimento do Turismo (na Coordenação de Infraestrutura Turística e na Coordenação de Pesquisa e Planejamento do Turismo).

Essas informações nos deram subsídios para, através do método exploratório e descritivo, realizar a análise documental e observação de fatos que se aplicam ao objeto de estudo através das respostas obtidas em campo para construir o Projeto em dois Capítulos.

O Capítulo 1 apresenta conceitos e definições de turismo, desenvolvimento, desenvolvimento endógeno e políticas públicas de turismo, com conhecimento que venha a auxiliar com perspectivas relacionadas ao desenvolvimento e sustentabilidade, conforme diálogo com autores como Beni, Boisier, Coriolano, Echavarría, Hall, Moesch, Molina, Paiva, Sachs, Salvati, Santos, Wolfe, entre outros, dentro dos seguintes tópicos: **Turismo Local e Desenvolvimento Endógeno Sustentável, Turismo e Políticas Públicas: Planejamento, Condicionantes e Perspectivas, O Turismo Enquanto Campo Epistemológico.**

O Capítulo 2 está dividido em dois momentos: o primeiro voltado para a **Caracterização do município de Barra do Garças, Dados quanto à sua criação municipal, História e Turismo no Município.** O segundo relacionado com o **Diálogo junto aos Atores e Grupos de Atores Locais, com a Aplicação dos Questionários e Entrevistas** para compreensão *in loco* da realidade e peculiaridades do Turismo no Município e na região Araguaia.

É nítido o potencial turístico existente tanto no município quanto na Região Araguaia. Mas é evidente a necessidade em (re)organizar e (re)significar a estrutura de política e planejamento turístico existente em Barra do Garças, onde os atores locais consigam definir critérios elegíveis e claros para se buscar a participação coletiva no processo.

A pesquisa permitiu consolidar informações capazes de compreender o contexto local, as possibilidades de crescimento que tornem a região um destino indutor do turismo não apenas no Araguaia, mas também dentro de Mato Grosso e possivelmente na região Centro Oeste.

Espera-se que novas pesquisas possam surgir futuramente a partir dessa, para um aprofundamento da necessidade de construção de um turismo sustentável, participativo e incluyente, norteando os envolvidos quanto à importância e necessidade de um pensamento linear e coeso, algo valioso para se consolidar um novo caminho repleto de possibilidades.

# **1. A RELAÇÃO ENTRE TURISMO LOCAL, DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO**

Esse capítulo busca, através de conceitos e definições relacionados ao turismo, ao desenvolvimento, desenvolvimento endógeno e sobre as políticas públicas de turismo, abordar essas definições e como elas podem ser relacionadas com o conhecimento que, quando bem planejado, possa auxiliar com perspectivas relacionadas ao desenvolvimento e sustentabilidade, conforme será visto através do diálogo com autores como Beni, Boisier, Coriolano, Echavarría, Hall, Moesch, Molina, Paiva, Sachs, Salvati, Santos, Wolfe, entre outros.

## **1.1 TURISMO LOCAL E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO SUSTENTÁVEL**

Quando se trata do desenvolvimento endógeno, a região precisa estar intrinsecamente agregada aos fatores internos, de modo que esses possam se transformar em impulsos externos para o crescimento alicerçado no desenvolvimento da sociedade.

Wolfe (1976) entende que desenvolvimento está relacionado à busca por uma sociedade melhor, ligado a um sistema integrado, cujo conteúdo é formado e determinado por valores e preferências das forças dominantes da sociedade, vendo as estratégias capitalistas como prioritárias para o desenvolvimento, demonstrando assim que alguns autores ainda têm visão prioritária com o caráter apenas econômico.

Ao se falar em desenvolvimento, principalmente o sustentável, é interessante buscar o entendimento de desenvolvimento fora apenas do caráter econômico. De acordo com Sachs (2004), o desenvolvimento possui caráter multidimensional e depende em sua essência de estratégias includentes, sustentáveis e sustentadas, mostrando que o mesmo precisa ter caráter participativo dos atores locais.

Depende de variáveis que possam ser provedoras do processo de desenvolvimento e não sejam restritivas apenas a fatores como PIB<sup>3</sup>, industrialização e avanço tecnológico, por exemplo (SEN, 2010).

É preciso compreender que o desenvolvimento depende de caminhos que possam ampliar o desenvolvimento local, vindo de encontro com a necessidade da promoção de liberdades substantivas, ligadas ao atendimento das necessidades básicas aos cidadãos (SEN, 2010), trazendo novamente a necessidade de que se pense nos atores e grupos de atores locais, através de sua participação direta, efetiva.

Buarque (2002) compreende o desenvolvimento local através das perspectivas de globalização e descentralização, que, mesmo apresentando relação com desenvolvimento local, são independentes, sem necessariamente apresentar relação direta entre si.

Isso mostra que ambos podem acontecer de forma independente, mas caso sejam trabalhados em conjunto podem potencializar de forma mútua seus efeitos, para a consequente construção do desenvolvimento local (BUARQUE, 2002).

Tal fato pode ser evidenciado quando, para reforçar esse argumento, Buarque (2002) mostra que de um lado a globalização pode auxiliar nos processos de vantagens competitivas e dinamismo econômico, mas se não for bem estruturado pode levar a perda de identidade local e dominação política diante dos menos favorecidos.

Com relação à descentralização, a mesma pode incentivar a promoção da democracia de forma participativa, com participação social, democratização local, mas que pode levar à incorrência de estrutura de dominação local (BUARQUE, 2002).

Progressos significativos podem ser alcançados mediante o crescimento econômico que, embora necessário, deve possuir apenas caráter instrumental, pois o desenvolvimento não pode ocorrer sem o crescimento local (SACHS, 2004), sem deixar de lado então o social, os atores locais.

O desenvolvimento local pode ocorrer desde que seja visto como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida” (BUARQUE, 2002, p. 25).

---

<sup>3</sup> Produto Interno Bruto

Para se pensar no desenvolvimento com caráter incluyente, o planejamento se faz necessário, através da busca do crescimento econômico e buscar fazê-lo de modo socialmente necessário (SACHS, 2004), algo que demanda tempo, pois alinhar os grupos locais, cada um com sua peculiaridade, não é tarefa simples.

Os atores locais precisam compreender, enquanto caráter de participação, a necessidade de tornar parte de algo, ou fazer parte, onde a comunidade precisa assumir sua responsabilidade quanto à tomada de decisão para possíveis projetos de desenvolvimento (ECHAVARRÍA, 2013).

O indivíduo precisa então ser visto como essencial, com acesso a bens e serviços e com possibilidade de serem ouvidos, uma vez que “o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras” (SEN, 2010, p. 18).

É preciso que os atores venham a ter acesso às discussões e propostas de políticas que sejam voltadas ao local depende da busca pela homogeneidade, solidariedade, cooperativismo e proximidade para valorizar a autenticidade presente na base local, popular, conforme defende Echavarría (2013).

É preciso então planejar, com estratégias que possam focar nas oportunidades de crescimento produtivo (geração de empregos) para melhorar o desempenho com base local em termos de taxas de crescimento e investimento (SACHS, 2004).

Wolfe (1976) acredita que o elemento central para o desenvolvimento depende da produção *per capita*, da industrialização, o que é trabalhado e faz parte da concepção de muitos agentes do poder público, empresários e responsáveis pelo planejamento de projetos locais, mostrando que ainda se tem com forte apelo o caráter econômico, mas com um viés de participação, de tentativas de inclusão.

Wolfe (1976) volta a reforçar essa idéia quando entende que o desenvolvimento está relacionado a processos de crescimento e possíveis mudanças sociais, inter-relacionados e que são processos que se revestem de uniformidades (delimitados pelas fronteiras geográficas) e ainda pela

singularidade e peculiaridade presentes na formação dos países e dos atores que os compõe.

Para romper paradigmas como esse é preciso buscar caminhos para permitir a participação nas escolhas sociais e tomada de decisões públicas, onde essas oportunidades possam contribuir para o desenvolvimento local (SEN, 2010), que possa gradativamente se fazer inclusivo e participativo.

Ao se pensar no desenvolvimento, é necessário então compreender que o mesmo ainda deve apresentar, enquanto objetivo, a geração de emprego (SACHS, 2004), com possibilidade de se mostrar um caminho e incentivo àqueles que trabalham no turismo de modo informal para assim, fortalecer a base local pelas oportunidades apresentadas.

Permitir aos atores locais a ampliação de sua participação na discussão de políticas públicas depende da busca para que as mesmas sejam efetivas com base local, participativas, conforme apresenta Sem (2010).

Os pesquisadores possuem então papel importante para esse contexto, uma vez que podem ajudar nesse intuito, mas precisam buscar entender a dinâmica das relações entre o poder público e o cidadão, para que se possa fornecer elementos para uma avaliação da estrutura atual e os caminhos que se espera construir (PEREIRA, 2008).

Fica evidente então que as teorias de desenvolvimento precisam fortalecer a idéia da política da participação, buscando facilitar a compreensão dos modelos democráticos para superar as possíveis crises de legitimidade do Estado, valorizando a premissa da sustentabilidade (ECHAVARRÍA, 2013).

Sen (2010, p. 20) reforça essa teoria uma vez que entende que a contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico “é obviamente importante, mas vêm depois do reconhecimento da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes”

Boisier (1996) também vem de encontro com essa premissa, uma vez que acredita ser preciso compreender a estrutura sistêmica no território, descentralizando e organizando as ações de modo a construir essa inter-relação entre os objetivos que se busca e o papel do território para projetar cenários futuros.

É fundamental então que os agentes locais conheçam sua importância, e atuem na construção de ferramentas adequadas para impulsionar a construção de políticas que privilegiem a promoção do desenvolvimento.

Para Sachs (2007), muito se tem discutido sobre a responsabilidade dos cientistas, relacionada ao pensamento de um desenvolvimento que possa ser incluyente, sustentável e sustentado, mas é preciso ter o envolvimento dos atores locais nos processos decisórios.

O caráter sustentável vem ainda de encontro com a visão apresentada por Oliveira (2003) acerca da preocupação quanto à sustentabilidade, que precisa oportunizar condições que reduzam o abismo entre ricos e pobres, com a busca pela eficiência econômica com base em termos macrossociais.

Existe ainda a necessidade de utilização menos abusiva no que tange termos econômicos e socioambientais na questão da intervenção humana na natureza, na busca pelo equilíbrio rural-urbano a fim de se evitar a hiperurbanização e se consiga o respeito e estímulo à valorização dos elementos, valores e saberes locais (OLIVEIRA, 2003).

Incorporar a territorialidade nos projetos políticos locais é algo que permite e estimula a maleabilidade tanto na estrutura governamental quanto administrativa (BOISIER, 1996) e é um caminho que, por ser trabalhoso, precisa começar a ser construído o quando antes.

Oliveira (2003) também remete a essa preocupação, pois entende que o desenvolvimento de uma região, além de ser resultado obtido a longo prazo, é um trabalho constante e integrado entre a necessidade de alocação de recursos, política econômica e ativação social.

Faz-se necessária a disponibilidade de recursos, tomada de decisões em âmbito local com ações políticas e setoriais, visando participação da comunidade local, onde esse conjunto de fatores deve buscar a qualidade de vida e conscientização quanto às preocupações sustentáveis.

Além disso, estimular o surgimento da imaginação criativa, ativando tanto a função de condução política quanto da participação social é uma maneira de se construir liderança territorial e ainda liderança política (BOISIER, 1996).

As políticas públicas se mostram cada vez mais distantes dos legítimos interesses e participação dos atores locais, que não se sentem inseridos nesse

contexto, e ao invés de agregar e construir uma unidade local acaba por desencadear as tradicionais políticas econômicas “de cima para baixo”.

Pereira (2008) entende que é interessante agregar conhecimento, capaz de permitir que as políticas públicas sejam multidisciplinares (abrangendo temas e questões em comum entre as ciências), intervencionistas (conhecendo e interferindo no objeto de estudo a fim de mudá-lo) e ainda normativas (interagindo entre como é atualmente a realidade e como deveria ser) combatendo então essa visão excludente e de cima para baixo como ocorre.

Para se conciliar políticas públicas, desenvolvimento regional e os agentes locais, de modo organizado, é necessário que se perca o caráter apenas didático, para que se compreenda que o processo de planejamento é essencial para se almejar um crescimento integrador através da prática.

O caráter público deve estar relacionado ao conjunto de ações que possam solucionar ingerências entre o estado e a sociedade, guiando-se a partir dos interesses comuns, públicos (PEREIRA, 2008).

Cabe aos atores locais construir diálogo, para se fundamentar e colocar em prática a possibilidade de emancipação dos paradigmas impostos ao longo do tempo, elevando assim o grau de participação e compartilhamento dos fatores locais (sociais, econômicos, ambientais, culturais).

Assim, as premissas do desenvolvimento sustentável precisam ser conhecidas e colocadas em prática por parte dos agentes do turismo, replicando-as junto à comunidade local, para que se possa antecipar e evitar problemas de um colapso no futuro dos recursos naturais, algo que não é preocupação por parte da sociedade atual do consumo, que está voltada apenas para com o crescimento sem planejamento e não sustentável.

Buarque (2002, p. 70) apresenta como definição de desenvolvimento sustentável a “transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das relações com a natureza, renunciando uma sociedade com equidade social e conservação ambiental”.

O desenvolvimento sustentável precisa estar assentado em três pilares interdependentes: do crescimento econômico, da equidade social e da qualidade de vida, e ainda da conservação ambiental.

Paiva (2005) aponta que é interessante propor a regionalização que minimize os riscos de se incorrer em falácia ecológica na identificação das

atividades dinamizadoras, o que leva a pensar na questão da regionalização que possa maximizar a acumulação de capital social atual e potencial, ou seja, buscar alternativas para o processo de planejamento e desenvolvimento.

Buarque (2002, p. 68) argumenta ainda que o propósito central de uma proposta de desenvolvimento sustentável consiste em “implementar iniciativas e ações que gerem, ao mesmo tempo, uma maior equidade, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade econômica”.

Entra então a possibilidade do sistema de governança que, com estrutura regulatória de ações, projetos e participação dos agentes locais, pode ser base para o desenvolvimento sustentável.

Mas é preciso compreender do que se trata o sistema de governança, que vem sendo utilizado de maneira bem eclética por diferentes ramos das ciências sociais.

Bursztyn (2013) apresenta que a origem do sistema de governança está relacionada à esfera da gestão de organizações, ou seja, da governança corporativa, mas que tem apresentado forte uso na ciência política, sendo trabalhado como governança pública.

Bursztyn (2013, P. 160) trás uma definição que pode auxiliar nesse entendimento quando apresenta que a

governança consiste na distribuição de poder entre instituições de governo; a legitimidade e autoridade das instituições de governo; as regras e normas que determinam quem detém poder e como as decisões sobre do exercício da autoridade são tomadas; relações de responsabilização entre representantes e agencias do Estado, e entre esses representantes e agencias e os cidadãos; a habilidade do governo em fazer políticas, gerir os assuntos administrativos e fiscais do Estado, e prover bens e serviços; e o impacto das instituições e políticas sobre o bem-estar público.

Dessa forma, a governança precisa ser vista como uma possibilidade de se redistribuir os poderes e tomadas de decisões, mas sem obrigatoriamente ampliar o grau de justiça e de repartição de benefícios.

Entender a mobilização com base local, eleger critérios, definir ações e o planejamento são ferramentas que serão responsáveis pelo suporte inicial, mas não podem ser vistas nem trabalhadas de modo estático.

É fundamental que no processo de avaliação do trabalho regionalizado, para atender à integração, endogenia, equidade das redes de cooperação, se tenha a participação coletiva objetivando identificar e hierarquizar os critérios ligados à efetividade das políticas de desenvolvimento regional.

Santos (1993) acrescenta à essa preocupação descrita acima que uma grande quebra de paradigmas a ser trabalhada está relacionada à realidade do Brasil e demais localidades economicamente periféricas, onde a organização e a produção do espaço nos moldes capitalistas, evidencia que existem consumidores e usuários de bens e serviços, criados em um modelo de desenvolvimento mercantilizado.

Isso porque vivemos em uma sociedade baseada na força de modelos econômicos, em detrimento aos direitos políticos e sociais, em prol do progresso. Progresso esse que se diz coletivo, para todos, mas que se vivencia estar sempre nas mãos de poucos.

Dessa forma, conciliar a necessidade do cidadão em buscar a transformação, apresenta de um lado a necessidade do desenvolvimento endógeno, sustentável, mas ainda deixado de lado graças ao viés da industrialização e crescimento econômico, com disparidade em relação à distribuição de renda, problemas que afastam e desmotivam o cidadão.

O cidadão, enquanto possível agente participativo e de transformação, precisa saber por meio de ações de inserção qual é seu papel, sua importância, e necessita com isso da busca pelo reaprendizado da cidadania, de se sentir inserido nos processos, defende Santos (1993).

De encontro a essa busca pelo reaprendizado da cidadania, a eficiência de políticas integradoras é um caminho para permitir ações que convirjam para os interesses coletivo-participativos, com efeitos multiplicadores dentro da dinâmica de desenvolvimento endógeno sustentável.

Vieira (2012) entende que é difícil quantificar o desenvolvimento, principalmente no aspecto regional. De fato, busca-se constantemente padronizar a tipologia quando se aborda o desenvolvimento, de modo a tentar classificá-lo como econômico, político, social ou cultural, o que não tem valorizado a necessidade de um modelo integrante a todas essas possibilidades.

O desenvolvimento nos dias atuais está condicionado às ações conjuntas de transformações (VIEIRA, 2012), o que vem de encontro com a preocupação de que não se pode ficar apenas no campo teórico quanto ao desenvolvimento regional, precisa ser colocado em prática de modo participativo.

Assim, é preciso harmonizar a distribuição dos recursos de maneira a correlacionar as dinâmicas locais para auxiliar na caracterização e contribuição para o desenvolvimento regional, fortalecendo as peculiaridades territoriais.

Cabe então aos gestores locais repensar suas ações e seu planejamento quanto às reflexões na aplicabilidade de conceitos e modelos de desenvolvimento que estejam diretamente relacionados à participação efetiva dos agentes locais de modo a contribuir para a qualidade de vida local.

Muitas das vezes, a realidade encontrada em determinadas localidades, por apresentar políticas fragmentadas, acaba comprometendo a possibilidade de participação por parte de organismos internacionais de financiamento e cooperação, tamanha desconexão existente que torna todo o processo oneroso e burocrático (ECHAVARRÍA, 2013).

Boisier (1999) compreende que é preciso valorizar a coesão social e o direito de afirmar as tradições e cultura local. É fundamental que a presença dos agentes locais possa abranger as preocupações acerca de qualidade de vida e grau de conhecimento (educação), índices ligados ao desenvolvimento humano.

O desenvolvimento econômico para ocorrer depende da transformação da estrutura social, onde se não houver um trabalho articulado de distribuição de renda, ocorre ameaça séria contra a democracia, afirma Lima (2013).

Os elementos que compõe o planejamento para o desenvolvimento endógeno precisam se tornar um fator viável pela busca do desenvolvimento, envolvendo as esferas econômica, tecnológica, social e democrática, com base no viés sustentável e integrador.

Criar sinergia e interdependência é uma possibilidade para permitir que os agentes locais sintam-se inseridos no contexto do desenvolvimento endógeno, capazes de auxiliar no processo “multidimensional, construtivista, qualitativo em sua essência e intangível por consequência” (BOISIER, 1999, p. 5), algo ligado ao planejamento e gestão territorial.

Potencializar o coletivo, a capacidade de organização e participação, é uma maneira de construir um caminho capaz de realizar mudanças qualitativas e valorizar as peculiaridades presentes no processo da formação territorial.

Ander-Egg (1995) compreende que o planejamento é um processo que precisa ser visto e trabalhado como uma atividade contínua e unitária, de modo que sua compreensão permita quando necessário os ajustes constantes no que diz respeito aos meios, atividades e fins que se deseja para uma região.

O conjunto de ações e decisões deve ser formulado pelos agentes locais, responsáveis por elaborar o plano ou programa, devendo apresentar uma intencionalidade prática e concernente com o futuro (ANDER-EGG, 1995).

É fundamental que aspectos como a necessidade de se identificar os meios mais adequados para aplicação de recursos, organização das relações entre os meios e os objetivos, além da definição de pautas esteja coerente e condizente com a realidade local para tomada de decisões (ANDER-EGG, 1995).

Assim, aspectos globais (relação entre a questão social e espacial), setoriais (integração entre as áreas governamentais), nacionais (inter-relação entre os governos Federal, Estadual e municipais), regionais (criação de relação no território) e ainda os aspectos locais (ações programadas a nível municipal), precisam ser compreendidos por todos (ANDER-EGG, 1995).

O caráter político, econômico, tecnológico e a organização interna precisam estar embasados no caráter sustentável, extremamente vital para que a região mantenha sua perenidade para a construção e/ou fortalecimento de sua identidade territorial.

O desenvolvimento endógeno precisa estar relacionado com a dinâmica de crescimento e vai depender da elaboração de políticas perenes, fortes e participativas, que integrem o social, o cultural e o sustentável, que priorize os valores locais, buscando a participação e estratégias para o planejamento territorial, intrínsecas ao fator endógeno (CORIOLANO, 2006).

Ao se propor uma atuação integrada e multissetorial, é pertinente se pensar na criação de programas regionais, com eixos estruturantes, buscando assim em uma escala mesorregional o fortalecimento da base local e dinamização econômica de modo participativo em todos os níveis necessários.

Apesar das sucessivas tentativas de planejamento e desenvolvimento integrado e sustentável do turismo no Brasil, a fragilidade ainda está presente na maioria das regiões do País.

É fundamental então que os agentes locais no âmbito do Brasil, sejam os gestores públicos, a iniciativa privada ou a comunidade local, entendam que podem e devem tornar-se instrumentos de integração que articulam e gerenciam projetos com parceiros do primeiro, segundo e terceiro setores, para que, quando necessário, possam ocorrer modificações em suas concepções (competição, cultura, fatores sociais, tecnologia da informação).

## **1.2 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO,CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS**

O Brasil diante de sua extensão territorial de proporções continentais possui potencial turístico vasto, com riquezas naturais, culturais, gastronômicas e ainda tem o fator da hospitalidade como um diferencial no turismo receptivo.

Porém, no caso da realidade brasileira, um obstáculo que têm comprometido o desenvolvimento de seu mercado interno está relacionado ao baixo nível de renda e de participação da população, o que acaba por desencorajar o investimento de capital para mais aportes em território brasileiro (NERY, 2013).

O fato de o turismo ser uma prática social e de seu espaço ser o principal objeto de consumo (CRUZ, 2000) mostra um diferencial do turismo em comparação com outras atividades econômicas ou produtivas.

É fundamental que se entenda que é no território onde desembocam as ações, as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, ou seja, onde a história do homem se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS, 2007).

É preciso então refletir sobre os modelos de políticas públicas e planejamento turístico atuais, com caráter pouco participativo e com pouca preocupação com o local, com a sustentabilidade e com o desenvolvimento endógeno.

O turismo pode contribuir para a redistribuição espacial e ainda alívio da falta de oportunidades em uma localidade, mas é preciso que se tenha em mente aonde se quer chegar e quais os critérios hoje existentes no que tange a remuneração para postos de emprego advindos do turismo (CRUZ, 2000).

Hoje se carece de políticas públicas continuadas para o turismo, que possam ser construídas para uma efetiva participação das pessoas, em seu processo de concepção, para se proporem experiências turísticas e não apenas o turismo enquanto atividade.

Levar para fora da academia temas e conceitos relacionados a desenvolvimento local, endógeno e sustentável, governança, capital social gestão e participação social, relacionando-os ao território é uma forma de buscar a re-significação desse entendimento por parte dos atores locais, de modo prático, vivenciando a todos essas teorias.

Compreender que o turista atual está em busca de conhecer as raízes culturais, os detalhes de onde está visitando, a rotina de vida daqueles que o recebem, é essencial para romper com aquela forma de se fazer turismo de massa, que não possibilita ao turista viver as sensações de pertencimento local e troca de experiências entre quem visita e quem recebe.

O local e seus agentes de transformação precisam ser vistos como formadores e estarem presentes enquanto construtores da identidade do território, do pertencimento, do local, das trocas materiais e imateriais, da rotina de trabalho e lazer, de se fazerem ouvidos.

Levar em conta a potencialidade local é uma possibilidade de se buscar desenvolvimento para uma localidade e/ou região turística. As premissas de preocupação quanto à sustentabilidade e degradação ambiental, atreladas às desigualdades sociais também não podem ser deixadas de lado.

As políticas territoriais, ao serem implantadas seguindo perspectivas unilaterais, ignoram os anseios das comunidades locais no que se refere a participação e condução das políticas públicas (LIMA, 2013).

Assim, o planejamento turístico precisa ter premissas bem claras quanto à necessidade de sustentabilidade por parte dos atores ligados ao turismo, na construção dos processos de planejamento turístico, para que se tenham ações construídas coletivamente visando o desenvolvimento e envolvimento participativo de todos os agentes.

As políticas públicas precisam levar em conta sua construção social, com objetivos que possibilitem definir potencialidades e peculiaridades locais, identificando e diferenciando as riquezas locais de modo que o planejamento, cerceado pelos objetivos definidos nas políticas públicas, possa ser visto como “uma tarefa que pressupõe a explicitação do que se entende por planejamento para o desenvolvimento endógeno” (PAIVA,2005, p. 2).

Fortalecer a importância do turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento local, atrelado às possibilidades de desenvolvimento que não seja apenas em seu caráter econômico, é uma necessidade de buscar resultados mais perenes e estruturantes para a localidade, desde que se torne algo inclusivo, participativo a todos os entes que compõe o local.

É preciso que se compreenda que por não ser um processo simples, esse trabalho de construção de ações participativas e includentes precisa ser iniciado o quanto antes, para que gradativamente o turismo possa perder essa premissa mercadológica, massiva, que liga o território e o turismo apenas a comércio, a mercadoria, a dinheiro.

Santos (2007) evidencia essa realidade, quando apresenta que o território assim delineado rege o dinheiro, onde o território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro, deixando de lado as premissas sociais e de participação coletiva.

Potencializar o desenvolvimento da localidade e fortalecer a autoestima dos moradores, de modo estruturado e estruturante, pode proporcionar não apenas benefícios econômicos para a localidade, mas também uma desconstrução do turismo de massa, excludente, fortalecendo assim a autonomia local.

Estreitar as relações entre o estado e a sociedade de maneira mais híbrida e multidimensional se mostra um avanço para compreender e problematizar ações para o desenvolvimento territorial (LIMA, 2013).

Ao se pensar em políticas públicas voltadas ao turismo, a gestão e o planejamento precisam ser construídos adequadamente, para tentar minimizar impactos negativos e maximizar arranjos locais e crescimento econômico em um destino.

É preciso respeitar a necessidade da qualidade de vida da população, com vistas sustentáveis, englobando no planejamento “os planos econômico,

social e ambiental, da oferta e da apropriação de bens materiais e culturais por parte de uma determinada localidade” (PAIVA, 2005, p. 3).

O turismo quando planejado como instrumento para fortalecer a economia e os agentes regionais, diagnosticando o perfil local, as causas que até então podem estar restringindo a questão estrutural, as especificidades regionais e a necessidade de construir uma política com visão macro, precisa ser estruturado para permitir que os agentes locais avaliem as possibilidades de superação e fortalecimento local.

Integrar os agentes locais para que os mesmos possam entender a necessidade de se produzir coletivamente e perenemente possibilidades de interpretação e conhecimento da realidade local, das relações entre os moradores locais e o seu espaço, seu entorno, entre o homem e a natureza, é um primeiro passo e precisa ser construído o quanto antes.

Compreender que o turismo permite e facilita o uso do território, mas que seu conhecimento fragmentado submete-o ao uso reduzido a mercadoria, onde se paga para desfrutar o ambiente ao qual se está visitando (MESQUITA, 2006) mostra o quanto é necessário trabalhar para quebrar esse paradigma e valorizar as trocas sócio-culturais entre quem reside no local e entre quem visita.

É preciso observar os possíveis impactos sociais, ambientais e culturais, para atrelá-los ao turismo e permitir assim que se busquem ações para os possíveis impactos locais que a atividade pode trazer, colaborando para o fortalecimento da imagem local, da participação social (MESQUITA, 2006).

Santos (2007) entende que uma ciência política precisa se fundir no funcionamento e dinâmica territorial, para que a mesma possa oferecer uma contribuição empírica à solução dos problemas presentes, para uma busca por ações palpáveis, soluções e caminhos pertinentes.

A globalização tem trazido grandes transformações, pois além apresentar crescente interdependência das economias nacionais, tem tornado as nações mais sensíveis às oscilações mercadológicas (NERY, 2013).

Com isso é preciso construir iniciativas de gerenciamento dos problemas reais, para trazer alternativas para o desenvolvimento, estruturação e planejamento para auxiliar na compreensão e criação de oportunidades de

trabalho de valorização da cultural local através desse elo dentro da cadeia do turismo.

Condicionantes relacionadas ao contexto internacional, à necessidade do equilíbrio macroeconômico e do financiamento do desenvolvimento, e ainda aos agentes locais precisam ser compreendidas para que se tenha uma transformação produtiva com equidade (NERY, 2013).

Nery (2013) acredita ainda que agregar conhecimento e trabalho conjunto para que os investimentos públicos possam complementar o esforço da iniciativa privada quanto à infraestrutura, desenvolvimento tecnológico, educação, saúde e qualificação profissional é fundamental.

De encontro com essa preocupação, Hall (2004) avalia que debates sobre o desenvolvimento de um modelo sustentável de planejamento turístico precisam ocorrer, pois as políticas públicas voltadas ao turismo carecem de preocupação com fomento, planejamento ambiental, com a comunidade, e é preciso que se tenha a compreensão correta do que é o turismo, seu dinamismo e sua complexidade.

O turismo precisa passar a ser visto e abordado de modo a trabalhar e nortear as fragilidades sociais, ambientais, políticas e culturais, o que evidencia a necessidade de políticas que representem esse papel construtor.

Valorizar os aspectos locais vem de encontro com o que apresenta Gastal & Moesch (2007, p. 10) para que se entenda que os

processos de mobilização subjetiva que o levariam a parar e a re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passada.

O turismo precisa ser construído através de processos integrados, que orientem as necessidades das partes interessadas e auxilie na sua compreensão, não única e exclusivamente em seu cunho mercadológico, mas também de desenvolvimento sustentável com base local.

As políticas públicas de turismo precisam ser pensadas e elaboradas de modo integrado com outras políticas setoriais (CRUZ, 2000), levando em conta as questões sociais, econômicas e políticas da comunidade local.

Assim se parte do pressuposto de que o desenvolvimento econômico irá ocorrer, mas deve levar em consideração e estar atrelado ao equilíbrio ecológico e a qualidade de vida dos atores locais é trabalhar de modo correto as premissas do desenvolvimento sustentável (MESQUITA, 2006).

Formalizar os passos necessários e as metas a serem construídas, exercidas com a presença e participação dos agentes locais, demanda organização, coerência e hierarquização, tanto de idéias quanto dos agentes locais.

A maior dificuldade que pode ocorrer quando se pretende construir políticas públicas, está ligada com a falta de continuidade de projetos e planejamento.

Isso porque agrupar pessoas de diferentes segmentos, com diferentes objetivos e diferentes maneiras de pensar e agir, é complexo. Quanto mais excludente para determinados segmentos, maior os riscos de que ocorra saída dos atores envolvidos e maior será o dispêndio dos recursos humanos e materiais, trazendo baixa participação e comprometendo o processo.

Por outro lado, quanto mais incluyente for o processo, na participação dos segmentos existentes regionalmente ou localmente, maior a possibilidade e capacidade de construção e transformação da realidade atual.

Para Hall (2004), existe a necessidade da participação dos agentes locais, direta ou indiretamente ligados ao turismo, no processo de construção política que irá determinar as metas, objetivos e alvos dos possíveis planos.

É fundamental então que se desenvolvam métodos para avaliações contínuas e indicadores, que auxiliarão quanto ao *feedback* do andamento das ações tomadas, importante ferramenta para a compreensão da interdependência e inter-relacionamento nas políticas públicas de turismo (HALL, 2004).

Nos dias de hoje, a globalização vem influenciando no turismo, quanto ao processo e ainda na tomada das decisões para o setor, tanto a nível local quanto internacional.

Alguns fatores podem influenciar a escolha dos turistas, como crise econômica, epidemias, terrorismo, instabilidade climática, tanto para os núcleos receptores quanto os emissores, e os gestores públicos precisam compreender seu papel nessa tomada de decisões e compreensão desse contexto macro.

O turismo não pode visar apenas o lucro, a venda de pacotes turísticos em grupos, nos destinos comercializáveis. É preciso estimular as pessoas a conhecer destinos dentro de sua totalidade, de sua peculiaridade presente em locais que sejam interessantes e novos, mas que dependem desse coletivo para que se construa essa imagem de destino viável e interessante.

É preciso articular e desenvolver políticas integradas entre as diversas setoriais, visando contribuir para disseminar essa possibilidade. Para Hall (2004) as principais ações de governo quanto ao setor turístico devem estar atreladas à coordenação, ao planejamento, à legislação e regulamentação, aos empreendimentos, aos incentivos, ao turismo social e ainda à proteção do interesse público.

Essas ações não podem ser trabalhadas de modo isoladas, uma vez que os arranjos políticos e institucionais dependem de trabalho integrado, claro e objetivo, em parceria entre os entes públicos e ainda contando com a participação direta e efetiva dos demais agentes locais.

Paiva (2005) complementa essa idéia quando apresenta a relação entre regionalização e planejamento para o desenvolvimento, que é extremamente necessária, uma vez que a participação coletiva e descentralizada, pode alavancar a eficiência, a eficácia e a efetividade para o planejamento, criando mecanismos de aproximação entre os gestores e os demais atores locais.

A regionalização pode maximizar a acumulação de capital social atual e potencial (PAIVA, 2005), pois o planejamento turístico é uma possibilidade para se construir um modelo de gestão sustentável e diferenciado com base local.

O trabalho interdependente entre os segmentos pode propiciar o grau de imediaticidade e de equidade dessa relação, de modo que permita uma construção mais sustentável e sólida e impulse a localidade e/ou região.

Tal necessidade ocorre pelo fato de que a globalização de um lado diminuiu espaços, mas de outro acirrou a competitividade entre os destinos turísticos, aproximando assim as localidades nessa chamada aldeia global.

É preciso então criar ferramentas convergentes para evitar a individualidade dentro de uma localidade, ações isoladas, de cada um por si, o que se distancia daquilo que se espera do turismo, que seja equilibrado e sustentável para a região e/ou localidade.

Cada indivíduo tem uma tendência a buscar o igual, ir ao encontro de sua tribo, e não raro, nessa postura, desqualificar o outro quando não se encontra nele o que é igual a si (GASTAL & MOESCH, 2007).

Por isso é essencial trabalhar para construir ações solidárias, algo que demandam tempo na busca pela participação coletiva, para as trocas equivalentes dentro do sistema de turismo e seus agentes, o que é algo que precisa ser estruturado, pois não pode se tratar de “reduzir o desenvolvimento do capital social ao padrão de desenvolvimento das relações de interdependência econômica” (PAIVA, 2005, p. 9).

Construir premissas de cooperação e solidariedade, integralizando dentro da comunidade os interesses coletivos, perpassando pela compreensão da integração coletiva “como ponto de partida político-educacional de conscientização coletiva, politicamente possível, economicamente racional e socialmente sustentável”(PAIVA, 2005, p. 9) e precisa ocorrer no sentido de integração vertical, horizontal e sistêmica.

É pertinente “priorizar a concepção de um turismo sustentável e humano, o qual se distancia do turismo de massa, impactante e ilusório” (GASTAL & MOESCH, 2007, p. 46), permitindo essa troca entre os moradores, demais agentes locais e os turistas.

O planejamento turístico pode não ser capaz de resolver todos os problemas existentes, mas seu caráter colaborativo pode trazer contribuições para organizar os arranjos locais e o caráter sustentável e integrador do turismo.

Compreender a dinâmica econômica local, identificando e hierarquizando políticas de desenvolvimento endógeno sustentável é um caminho que apresenta “urgência da descentralização coordenada do planejamento do desenvolvimento a partir da redeterminação das regiões de planejamento” (PAIVA, 2005, p. 11).

Organizar estudos e aplicabilidade dos mesmos nas regiões e/ou localidades turísticas, colaborando para maximizar a acumulação de capital social atual e potencial, é um caminho para se construir elos dentro do setor produtivo, equitativos, integrados a um planejamento que permita o desenvolvimento endógeno sustentável da região e/ou localidade turística.

Construir processos que auxiliem nesse entendimento quanto à necessidade de regulação para o planejamento e desenvolvimento endógeno, é uma possibilidade para que através de pesquisas e estudos possam ser consolidadas ferramentas capazes de se tornarem fontes de pesquisa e assessoramento técnico com vistas ao planejamento e desenvolvimento local.

Entender que a vivência turística está engendradora com a convivência entre o visitante e o morador local e não apenas no caráter econômico (meios de hospedagem, equipamentos de lazer e gastronômicos), é uma forma de construir políticas públicas que possam estruturar o turismo para fortalecer fragilidades sociais, econômicas e ambientais em uma localidade.

É preciso compreender a atratividade da localidade para que se consiga construir uma boa organização atrelada à qualidade de vida e ambas tornem-se um “bem viver que encaminhe o bem receber” (GASTAL & MOESCH, 2007, P. 55).

Fazer com que o turismo passe a ser construído para que se torne acessível aos moradores e aos visitantes, depende de planejamento e de políticas que incentivem e permitam a prática social e a integração com os espaços locais.

Os estudos relacionados ao turismo devem permitir que o mesmo seja visto como integrante, participativo, sustentável, sistêmico, para que passe a exigir

“não só políticas públicas que visem a preparar destinos para receber visitantes, mas também políticas públicas que venham a garantir, mesmo a grupos economicamente excluídos, o exercício e o usufruto do lazer e, por extensão, do turismo.” (GASTAL & MOESCH, 2007. p. 73).

Trabalhar em prol do desenvolvimento econômico e social é algo que requer mudanças que auxiliem na busca pelo crescimento, analisando fatores como distribuição de renda, índice de desenvolvimento humano, taxa de analfabetismo, taxa de mortalidade infantil e ainda grau de organização e de participação dos agentes locais, ou seja, do capital social.

É preciso que todos possam organizar-se enquanto comunidade, uma vez que a participação conjunta com os agentes públicos será construtiva,

desde a identificação dos problemas até a avaliação das intervenções necessárias.

É importante estruturarações que levem em conta “a amplitude e necessidade de conectividade de componentes e de assuntos a serem conhecidos e acompanhados ao longo do tempo” (BENI, 2006, p. 10).

Beni (2006, p. 10) propõe que o estudo das relações ambientais; da organização estrutural regional; da oferta efetiva e potencial; da demanda efetiva e potencial; da viabilidade de utilização dos recursos turísticos regionais; do composto de *marketing* atual e do mercado façam parte das discussões entre os agentes locais.

Tais estudos podem ser um auxílio para que se possa analisar, dentre outras possibilidades, a sazonalidade e distribuição geográfica do turismo, infraestrutura para o desenvolvimento turístico, da cadeia produtiva do turismo, oferta e demanda (real e potencial), atratividade turística e viabilidade dos recursos turísticos, além dos canais de distribuição, comunicação e concorrência.

As ações voltadas ao turismo devem ter a premissa de inclusão social, onde os agentes locais que atuam no turismo precisam trabalhar com responsabilidade social, construindo redes integradas, com comunicação estratégica, melhorando o bem estar dos residentes e dos visitantes.

É preciso respeitar as peculiaridades locais, compreendendo a necessidade de políticas “que possam alcançar objetivos específicos previamente construídos, que permitam a participação coletiva e direcionem o planejamento e gestão do turismo” (BENI, 2006, p. 15).

É pertinente nesse momento, acompanhar a trajetória da Política Nacional de Turismo para ver até que ponto a mesma pôde estar relacionada com as ações no campo do turismo ocorridas no município de Barra do Garças.

Em 1994, a institucionalização do PNMT<sup>4</sup>, que com seu enfoque territorial, buscou dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal.

O propósito dessa ferramenta foi de mobilizar os agentes locais e conseqüentemente produzir resultados, com vistas a permitir que

---

<sup>4</sup> Programa Nacional de Municipalização do Turismo

territorialmente fossem implantadas ações e estratégias para o fomento do turismo no País (MTUR<sup>5</sup>, 2004).

Buscou-se no decorrer do processo alinhar discurso e ações quanto ao entendimento do que é desenvolvimento sustentável do turismo, a partir do conjunto de municípios que constituem a cadeia produtiva do setor e que levasse à ampliação e conseqüente transição do PNMT para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com foco no planejamento coordenado e participativo, que auxiliasse nos resultados socioeconômicos do território (MTUR, 2004).

Visava permitir a participação dos órgãos de turismo municipais e estaduais, representantes da iniciativa privada, das instituições de ensino e do terceiro setor, através de debates, oficinas e reuniões setoriais e nacionais para compreender conceitos, definição de estratégias e planejamento de ações, bem como definição do conjunto dos municípios que constituem a região turística, com vistas à promoção sustentável (MTUR, 2004).

Agregadas em um conjunto de 3.319 municípios, naquele momento permitiu a geração do Mapa da Regionalização do Turismo, com objetivo de nortear ações de programas e processos no âmbito do Ministério do Turismo nas regiões turísticas identificadas.

Isso exigiu o desafio de produzir orientações e ferramentas que auxiliassem no acúmulo de experiências organizativas, além da produção de iniciativas que possibilitassem a disseminação do conhecimento relacionado à Política Pública de Regionalização do Turismo (MTUR, 2004).

Surgiu então o documento Diretrizes Operacionais, que permitiu trazer em seu conteúdo os princípios norteadores, estratégias de gestão e os módulos das etapas operacionais, permitindo a qualificação dos profissionais e das comunidades (MTUR, 2004).

Através de unidade de linguagem, compreensão prática do caráter intersetorial e visão ampla e crítica do entendimento do processo de regionalização do turismo, embasado nos estágios, tempo, diversificação local, potencialidades, disponibilidade de recursos nos estados, nas regiões e no conjunto dos municípios onde o trabalho foi sendo construído.

---

<sup>5</sup> Ministério do Turismo

Com essa descentralização e compartilhamento de experiências e informações ganhando corpo, ocorreu a formação da Rede Nacional de Regionalização que buscava através da articulação local a estruturação dos destinos turísticos, de modo a disseminar nas regiões e municípios dos Estados as diretrizes e estratégias como um novo referencial para o turismo (MTUR, 2004).

Ao se pensar na criação e no fortalecimento da cadeia do turismo local dentro das regiões mapeadas é necessário que se tenha como base o compartilhamento de conceitos, princípios e valores.

Isso possibilita a governabilidade a partir das realidades regionais e os respectivos relacionamentos intermunicipais, levando posteriormente à promoção e comercialização dos produtos e serviços turísticos.

Isso ocorria por meio do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, espaço voltado a mostrar as múltiplas potencialidades existentes no País (MTUR, 2004).

O Salão do Turismo tinha como expectativa agregar gestores públicos, empreendedores, empresários e operadores, com troca de conhecimento, percepção das tendências e desejos do público-alvo, além de permitir debates que valorizaram a cultura e o modo de vida das regiões.

Infelizmente na prática mostrou um caminho que, se realmente tivesse sido construído, possibilitaria estruturar e articular as cadeias produtivas do turismo, o que poderia posteriormente fortalecer o processo de gestão compartilhada, representada na diversidade e pluralidade local.

Iniciativas de apoio à roteirização e integração local, além da qualificação e diversificação da oferta, com a formação dos gestores públicos e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo, são ações necessárias para se construir um elo forte nessa rede participativa e não ocorreram de modo continuado.

O Programa possibilitou apenas a definição de 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (MTUR, 2004), em um projeto composto de três etapas (Índice de Competitividade Nacional, Gestão de Destinos, Sistema de Gestão de Destinos), auxiliando quanto a apresentação de um retrato detalhado do turismo, para elaboração e execução de planos

estratégicos, além de integralizar as ações entre o Ministério do Turismo e os Destinos Indutores.

Com a aplicação dos questionários junto aos atores e grupos de atores locais (presentes no Capítulo 2 desse Projeto), buscamos compreender a qual Região Turística Barra do Garças pertence, e ainda se o município pode ser considerado oferta principal na região e em qual categoria na economia do turismo se insere, de acordo com a classificação do MTur.

Isso será pertinente, uma vez que alinhar estratégias de segmentação do turismo se mostra essencial no âmbito de orientar quanto ao desenvolvimento de produtos, promoção e posicionamento de mercado, encontrando assim a vocação presente em cada destino, para fortalecer a imagem local e estruturar os produtos e serviços necessários para agradar ao público que se espera conquistar ou valorizar.

Já no ano de 2010 surgiu a necessidade de se avaliar os resultados do Programa de Regionalização do Turismo, de modo a construir instrumentos que auxiliassem para aumentar a competitividade das regiões turísticas, bem como a qualidade dos seus produtos, buscando ainda compreender os impactos positivos na economia regional e local.

Como metodologia de avaliação desses seis anos do Programa se buscou o caráter da participação dos atores sociais, de modo que pudesse evidenciar a estratégia de descentralização das políticas públicas na construção de elos, tanto para a realidade do Programa quanto para a política de regionalização (MTUR, 2004).

Tal critério é pertinente uma vez que, considerando as especificidades de cada região do País, seus resultados ajudam a compreender o contexto empregado, a trajetória da rede de cooperação construída, com vistas a ajustes futuros no processo e desenvolvimento sustentável das regiões turísticas.

Entre 2011 e 2012 ocorreu a revisão de processos, avaliação de resultados das ações governamentais, além de proposta quanto ao redirecionamento e permanência de programas e estratégias vigentes, com vistas a fortalecer o Programa.

Com a posterior retomada das ações da rede de cooperação, realização de oficinas junto às instituições de ensino, presença e participação direta de especialistas e de representantes dos destinos turísticos, ocorreu a abertura

dos debates promovidos nas reuniões entre os técnicos e gestores do Ministério do Turismo, confirmando a intencionalidade de caráter transversal do Programa enquanto política estruturante (MTUR, 2004).

No ano de 2013 ocorre a participação ativa da sociedade quanto à construção da política pública de turismo no País, levando ao estreitamento das articulações entre as entidades presentes no Sistema Nacional de Turismo.

Isso permitiu a interação para consolidar as estratégias do Programa, integrando a Câmara Temática de Regionalização, o FORNATUR<sup>6</sup> e o Conselho Nacional de Turismo.

Com isso, foi possível ao Ministério do Turismo, através das sugestões, reivindicações e redirecionamentos presentes na avaliação do Programa de Regionalização, revisar e incorporar as mesmas ao Plano Nacional de Turismo 2013-2016 (MTUR, 2004).

O caminho buscado através do Programa de Regionalização do Turismo se deu no intuito de qualificar a concepção estratégica, ferramentas de gestão e ainda incorporar mecanismos de fomento capazes de provocar e promover concepções inovadoras quanto aos entraves e fragilidades diagnosticadas.

Visava assim promover a convergência e a articulação das ações desempenhadas pelo Ministério do Turismo em conjunto com as políticas públicas setoriais nas regiões com potencial turístico reconhecido, com vistas à estruturação dos destinos turísticos.

O Plano Nacional de Turismo no quadriênio 2013-2016 destaca, no âmbito da gestão, as diretrizes necessárias para nortear o desenvolvimento do turismo no Brasil, tais como: ampliação da participação, diálogo com a sociedade, geração de oportunidades de emprego, redução das desigualdades sociais e regionais, sustentabilidade, incentivo à inovação e ao conhecimento, regionalização como suporte territorial para o planejamento, monitoramento e avaliação contínuos dos processos empregados (MTUR, 2004).

Seis grandes objetivos podem ser vistos através do Plano Nacional de Turismo (MTUR, 2004): incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais; promover a sustentabilidade, a inclusão social e a geração de emprego; aumentar a

---

<sup>6</sup> Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

competitividade do turismo brasileiro; fortalecer a gestão descentralizada do turismo no Brasil; preparar o turismo brasileiro para os megaeventos.

Demonstra com isso o posicionamento apresentado na avaliação do Programa de Regionalização do Turismo para priorizar ações regionais e assim consolidar a Gestão Descentralizada com base na ampliação da participação, do diálogo e do controle social.

Implementar políticas públicas insercivas, integrantes e condizentes com a realidade local, conforme exposto acima, é um caminho para regular o turismo local, buscando investimentos, empregabilidade, geração de renda e caráter sustentável, contemplando as necessidades coletivas, com políticas públicas condizentes à realidade local.

Para Beni (2006), nos âmbitos municipais e estaduais ocorreram entraves para implementação do Programa de Regionalização do Turismo, seja pela falta de recursos humanos, seja pela incapacidade de gestão, o que infelizmente resultou em cenários de roteirização regionalizada, ao invés da regionalização sustentável do turismo, que seria o objetivo do Governo Federal.

É preciso construir e consolidar ações que impulsionem os agentes locais, estejam eles no âmbito da educação, da segurança pública, do saneamento básico, da saúde pública, dos meios de transporte, da logística e ainda quanto aos serviços e equipamentos turísticos.

Construir diálogos, alinhados entre as esferas Federal, Estadual e Municipal, de modo que a estrutura institucional, atrelada ao planejamento e diretrizes norteadoras e estruturantes para o turismo consigam empreender subsídios capazes de consolidar o turismo regionalmente, depende de continuidade das ações e projetos condizentes a cada região e município.

Buscar o entendimento e compreensão que possam auxiliar no caráter integrante quanto à realidade local dos mesmos, harmonizando e compatibilizando as especificidades locais, de acordo com os instrumentos operacionais possíveis e disponíveis (BENI, 2006) é fundamental.

Beni (2006) defende ainda que é essencial a participação da comunidade local, para resultar na promoção do destino por meio de dimensões como o equilíbrio entre a economia, a política e as características socioculturais, em busca de um desenvolvimento sustentável.

Isso vem de encontro com a necessidade em se suprir algumas deficiências do setor, conforme nos mostra Salvati (2004, p. 25):

- ausência de processo de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao setor;
- insuficiência de dados, informações e pesquisa sobre o turismo brasileiro;
- qualificação profissional deficiente;
- regulamentação inadequada;
- superposição dos dispositivos legais nas varias esferas públicas;
- deficiência na gestão e operacionalização da infraestrutura básica.

Essa (re)organização, essa (re)significação das estruturas e políticas de planejamento existentes, porém descontinuadas, demonstra a necessidade da construção e difusão de conhecimento acerca do turismo, para que os atores existentes consigam iniciar o trabalho conjunto que permita o fortalecimento com base local das ações e projetos para a localidade.

É preciso então elaborar estruturas regulatórias contínuas, com critérios elegíveis e participação coletiva no processo, mostra que esse é um caminho a ser construído, no que tange a necessidade de efetivação produtiva e de políticas de planejamento que estejam de acordo com as peculiaridades dos arranjos e agentes locais.

### **1.3 O TURISMO ENQUANTO CAMPO EPISTEMOLÓGICO**

O Turismo é uma área do conhecimento que, quando bem planejado tende a agregar perspectivas relacionadas ao desenvolvimento e sustentabilidade.

Para sua compreensão, é preciso vê-lo de forma ordenada e estruturada, compreender seus componentes, buscando correlacioná-los para entender que eles se entrelaçam e casam-se para produzir o fenômeno global do turismo.

Assim, pode ajudar a construir diretrizes e uma base consistente quanto às necessidades para um núcleo receptor, seja com relação aos moradores locais, seja para os visitantes.

A questão que sempre norteou o entendimento do turismo está relacionada ao fato de que seu caráter econômico, algo que sempre teve mais ênfase, em detrimento das demais por alguns autores (MOESCH, 2002).

Formado pelo conjunto de bens e serviços, o turismo deve promover o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado, criando processos de desenvolvimento econômico diversificado (SALVATI, 2004).

Visto enquanto instrumento de desenvolvimento regional, pode então consolidar e agregar valor quanto aos serviços e equipamento turísticos presentes na localidade, além de permitir que o turismo assuma papel de sinergia local.

Para isso é necessário fortalecer e consolidar os arranjos produtivos, de modo a criar a rede de cooperação é uma alternativa para aumentar a competitividade e principalmente construir premissa que auxilie no combate às desigualdades no território.

Buscar a compreensão de seu entendimento teórico e ainda que o mesmo pode e deve ser visto também como um objeto próprio de conhecimento (MOESCH, 2002) é necessário para que esse entendimento construído na academia seja levado para a prática junto aos agentes locais de transformação.

Isso porque os atores locais precisam alinhar ações que consigam buscar mecanismos para que se possa manter, valorizar e proteger as riquezas locais, recursos naturais e culturais, tanto para as futuras gerações quanto para quem visitar o atrativo (SALVATI, 2004) e dependem então dessa compreensão da importância do turismo para uma localidade.

Esse pode ser o maior desafio para os gestores locais, visto que analisar o turismo pela ótica transdisciplinar ou multidisciplinar (BENI, 2001), requer seu entendimento para que se consiga pensar em alternativas que fortaleçam a região com estrutura e vantagens competitivas perenes.

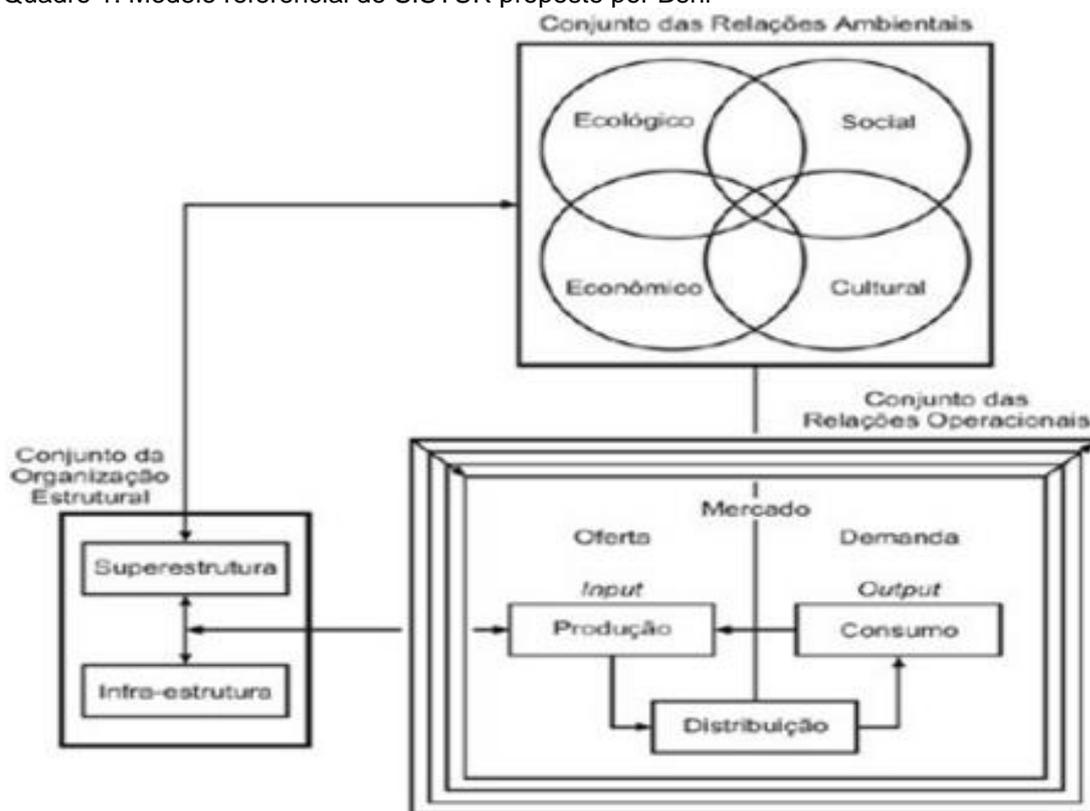
Compreender epistemologicamente o turismo requer quebrar os paradigmas existentes nas esferas acadêmicas, institucionais e profissionais (MOESCH, 2002), onde é preciso ter a ciência de que tal exercício não pode ser exclusivo aos pesquisadores, pois precisa fazer parte do pensamento e ações dos gestores que atuam no setor.

Considerar as esferas sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas é um modo de ver o turismo não apenas como uma atividade econômica, ou uma necessidade de lazer.

É uma maneira de ver que o turismo precisa ser construído para que os atores locais entendam a importância em conhecer e valorizar o contexto em que se encontram inseridos, para agregar possibilidades em divulgar as riquezas e peculiaridades gastronômicas e culturais.

Em se tratando do turismo, o SISTUR proposto por Beni (2001), é uma maneira bem dinâmica e condizente com essa necessidade de compreender o turismo como um todo, de modo que com sua estrutura proposta, as estratégias planejadas e as possibilidades de operação otimizada, nos processos presentes, ficam mais claras, vide quadro abaixo:

Quadro 1: Modelo referencial do SISTUR proposto por Beni



Fonte: Beni (2001, p. 48).

Visualizar de forma macro o sistema de turismo, as relações existentes (entre os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural), que fazem parte das Relações Ambientais e devem se completar com a superestrutura e infraestrutura (organização estrutural) e ainda com a parte operacional

(mercado, oferta, demanda, produção e distribuição) relacionados às ações operacionais (BENI, 2001) é essencial.

Estimular o desenvolvimento local através do turismo vem de encontro à base composta pela organização estrutural e ações operacionais, nesse conjunto das relações ambientais (BENI, 2001).

As partes que o compõe precisam interagir, estabelecendo relação com o meio existente, pois o mesmo não é auto-suficiente (BENI, 2001), devendo contemplar todas as suas partes envolvidas.

É preciso que os atores ligados ao turismo compreendam o caráter da sustentabilidade, para que sejam desenvolvidas ações que não sejam apenas exploratórias, de massificação, de lucro, com a falta de estrutura e conhecimento, para evitar assim que ocorram efeitos devastadores, danos irreparáveis e o conseqüente declínio se não ocorrer equilíbrio dentro da operacionalidade do SISTUR (BENI, 2001).

Como visto através desse modelo do SISTUR, não existe a necessidade de se dividi-lo em componentes, onde tal divisão conforme quadro exposto anteriormente só se faz necessário para visualizar de modo mais simples as inter-relações presentes em cada um de seu conjunto de subsistemas, que também interagem entre si no sistema total.

É preciso integrar e combinar políticas públicas que sejam capazes de regular e direcionar um planejamento integrado do turismo enquanto parte de um desenvolvimento sustentável amplo é necessário (SALVATI, 2004).

Para isso, buscar caminhos para construir esse entendimento acerca do turismo, dentro da complexidade das relações práticas, de modo a propor uma ruptura epistemológica (MOESCH, 2002), pode possibilitar a produção do conhecimento turístico, visto como algo complexo e construtivo no âmbito do conhecimento e da prática.

É preciso socializar as premissas de integração entre os agentes e setores locais, construindo na prática um entendimento quanto ao desenvolvimento dos atores locais que pode ser fortalecido, para que não apenas o turismo enquanto gerador de renda e mediante intercâmbio dos bens e da prestação de serviço sejam evidenciados.

Salvati (2004) entende que o turismo deve ser empreendido dentro de ações condizentes e aceitáveis de possíveis mudanças, com ordenamento

territorial, monitoramento de possíveis impactos ambientais e instrumentos e incentivos econômicos para se alcançar o turismo sustentável, responsável.

Compreender o turismo, de modo não tão reducionista (economicista) é um caminho para que o mesmo não seja visto apenas como fazer-saber e considere com isso o caráter multi e interdisciplinar do mesmo (MOESCH, 2002).

O aprendizado, a inovação, o conhecimento e a dinâmica local, se trabalhados com a premissa da sustentabilidade, podem ser agentes formadores e reguladores de um desenvolvimento local, permitindo transformações e respeitando a comunidade e especificidades presentes.

Organizar esse espírito de governança, abrangendo questões e ações coletivas e de cooperação, pode agregar a premissa de uma governança inteligente e eficaz, que seja aceita e respeitada pelos atores locais.

Beni (2012) entende que na prática turística é comum ocorrer distinção entre o território no âmbito dos destinos que são vistos como tendência a serem mais procurados, e aqueles que são mais periféricos. Ambos precisam ser trabalhados para que se busque criar relações no âmbito local, com base no global, sem ser algo fragmentado.

O planejamento deve estar atrelado à identificação das peculiaridades locais, da criação de uma base competitiva através de uma política sólida, atrelada a uma gestão estratégica do turismo, estruturada no âmbito político, do planejamento e administrativo para que se consiga utilizar os recursos naturais e humanos existentes (BENI, 2006).

Para Salvati (2004, p. 20) “cabe ao setor público a prerrogativa de ditar políticas orientadoras para o planejamento e gestão do turismo em todos os níveis de governo”.

Buscar que cada agente local compreenda seu papel, sua função e principalmente regras de convivência e respeito entre todos, é um modo de construir a maturidade para que todos entendam que irão cooperar e também competir, mas de maneira saudável.

Fortalecer a governança local, mediante participação do cidadão, está relacionado ao quanto a construção participativa de metas locais podem ter o poder de influenciar decisões globais, e precisa de tomada de consciência do papel de cada um nesse processo.

Articular de modo harmonioso, para concretizar metas sociais, ambientais e econômicas, através do planejamento estratégico precisa envolver o Poder Público, a Iniciativa Privada e a comunidade, para que a eficiência, a continuidade e a aplicação das estratégias para o desenvolvimento possam ocorrer (CORIOLANO, 2006).

Sachs (2007, p. 28) vem de encontro com essa preocupação, pois acredita que

deve-se organizar o debate em todos os níveis, desde o desenvolvimento local, por exemplo. Pode-se começar com um fórum de desenvolvimento local, mais tarde esse fórum se transforma num conselho consultivo que com o tempo cresce para ser um conselho deliberativo.

Isso porque ao se pensar em turismo e políticas públicas, historicamente existe uma ausência de visão de longo prazo, seja para investimentos, seja para manutenção dos recursos culturais e ambientais (SALVATI, 2004).

Surge então a necessidade em se estreitar as relações academia-comunidade, para que esse entendimento do turismo não seja mais tão fragmentado, desarticulado, buscando construir uma clareza epistemológica e articulada com as demais áreas do conhecimento (MOESCH, 2002).

O desenvolvimento se mostra, por si só, um conceito dinâmico, que precisa ser construído de modo evolutivo (SACHS, 2007) para que possam ser definidas estratégias pertinentes ao contexto local.

A vulnerabilidade com a qual o turismo ainda é visto está relacionada à superficialidade com a qual o mesmo é construído, seja na academia, seja na prática, nessa falta de coordenação quanto às ações e participação coletiva.

Consolidar uma boa imagem relacionada à peculiaridade e especificidade locais, pode motivar quem vem de fora a adquirir novos aprendizados e percepções, em realizar trocas com o novo, fora de sua rotina.

Mas para isso, trabalhar as localidades com apelo turístico, principalmente em regiões periféricas, para que se tenha receptividade e percepção da riqueza local diante de quem chega é vital.

É preciso criar alternativas viáveis ao desenvolvimento (SACHS, 2007), levando à construção de uma gestão harmônica para o uso dos recursos locais.

Mudanças quanto a isso dependem do desenvolvimento de pesquisas voltadas para o tema e que cheguem à comunidade, fortalecendo o turismo enquanto área de conhecimento, tornando-o capaz ferramenta de auxílio para a construção de sinergia local.

Pode ser uma maneira de reconstruir o turismo e como o mesmo foi sendo colocado em prática, iniciado em meados do século XIX, onde apenas a elite, pessoas com poder aquisitivo praticavam o turismo. Posteriormente, com a popularização do turismo, momento precursor do turismo de massa, na primeira metade do século XX e por fim, o turismo de massa, com acesso a todos, presente da segunda metade desse século até os dias atuais (MORIN, 1990), fortalecendo apenas o caráter massivo do mesmo.

Compreender e analisar as premissas do turismo enquanto fenômeno, seus efeitos sociais e sua ligação com o desenvolvimento local é algo vital para compreender o entendimento sobre o que é o turismo.

Trabalhar esse contexto é uma possibilidade de demonstrar que os efeitos do turismo na sociedade precisam ser integrados à dimensão social, política, cultural e econômica, sem sobreposição de uma diante das demais.

Buscar ferramentas para que a compreensão do turismo não seja superficial, não seja limitada, apenas valorizando fluxos migratórios e principalmente os aspectos econômicos é a quebra de paradigma necessária.

Trabalhar com visão mais abrangente quanto à complexidade do entendimento do turismo, seus elementos e a necessidade de inter-relação entre os mesmos, de modo organizado e planejado, é uma maneira de contribuir para a evolução do entendimento do turismo de um modo geral.

Entender que o turismo é um sistema que se retroalimenta e todas as suas partes devem interagir, é o caminho para construir teoria-prática sólida, a partir das suas interações, de modo que se possa compreender que o turismo é um sistema aberto, orgânico e complexo (MOESCH, 2002).

A participação efetiva nesse contexto, integrada aos elementos naturais e culturais é um caminho necessário, como demonstra Morin (1990, p. 80), pois "se trata de integrar siempre al ambiente, incluido hasta en la concepción de

mundo. Se trata de integrar al ser auto-eco-organizado, hasta en el concepto de sujeto.”

Disseminar o entendimento epistemológico do turismo, para que sua compreensão não fique apenas na academia, apresenta a necessidade em se suprimir a visão do turismo apenas enquanto setor e indústria.

Esse caminho entre o que a academia escreve quanto ao caráter do turismo enquanto campo do conhecimento, e o que realmente faz parte da realidade prática dos atores locais, precisa ter congruência e estar presente na realidade e entendimento dos atores locais.

Eliminar o saber fragmentado, incompleto sobre o turismo é algo que precisa ser construído de modo que possa agregar a complexidade entre a teoria do saber e esse saber na prática e convergir com a dinâmica necessária para o turismo com base local.

É primordial então construir o saber turístico dentro de sua premissa multidisciplinar, integradora com outras áreas do conhecimento no campo acadêmico e com outros setores da economia e política no campo prático, criando elos nas relações empíricas, lógicas e racionais (MORIN, 1990).

Quebrar os paradigmas no que diz respeito aos conceitos e definições relacionados ao turismo (abordados majoritariamente enquanto setor, indústria, e seu caráter com apelo apenas econômico), demonstra que essa imagem sobre a natureza do turismo é um modelo que foi perpetuado e que não busca compreender a complexidade sobre essa área do saber.

Essa visão simplificada (MORIN, 1990) se fortaleceu ao longo dos anos, muito pela dificuldade por parte da Academia em organizar um entendimento mais complexo sobre o tema, o que poderia demonstrar a importância e necessidade de inserção dos agentes locais.

Romper com a simplicidade de abordagem e pensamento do objeto do turismo permitirá conhecer suas propriedades, seu conjunto, o todo, organizado, coeso e sustentado de modo sintético (MOESCH, 2002), onde entendendo as partes em sua completude, complementaridade, determinação e recursividade.

Ao se traçar o panorama teórico-metodológico do turismo, as ações quanto ao planejamento e principalmente políticas públicas voltadas ao setor

devem consolidar esse elo entre os âmbitos social, cultural, econômico e ambiental.

O planejamento do turismo deve ser visto enquanto um processo racional, com objetivo que consista em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico para uma comunidade (MOLINA, 2000), auxiliando na elaboração de políticas públicas que contemplem a necessidade do desenvolvimento sustentável.

Compreender a complexidade do turismo e a necessidade do planejamento que possa integrar os elementos e atores locais, de forma a beneficiar de maneira coesa e equilibrada os agentes inseridos no processo é uma maneira de se pensar e construir o turismo de forma sustentável (BENI, 2006).

Buscar esse entendimento por parte dos agentes ligados ao turismo é uma maneira de evidenciar que o mesmo é um sistema, formado por um conjunto de partes que se relacionam entre com a possibilidade de alcance de um objetivo comum, necessário para a construção do pensamento turístico (MOLINA, 2000).

Para isso, construir políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local dependerá de que todos assimilem sua funcionalidade, caráter social e sustentável, de modo a iniciar a desconstrução do paradigma de turismo apenas enquanto produto, enquanto indústria, construindo assim relações do mesmo enquanto fenômeno transformador.

O caráter fragmentado com o qual o turismo vêm sendo abordado deve-se muito à dificuldade de que o mesmo seja trabalhado fora do meio acadêmico. Articular o turismo com as políticas setoriais precisa de coordenação e clareza quanto a objetivos, metas, prioridades. A centralidade no planejamento, com a presença e participação dos demais atores locais, precisa ocorrer.

Essa falta de estruturação pode trazer problemas quanto à ocupação indevida de espaços de caráter turístico, poluição ambiental, depredação de espaços públicos, todos impactos advindos do planejamento indevido ou ausência de planejamento nas localidades e/ou regiões turísticas.

Pensar turismo, construir e colocar em prática suas premissas deve estar atrelado à conciliação desse setor com políticas de zoneamento,

ambientais, de saúde pública e vigilância sanitária, de controle de ingresso a espaços naturais, bem como de capacidade de carga.

Trabalhar para que o turismo possa ter caráter de inclusão, onde as políticas possam se tornar elo de articulação entre os agentes e esferas locais, de maneira compartilhada, democrática e sustentável (GASTAL & MOESCH, 2007) se mostra um caminho essencial de ser pensado e construído.

Promover qualidade de vida e inserção dos atores locais, com sinergia capaz de desencadear ou ampliar ações de apoio e promoção no âmbito social, econômico e cultural, fortalecendo a identidade local, vai depender da maturidade dos agentes públicos locais no que tange a criação de ferramentas que possibilitem a participação democrática quanto ao desenvolvimento turístico do território.

Construir subsídios capazes de auxiliar no entendimento e consolidação das práticas turísticas, algo que pode ser uma conquista interdisciplinar, organizado, onde cada parte está no todo, e o todo precisa estar na parte (MOESCH, 2002).

Assim, os níveis de excelência e maturidade de todos os envolvidos pode ajudar na compreensão histórica, na necessidade de estruturar políticas públicas e privadas no setor, superando desafios, possibilidades, e participação global, enquanto fenômeno integrador e com possibilidade de desenvolvimento local (BENI, 2001).

É interessante se buscar alianças entre o poder público e a iniciativa privada, visando o desenvolvimento de múltiplas ações ligadas ao turismo. A cooperação entre os setores público e privado, no sentido de apoio público ao turismo, pressupõe, para seu desenvolvimento sustentável, atitudes e ações de transversalidade e intersetorialidade.

O turismo existe para melhorar o bem estar dos residentes e dos visitantes temporários, e deve fundamentar-se na associatividade local, pois a manifestação participativa e o sentido estratégico podem ser um caminho para se fortalecer o turismo (BENI, 2001).

## **2. O TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (MT): CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ENDÓGENO NO MUNICÍPIO**

O presente capítulo busca apresentar quais foram os caminhos metodológicos utilizados no decorrer da pesquisa de campo no município de Barra do Garças, no que diz respeito ao diálogo junto aos atores e grupo de atores relacionados ao turismo, bem como ao levantamento de informações para caracterizar a realidade local presente no turismo de Barra do Garças.

### **2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Compreender como tem sido o entendimento do turismo e de políticas públicas voltadas ao turismo por parte dos atores locais para o fomento do turismo em Barra do Garças, através de possíveis ações e projetos implantados foi pertinente para a construção da proposta teórica do Projeto.

Inicialmente, o recorte escolhido esteve voltado para oito municípios da Região Araguaia: Araguaiana, Barra do Garças, General Carneiro, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Ribeirãozinho e Torixoréu.

Diante das inúmeras tentativas de diálogo com as prefeituras e secretarias municipais de turismo de cada município, entre os meses de agosto a novembro de 2016, sempre em vão, o recorte inicial foi reduzido para apenas três municípios: Araguaiana, Barra do Garças e Pontal do Araguaia.

Porém, diante de tanta dificuldade em conseguir as informações, seja pelo receio dos atores locais em compartilhar os possíveis dados existentes (ou não existentes), seja pela falta de interesse também, surgiu a necessidade do recorte final contemplar apenas Barra do Garças.

Para esse recorte territorial final utilizou-se como estratégia metodológica a abordagem qualitativa, como processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo.

Historicamente, a pesquisa qualitativa surgiu a partir da Antropologia. Pesquisadores perceberam que a vida dos povos não podia ser quantificada e precisava ser interpretada de forma mais ampla (TRIVIÑOS, 1987).

Assim, a abordagem qualitativa possui caráter representativo e descritivo, a interpretação dos resultados surge da especulação do objeto de estudo na sua totalidade, de forma lógica e consistente. Ademais, essa metodologia se preocupa com o processo e não apenas com os resultados e o produto:

“A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento.” (DE OLIVEIRA, 2007, p.59)

Isso demonstra a importância da pesquisa qualitativa para o nosso recorte de estudo, servindo de orientação para o processo de transformação da essência da realidade social que conhecemos *in loco* no município de Barra do Garças.

Foram aplicados questionários semi-estruturados, junto aos atores e grupos locais (Barra do Garças) e atores do Poder Público Estadual (Secretaria Adjunta de Estado de Desenvolvimento do Turismo) para analisar a percepção dos mesmos sobre o processo de desenvolvimento turístico e as formas de participação nos processos decisórios ou na construção de políticas públicas para o turismo em Barra do Garças.

Vale destacar a necessidade de entendimento de **governança turística**, que está relacionado a “uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada” (LÖFFER, 2001, p. 212).

Ou seja, é preciso que os atores locais compreendam que é preciso que se tenha um modelo de gestão que permita aos mesmos promoverem juntos determinada ação conjunta, cooperada e com entendimento mútuo, convergente no que diz respeito a expectativas e propostas, participativa e incluyente.

Para se chegar a essa percepção, as questões foram construídas para compreender diante das respostas dos entrevistados sua percepção quanto a

Barra do Garças enquanto município turístico, quanto a possíveis ações e programas relacionados ao turismo, a existência (ou não) da governança turística, o perfil do turistas e principais atrativos existentes, além da perspectiva quanto ao desenvolvimento da localidade através dos voos regulares, do Centro de Eventos e quanto a instrumentos de qualificação.

Houve ainda tentativa de entrevistas e coleta de informações junto ao CIDES<sup>7</sup> Portal do Araguaia e junto ao SEMPHOSBAVIYUH<sup>8</sup>, mas infelizmente até o fechamento do Projeto não conseguimos o agendamento para a entrevista e nenhuma devolutiva quanto ao questionário enviado.

A entrevista com representantes do Consórcio e do Sindicato poderiam ter sido pertinentes, pois de um lado o CIDES realiza ações inter-municipais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental na região, e por outro o Sindicato poderia apresentar a realidade por parte dos profissionais que atuam no setor e como ocorre o processo de participação em ambos os casos.

Os questionários foram pertinentes ainda para analisar os possíveis impactos do turismo que vêm ocorrendo em Barra do Garças e quais instrumentos podem ser inseridos para os processos de desenvolvimento endógeno em Barra do Garças a partir do modelo do SISTUR<sup>9</sup>.

Foram aplicados entre os meses de outubro de 2016 a fevereiro de 2017, na seguinte seqüência descrita abaixo:

Na Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças as entrevistas ocorreram com a atual Secretária Municipal de Turismo Mônica Porto (na semana de 09 a 13 de janeiro de 2017), o técnico-administrativo Fernando Mundim Penteado (na semana de 16 a 20 de janeiro de 2017), o gestor de segurança aeródromo Mikael de Souza (na semana de 23 a 27 de janeiro de 2017) e a técnica-administrativa Simôna de Souza Alves (na semana de 30 de janeiro a 03 de fevereiro de 2017).

No COMTUR do município, o entrevistado foi Nivaldo Corrêa Neto, empresário na área de alimentação, que ocorreu na semana de 06 a 10 de fevereiro de 2017.

Na SEDTUR, as entrevistas na Coordenadoria de Pesquisa e Planejamento do Turismo e na Coordenadoria de Estruturação e Qualificação

---

<sup>7</sup> Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Portal do Araguaia

<sup>8</sup> Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Barra do Garças

<sup>9</sup> Sistema de Turismo

em Turismo ocorreram com Diego Augusto Orsini Bezerra, Coordenador de Pesquisa e Planejamento do Turismo e Mamede Roder Neto, da Coordenadoria de Infraestrutura Turística (nas semanas de 25 a 29 de julho, 01 a 05 de agosto, 28 de novembro a 02 de dezembro e 12 a 16 de dezembro de 2016).

Para selecionar atores da comunidade local, buscamos como critério alguém ou algum grupo que estivesse periférico no processo de construção do turismo em Barra do Garças, desenvolvendo alguma ação que não contasse com suporte ou parceria junto à Secretaria Municipal ou Estadual de Turismo.

Dessa maneira, conhecemos José Juarez dos Reis Guimarães, Consultor de Marketing em Educação Ambiental Sustentável e Técnico Agrícola do INCRA<sup>10</sup>, lotado na UAVA<sup>11</sup> em Mato Grosso e Antonio Carlos Marques de Araújo, Guia de Turismo Regional.

Entrevistados nas semanas 21 a 25 de novembro e 05 a 09 de dezembro de 2016, ambos são articuladores de alguns projetos no Assentamento Serra Verde, localizado em Barra do Garças, em parceria com a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento.

Dentre os projetos desenvolvidos, tem o Agromel, Agrofloresta e Apicultura, Café Sombreado, Cultura do Barú (Cumbaru) e Turismo Rural / Ecoturismo, onde esses dois últimos são realizados sem nenhum suporte ou orientação por parte de nenhum órgão oficial de turismo, o que nos levou a escolher essa realidade pois acreditamos ser pertinente para compreender a visão de atores que trabalham com turismo sem nenhuma orientação ou direcionamento de informações e ações.

Acreditamos que a caracterização do Município, e a posterior análise das respostas obtidas em campo apresentam a compreensão da realidade local por parte de seus atores, auxiliando assim para que planos, projetos e propostas em prol do desenvolvimento endógeno do turismo de Barra do Garças.

---

<sup>10</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

<sup>11</sup> Unidade Avançada Vale do Araguaia

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (MT)

Barra do Garças é um município mato-grossense localizado no pé da Serra Azul, na Região Araguaia. Banhado pelos rios Araguaia e Garças, está localizado a 508 km da capital de Mato Grosso, Cuiabá.

Sua criação se deu por meio do decreto-lei nº 032 de 21 de dezembro de 1935, enquanto distrito Barra do Garça, anexado ao município de Araguaiana. Sua grafia passou para Barra do Garças através do decreto-lei estadual nº 145, de 29 de março de 1938, permanecendo ainda como distrito de Araguaiana (IBGE<sup>12</sup>, 2016).

A transferência de sede de Araguaiana para Barra do Garças vem a ocorrer pela lei nº 121 de 15 de novembro de 1948, e no ano de 1986 Araguaiana deixa de ser distrito e é elevada à categoria de município, pela lei estadual nº 5006, de 13 de maio daquele ano (IBGE, 2016).

As primeiras notícias que se tem da região se deram por conta das Minas dos Martírios, no século XVII. Neste período a região era habitada por povos indígenas, das nações boróro e xavante.

Quanto à povoação, através da navegação no Rio Araguaia, no período da guerra do Paraguai, começou a ter início o povoamento na região, quando o então presidente da Província, Couto de Magalhães, viu a necessidade de ligação entre as bacias hidrográficas do Prata e do Tocantins, para unir o sul ao norte, pelo centro.

Iniciou-se com isso a navegação do rio Araguaia, onde Couto de Magalhães mandou transportar em carros-de-boi três navios, desmontados para viagem – do Rio Cuiabá até o Porto de Itacaiú, onde os mesmos seriam montados.

Na época foram criados presídios, que serviam ainda de posto de registro: Ínsua, Passa Vinte e Macedina. O presídio de Ínsua foi transferido para as margens do Rio Araguaia, em lugar denominado Porto Grande, que ganhou nomenclatura posterior de Registro do Araguaia.

No trajeto entre os presídios, os militares faziam postos na foz do Rio das Garças, e o local de referência era assinalado por uma pedra, a pedra da

---

<sup>12</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Barra Cuiabana, daí vem a primeira denominação de Barra do Garças. Em Barra Cuiabana viviam José Pedro, o filho Vicente e outras pessoas, exatamente em frente à Barra Goiana, hoje município denominado Aragarças.

Sobre a pedra da Barra Cuiabana existia uma lenda, onde diziam que Simão da Silva Arraya enterrou um recipiente (talvez uma garrafa) contendo diamante nas proximidades da grande pedra. Arraya marcou a pedra com os dizeres “S. S. Arraya – 1871”.

Para José Pedro, a inscrição foi esculpida por uma caravana desmobilizada em retorno da Guerra, liderada por Simão Arraya, somente para marcar a passagem pelo lugar. Na versão de Raul José de Mello, antigo coletor de rendas de registro do Araguaia, a história é de que em 1871, o pai de Marcos Afonso (um dos herdeiros) e mais Simão da Silva Arraya e dois ex-combatentes de guerra encontraram enorme quantidade de diamantes.

Como na época a comercialização era difícil, pela iminência e perigo de ataque de índios boróros, aqueles que tinham conhecimento do valor daquilo que achavam, guardavam-no em uma garrafa.

Antes de fugir, enterraram a garrafa e mais tarde marcaram a pedra. A verdade é que ninguém encontrou a tal garrafa, e se foi achada, não foi divulgado – daí o motivo de existência da lenda.

Em 1897, Antônio Cândido de Carvalho encontrou diamantes no Rio das Garças. A notícia trouxe muita gente à região, aumentando o contingente populacional na região.

Neste período a economia regional dividia-se entre o garimpo e a extração de látex da mangabeira, que proliferava no cerrado.

Assim, sua população foi formada por pessoas vindas de vários estados brasileiros, incentivados pela marcha para o Oeste, em busca do ouro e do diamante.

Com isso a Região foi desbravada pelo Marechal Rondon, na metade do século passado e efetivada pelos sertanistas irmãos Villas Boas, que abrindo picadas (com a Fundação Brasil Central), fizeram nascer no seu rastro várias cidades.

O tempo passou, as pessoas foram chegando, e fizeram nascer Barra do Garças, à margem esquerda do Rio Araguaia, que delimita a fronteira de Mato Grosso e Goiás, e sua região urbana, conhecida como grande Barra, é

formada além de Barra do Garças, por Pontal do Araguaia (MT) e Aragarças (GO<sup>13</sup>).

## **2.3 CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM BARRA DO GARÇAS**

Barra do Garças apresenta atualmente população estimada em 58.690 habitantes, em uma área de unidade territorial de 9.078,984 km<sup>2</sup>, e densidade demográfica de 6,23 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Com uma economia baseada na agropecuária, existe em Barra do Garças a criação de gado de corte e gado leiteiro, além da produção de soja, arroz e milho. Diante da existência de atrativos naturais e eventos no decorrer do ano, o turismo vêm ganhando destaque quanto a geração de renda no Município.

De acordo com documento disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Barra do Garças, referente à Lei nº 3.723 de 22 de dezembro de 2015 (Projeto de Lei nº 062/2015, de autoria do Executivo), que estima a receita e fixa as despesas do Município de Barra do Garças para o exercício de 2016, foi possível confirmar qual o valor de dotação orçamentária para a pasta de turismo (uma vez que até a versão final do referido Projeto não havia sido aprovada a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017).

A Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças conta hoje com o montante de R\$ 3.848.000,00 para ações de divulgação e marketing do município (folheteria, site oficial, folha de pagamento de funcionários, stand de divulgação turística no Aeroporto do Município, estrutura do CAT Municipal).

Nesse montante ainda deve estar contidas ações para o chamado Barra Feliz com Turismo Regional, onde a pasta fica responsável por realizar o festival de praia e festival nacional de pesca no município, ações voltadas aos esportes radicais, além de festividades do aniversário da cidade e ainda divulgação e ações nos espaços naturais, de acordo com a Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças.

Os atrativos naturais que vem sendo trabalhados turisticamente no município apresentam como destaque, de acordo com a Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças (2017):

---

<sup>13</sup> Goiás

- a) **Águas Quentes:** Localizado no perímetro urbano de Barra do Garças, o Parque é uma área de lazer com piscinas hidrotermais com temperaturas que variam de 31 a 43 graus, toboagua, rio da preguiça e bar molhado. As águas hidrotermais são o atrativo no local por apresentarem propriedades terapêuticas, servindo também à fisioterapia. O Parque oferece ainda uma estrutura com bares, restaurantes, duchas, vestiários e instrutores de hidroginástica e ginástica de alongamento. Tudo isto com a preservação da Mata Permanente original.
- b) **Esportes:** A altitude, a topografia e o clima de Barra do Garças favorecem a prática de muitas modalidades esportivas, onde o município é muito procurado para vôo livre, *paraglider*, pára-quedismo e *canyoning* (rapel). Em Barra do Garças ocorrem, além de eventos voltados aos esportes náuticos, eventos esportivos a nível estadual e nacional, como campeonatos de *motocross*, *mountainbike*, encontros de motocicletas de grande porte e esportes de quadra, várzea e areia. Os principais eventos esportivos promovidos na cidade são:
- *Motorcycle*: No dia 1º de maio anualmente a cidade recebe centenas de motocicletas, vindos de todo o Brasil para o "*Motorcycle* da Barra", um encontro de motos de grande porte, cujo evento colocou a cidade na rota dos principais motoclubes.
  - FNPA - Festival Nacional de Pesca do Araguaia: Acontece no mês de setembro, o Festival paralisa a atenção da cidade, à qual se volta toda para as margens do Rio Araguaia (Porto do Baé), com uma premiação excelente que atrai pescadores de todas as regiões e faz parte do Campeonato Estadual de Pesca.
- c) **Grutas e Cavernas:** A região possui muitas grutas e cavernas, algumas ainda inexploradas, o que aguça a curiosidade de todos que visitam a cidade. Dentro do Parque Estadual da Serra Azul encontram-se a Caverna dos Pezinhos, com inscrições arqueológicas e a Gruta dos

Macacos, já catalogadas. Na região encontram-se ainda cavernas com câmaras de grande porte, galenas e até com lagos subterrâneos de água calcária, causando uma imagem de um azul belíssimo ao fundo das grutas e cavernas.

- d) Parque Estadual da Serra Azul: O Parque encontra-se a 4 km do centro da cidade e sua área é de 11.000 ha. Os Índios Bororós utilizavam este local para sua subsistência e o denominavam Kieguereiral, que significa "morro lugar dos pássaros" devido a grande diversidade de aves que ali habitam até os dias de hoje. A fauna e a flora exuberante convivem harmoniosamente com cachoeiras, fendas e cavernas, sítios paleontológicos e arqueológicos, formações rochosas curiosas, trilhas belíssimas e bosques nativos. Ainda dentro do parque encontra-se o marco do centro geodésico do Brasil, o local do futuro Discoporto e o Mirante do Cristo, de onde se descortina toda a cidade e o encontro dos rios Garças e Araguaia. É possível ainda conferir o circuito das cachoeiras, dentre elas a da Maçonaria e a do Pé-da-Serra.
  
- e) Porto do Baé: Espaço multiuso composto de arquibancada e arena, com capacidade de aproximadamente 10.000 pessoas, total infra-estrutura para shows artísticos, quadra poliesportiva, quiosques, lanchonetes, restaurante flutuante, centro cultural, rampa para skate e área de lazer para crianças, rampa de embarque e desembarque para barcos, lanchas e *jet-skys* no Araguaia, com arquibancadas de concreto para eventos náuticos e lanchonetes. No local são realizados ainda eventos culturais, apresentações artísticas, rodas de capoeira e esportes em quadra de areia.
  
- f) Serra do Roncador: Tal denominação vem do ronco que muitos ouvem desta serra, que tem sua história marcada por aventuras, lendas e mistérios como o desaparecimento do Coronel Fawcett em busca da Atlântida, fato que até hoje atrai expedições do mundo inteiro. A origem da civilização inca, o paralelo 16, o templo de Ibez, o caminho de Ió, Agartha, Shamballah, o chakra do planeta, o Portal de Aquarius, vulcões

extintos, fósseis de dinossauros e discos voadores são atrativos para cientistas, curiosos e místicos de toda parte. Com diversas comunidades esotéricas instaladas, a cidade é conhecida mundialmente como santuário místico e metafísico.

Existe ainda algumas peculiaridades sempre contadas sobre Barra do Garças, suas cavernas, serras e formação territorial, conforme informado pela Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças:

**Caverna dos Pezinhos:** Através de uma trilha do Parque Estadual da Serra Azul, chega-se a uma entrada de caverna, bloqueada por rochas. Nesta entrada, tanto nas paredes quanto no teto, há várias marcas de pegadas de animais e humanas, muitas delas com 6 dedos, que levam os visitantes a algumas perguntas, como: O que significam? Como foram parar nas paredes e no teto? Seriam pegadas ou inscrições? Porque a visitação é restrita pela Aeronáutica?

**Portais no Roncador:** Lendas e mistérios envolvem a Serra do Roncador e trazem outras perguntas aos visitantes: O que seriam os portais do Roncador? Onde estão? Para onde levam? Porque tantos buscam Atlântida ou Shamballah no Roncador? O que seriam os crânios de cristal que algumas pessoas procuram?

**Lagoa Encantada:** Esta lagoa se encontra em território indígena e é muito profunda, sem ter sido ainda determinada sua profundidade real. Apesar da imensa quantidade de água, não existe nenhuma forma de vida nela. Localiza-se na entrada de uma caverna, também muito profunda e inexplorada. Os índios não entram na lagoa por medo e na caverna, apenas o cacique é autorizado, pois dizem que é habitada por seres, o que leva a perguntas por parte dos visitantes: Quem seriam estes seres? Porque nenhuma forma de vida sobrevive na lagoa? Porque os índios guardam a entrada desta caverna?

**Gruta Seca:** Uma ampla câmara inicial se abre em vários túneis e outras câmaras. Uma destas câmaras abriga um mobiliário de pedra muito interessante, semelhante aos modernos. Outra delas tem no centro uma formação de estalactites e estalagmites com forma de imensa árvore, com uma espécie de parlatório no alto e um dos túneis não se consegue chegar ao final,

pois qualquer forma de iluminação utilizada se apaga. Quem viveu ali? Para onde vai o túnel?

Coronel Percy Fawcett: Esteve pelo Roncador em suas andanças e descobriu alguma coisa na região. A prova disto é que seu sobrinho-neto Timothy Fawcett visitava a região 2 vezes ao ano por 19 anos, rastreando os caminhos do tio-avô, através dos relatos das cartas que mandava para sua esposa Nina. Timothy dizia que os relatos oficiais de Fawcett eram diferentes para despistar e que a família conhece a verdade. Ao final de sua pesquisa, Timothy afirmava que o último vestígio do tio-avô seria na Gruta Seca. Isso levantou algumas perguntas: O que aconteceu com Fawcett? Para onde foi? O que teria descoberto? O que contam seus relatos para a família?

Pedra S. S. Arraya: A pedra que hoje se encontra em exibição no Porto dos Pioneiros tem a ver com a história de fundação da cidade, colonizada por lavras de garimpeiros atraídos pela história de uma garrafa de diamantes enterrada sob ela, no leito do Rio Araguaia, por garimpeiros que fugiam de um ataque de índios. Quando retornaram para buscar a garrafa, o rio estava mais cheio e escreveram na pedra o nome de um deles, para facilitar a busca mais tarde. O curioso é que quando a pedra foi retirada do rio para ser exposta, várias outras marcas foram observadas, muito mais antigas, vários círculos concêntricos, como nas pedras de altares incas. Estas inscrições existem em outras pedras no rio, no mesmo local de onde esta pedra foi retirada. Quem fez as inscrições? Porque motivo? Qual a ligação do Araguaia com os incas?

Tribos indígenas: Os Xavantes falam com medo de grandes bolas de fogo no céu ou focos de luz do céu iluminando a aldeia à noite. O que seriam estas bolas de fogo? Que tipo de equipamento apareceria à noite em regiões isoladas?

Pedras em formato de disco: Porque em locais onde existem mais ocorrências aparecem várias pedras em formato de disquinhos? Qual o seu significado? Como se formaram?

Discoporto: Local demarcado por lei na Câmara Municipal para construção de um futuro discoporto. A Serra Azul (braço da Serra do Roncador) foi escolhido por serem os relatos de aparições sempre associados à esta serra (ou vêm de lá ou vão para lá). Qual a relação da serra com as aparições?

Porque os relatos nunca incluem um pouso? Porque as aparições sempre “somem na serra” ou “saíram da serra”?

Tribos Indígenas: Algumas tribos indígenas se localizam na região como os Xavante e os Bororó, e suas reservas também oferecem belezas naturais e atrativas. A cidade possui lojas especializadas em vendas de artefatos e vídeos do folclore indígena. A visitação às Aldeias indígenas requer prévia autorização da FUNAI<sup>14</sup>.

Trilhas e Cachoeiras: A região possui um dos maiores mananciais de cachoeiras, a maioria delas visitáveis através de trilhas de fácil acesso. Cachoeiras com escorrega natural, grutas atrás da cortina d'água, quente ou fria, com piscinas ou poços naturais, enfim, cachoeiras para todos os gostos (destaque para as cachoeiras Cristal e Bateia).

## **2.4 CICLO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE O TURISMO EM BARRA DO GARÇAS**

O roteiro semi-estruturado dos questionários aplicados possibilitou construir o caminho para procurar responder o problema da pesquisa, norteador dessa dissertação: Considerando a realidade existente em Barra do Garças e os seus recursos culturais, sociais, ambientais e econômicos, as políticas públicas de turismo implantadas no Município, tem contribuído para inserir os atores e grupos de atores locais na promoção do desenvolvimento local?

O projeto, voltado para o desenvolvimento regional, apresenta assim a compreensão da realidade local de Barra do Garças, atrelada às características do contexto turístico local, para auxiliar futuramente na estruturação de possíveis planos, projetos e propostas, e ainda na elaboração e implementação em prol de adequações dessa realidade de nosso recorte de estudo.

---

<sup>14</sup> Fundação Nacional do Índio

## **2.4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS**

A Secretária Municipal de Turismo, Mônica Porto, que trabalha na pasta desde 2013, acredita que Barra do Garças é um município turístico, e para reforçar isso informou que existe hoje o Programa de Regionalização em turismo, do MTur, desenvolvido no município.

Com relação à instância de Governança Turística, ela avalia tal ferramenta como boa, na medida em que busca divulgar e promover os atrativos a nível nacional, onde ocorre ainda a participação em programas governamentais e que a Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças mantém um forte calendário de eventos.

Por outro lado, quanto ao planejamento turístico, Mônica entende que a logística é precária e que os produtos turísticos no município ainda não estão formatados, o que não permite sua comercialização por parte de operadores nacionais. Outro ponto de atenção é que os equipamentos turísticos carecem de profissionais qualificados.

A Secretária elencou como principais atrativos turísticos o Parque das Águas Quentes – voltado para a saúde, descanso e lazer – os rios Garças e Araguaia – com suas praias, turismo de pesca e náutico – a Serra do Roncador – com o ecoturismo e misticismo – e ainda o Parque da Serra Azul – com o ecoturismo.

Ao ser perguntada sobre instrumentos de qualificação em turismo, a mesma informou que vários cursos foram ofertados ao longo dos últimos anos, porém os empresários do setor não se conscientizaram em inscrever seus colaboradores.

Com relação a perspectivas para o turismo em Barra do Garças, Mônica informou que são as melhores possíveis, visto que o município é vocacionado para eventos, possuindo ótima estrutura para eventos, com atratividade para esse setor pois já existe demanda para eventos de médio e grande porte, porém não existem espaços físicos adequados.

A Secretária comentou ainda que o vôo da Azul contribuiu muito para a melhora da logística, para o desenvolvimento do turismo no momento em que

houver a ligação com Goiânia ou Brasília a localidade vai estar com a logística perfeita.

Com relação a parcerias público-privadas para o turismo, a mesma informou que todos os eventos do calendário turístico anual são feitos nessa estrutura, e que a participação em feiras e a produção de folheteria conta com o principal parceiro articulador o COMTUR<sup>15</sup>, através do FUMTUR<sup>16</sup>.

Por fim, Mônica informou que há articulação entre a instância de governança e os roteiros turísticos da região, através do CAT<sup>17</sup> e da divulgação dos parceiros do *Trade* Turístico inseridos no CADASTUR<sup>18</sup>.

Para Fernando Mundim Penteado, Barra do Garças é um município turístico. Ele reforça essa idéia citando os programas ou ações voltados para o turismo na localidade, como a regulamentação do aeroporto para vôos de grande porte, a implantação de vôos regionais, reforma, construção e manutenção dos atrativos turísticos públicos, além do apoio na execução do calendário turístico do município

Quanto à instância de governança turística, ele entende que é boa, pois a Secretaria Municipal de Turismo tem se empenhado para atender as demandas apresentadas relacionadas ao turismo.

Para Penteado, com relação ao planejamento turístico na Região Araguaia, não existem dificuldades para a parte operacional.

Quanto aos atrativos turísticos existentes no município, os principais na opinião de Penteado são as Águas Quentes, Rios Garças e Araguaia, Serra do Roncador, Parque Estadual da Serra Azul e ainda as trilhas e cachoeiras da Serra do Taquaral.

Sobre os instrumentos de qualificação em turismo aplicados no município ou na região, o mesmo informou que tem conhecimento de cursos de: condutores de turismo; guia de turismo; melhoria no atendimento voltado para hotéis, bares, restaurantes e similares; e ainda curso de Graduação em Turismo, que possui turmas regulares no município de Nova Xavantina, distante 137 km de Barra do Garças.

---

<sup>15</sup> Conselho Municipal de Turismo

<sup>16</sup> Fundo Municipal de Turismo

<sup>17</sup> Centro de Atendimento ao Turista

<sup>18</sup> Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas no Turismo

Sobre as perspectivas para o turismo no município, após a conclusão do Centro de Convenções, prevista para meados de 2017, Penteado acredita que com um local apropriado para a realização de eventos de grande e médio porte oferecidos para o público em geral e/ou específicos, este público irá utilizar-se do Centro de Convenções, do comércio local, dos hotéis, e ainda de atividades recreativas e de lazer, o que será positivo.

Quanto às perspectivas para o turismo em Barra do Garças com o lançamento dos vôos domésticos pela Azul, Penteado acredita que isso trará uma maior facilidade para atrair visitantes, principalmente da capital do Estado, Cuiabá.

Com relação a possíveis parcerias público-privadas voltadas ao turismo para o município, o mesmo informou que não possui conhecimento de todas, citando apenas parceria de implantação de eventos e ainda parceria para ampliação de linhas aéreas para Barra do Garças.

Já sobre possível articulação entre a instância de governança e os roteiros turísticos no município e região, Penteado informou não ter conhecimento da existência ou não de tais articulações.

Para Mikael de Souza, Gestor de Segurança Aeródromo, Barra do Garças pode ser considerado um município turístico. Perguntado sobre programas ou ações voltados para Barra do Garças, no âmbito do turismo, o mesmo informou não ter conhecimento relacionado ao tema.

Já com relação à instância de governança turística, ele avalia como excelente, que vem tendo um trabalho desenvolvido de forma correta, buscando recursos para eventos, shows e novas estruturas que irão fortalecer ainda mais o turismo e a economia da cidade.

Quanto a possíveis dificuldades para implantação de planejamento turístico Mikael entende que as dificuldades estão relacionadas à crise que o País enfrenta, e também por perseguição e restrições indevidas por parte do Ministério Público, que travam ações por parte da Secretaria Municipal de Turismo.

Quanto aos atrativos turísticos de maior destaque em Barra do Garças, o mesmo acredita que os principais seriam a Serra do Roncador, Águas Quentes, Cachoeiras, Parque Estadual da Serra Azul e ainda o Discoporto.

Sobre possíveis cursos de qualificação voltados para o turismo, Mikael informou não ter conhecimento sobre de ações aplicadas para tal finalidade em Barra do Garças ou região.

Mikael apresentou como perspectivas para o turismo no município, através da inauguração do Centro de Convenções, a possibilidade de que se torne um espaço que a muito tempo falta na localidade, melhorando as condições para os grandes eventos que venham a acontecer na cidade.

Quanto às perspectivas após o lançamentos dos vôos domésticos pela Azul, o mesmo informou que são as melhores possíveis, já que é um meio de transporte rápido, confortável e bem acessível, o que virá a fortalecer ainda mais a economia da cidade, já que o fluxo de visitantes já teve um grande aumento.

Finalizando, quando perguntado sobre conhecimento de possíveis projetos em parcerias público-privadas para o turismo no município, Mikael disse não ter conhecimento.

Com relação a existência ou não de articulação entre a instância de governança e os roteiros turísticos no município ou região, informou que a atual gestão da cidade se mostra aberta a receber novos projetos e roteiros turísticos, dando o apoio necessário para que novidades venham a fortalecer ainda mais o turismo.

A última entrevista foi realizada com Simôna de Souza Alves, que não considera Barra do Garças um município turístico, uma vez que possui potencial mas no entendimento dela falta muito para ser considerado um município turístico.

Sobre possíveis programas ou ações voltadas para o município em seu âmbito do turismo, ela informou não ter conhecimento de nada nesse sentido.

Já com relação a instância de governança turística municipal, Simôna acredita que vem trabalhando bastante para que o município possa ser considerado turístico.

Sobre o planejamento turístico no município e na região Araguaia, ela informou que existem dificuldades em implantação de tal ferramenta, uma vez que falta interesse dos meios que agregam o turismo.

Os principais atrativos turísticos existentes, na opinião de Simôna, são as cachoeiras, a Serra Azul, o Parque das Águas Quentes, o Rio Araguaia e o misticismo.

Com relação a instrumentos de qualificação em turismo aplicados em Barra do Garças, ela informou que ocorreram sim, que foram os cursos voltados para a área de hotelaria, bares e ainda atendimento ao público.

Para ela, o Centro de Convenções será pertinente, uma vez que vai haver a possibilidade de se ministrar palestras para um grande número de pessoas, com vários temas.

Já sobre a perspectiva com o lançamento dos vôos domésticos da Azul para o município e região, Simôna acredita que é mais um meio de locomoção para os turistas de outras partes do Brasil.

Finalizando, quando perguntada sobre possíveis projetos em parcerias público-privadas voltadas ao turismo para Barra do Garças ou região, e ainda sobre possíveis articulações entre a instância de governança e os roteiros turísticos existentes, em ambas as perguntas Simôna informou não saber de possíveis encaminhamentos ou ações.

#### **2.4.2 CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS**

Nivaldo Corrêa Neto, empresário na área de alimentação entende que a localidade pode ser considerada um município turístico.

Quanto ao conhecimento sobre possíveis programas ou ações voltados para o turismo de Barra do Garças, o mesmo informou ter conhecimento do CADASTUR e da Regionalização do Turismo, e ainda sobre alguns eventos dentro da programação da gestão municipal, tais como o carnaval e o encontro anual de motos do Centro Oeste.

Para Neto, a Instância de Governança Turística Municipal é atuante, pois sempre está buscando recursos juntos aos órgãos no âmbito Estadual e Federal, visando a realização de eventos em Barra do Garças.

Perguntado sobre o perfil do turista que visita o município, Neto informou que é baseado em representantes comerciais, funcionários públicos a serviço e

ainda famílias, em período de realização de eventos na cidade, principalmente na temporada de praia.

Quanto às principais dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças, ele acredita que dois fatores tem dificultado as ações: 1) a falta de entendimento dos órgãos como o IBAMA<sup>19</sup>, SEMA<sup>20</sup> e outros para colaborar no acesso aos espaços naturais; 2) a própria comunidade valorizar a sua riqueza.

Já com relação a instrumentos de qualificação em turismo aplicados em Barra do Garças ou na região Araguaia, Neto informa que a princípio não possui esse conhecimento, sabendo de apenas alguns cursos específicos para o setor.

Para Neto, quanto às perspectivas para o turismo no município e como o Centro de Convenções pode ser positivo, ele acredita que esse espaço será utilizado para eventos, cursos, trazendo para a cidade um maior público voltado ao turismo.

Sobre os vôos domésticos já em operação pela Azul, o mesmo entende que tal ação demonstra todo o potencial que eles possuem, atrelado ainda às riquezas da natureza.

Finalizando a entrevista com o representante do COMTUR de Barra do Garças, ao ser perguntado sobre possíveis projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo, e ainda sobre possível articulação entre a Instância de Governança e os roteiros turísticos do município e região, Neto informa não ter conhecimento acerca de projetos, e que não há articulação quanto a melhorias e estruturação para os roteiros turísticos existentes.

### **2.4.3 SECRETARIA ADJUNTA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO**

Pela Coordenadoria de Pesquisa e Planejamento do Turismo quem nos respondeu foi Diego Augusto Orsini Bezerra, Coordenador de Pesquisa e Planejamento do Turismo pela SEDTUR.

---

<sup>19</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

<sup>20</sup> Secretaria do Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso

Para ele, Barra do Garças pode ser considerado um município turístico, uma vez que integra o Mapa de Regionalização do Turismo em Mato Grosso e, conseqüentemente, o Mapa do Turismo Brasileiro, por meio do Programa de Regionalização do Turismo.

Diego informou que Barra do Garças está inserido na Região Turística Portal do Araguaia, apresentando-se como importante destino na referida região. Ademais, o município foi contemplado com a construção do Centro de Convenções, através do PRODESTUR<sup>21</sup>.

Ainda relatou que Barra do Garças foi ainda beneficiado pelo Programa Voe MT, que permite a redução da base de cálculo do ICMS<sup>22</sup> sobre combustíveis para aviação regional, o que desonerou os custos operacionais do trecho Cuiabá – Barra do Garças – Cuiabá, favorecendo o turismo no município.

Sobre a atuação da SEDTUR e suas ações na região Araguaia e em Barra do Garças, Diego considera satisfatória, pois entende que existem intervenções diretas no destino, e ainda em áreas importantes para o desenvolvimento da atividade turística na região.

Quanto ao planejamento turístico e a implantação de projetos na região, o mesmo entende que existem dificuldades pela dimensão territorial e ainda pela distância entre os municípios que compõe a região, o que não impede o trabalho, mas dificulta quanto à articulação dos destinos e conseqüentemente quanto ao processo de organização e planejamento no âmbito regional.

Diego destaca que Barra do Garças possui, na visão da SEDTUR enquanto principais atrativos turísticos, as praias de água doce do rio Araguaia, o Parque Estadual Serra Azul, o Parque Estadual das Águas Quentes, a Serra do Roncador e o Complexo de Cachoeiras do Bateia.

Reforçamos a pergunta para saber qual seria a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração desse Centro de Convenções. Diego respondeu que o Turismo de Negócios e Eventos configura-se como um promissor segmento da atividade turística, no âmbito de mitigar os impactos causados pela sazonalidade própria do turismo.

---

<sup>21</sup> Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável

<sup>22</sup> Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Para ele, o equipamento potencializará a demanda de eventos, envolvendo os mais de 37 municípios que abrangem uma população de aproximadamente 600 mil habitantes, formando o Vale do Araguaia, agregando os estados de Mato Grosso e Goiás.

Assim, para Diego, a perspectiva quanto ao Centro de Convenções será um importante indutor para incrementar o turismo de eventos, que, somado a outras ofertas e a localização privilegiada, atuando como município pólo da região, irá contribuir para ampliar e consolidar o fluxo de visitantes.

Ele entende que o lançamento de vôos domésticos por parte da Companhia Aérea Azul no trecho Cuiabá – Barra – Cuiabá é uma iniciativa que irá contribuir para a ampliação do fluxo de visitantes no município e na região, uma vez que, para ele, o acesso é fator fundamental para que a atividade turística ocorra.

Perguntando sobre possíveis projetos ou parcerias público-privadas que estejam em curso ou previstas para atender o turismo em Barra do Garças, Diego informou que por parte da Secretaria Adjunta de Turismo até o momento não existem projetos e/ou previsão relacionados a possíveis parcerias público-privadas.

Já com relação a articulação entre a SEDTUR com a Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças, voltada para roteiros turísticos no município ou na região, o mesmo informou que existe essa articulação entre os órgãos estadual e municipal de turismo, uma vez que o trabalho do turismo é realizado de forma regionalizada e a proposta de organização, por meio de instância de governança regional, induz o fomento à roteirização no desenvolvimento de produtos turísticos.

Houve ainda o momento de entrevista com a equipe da Coordenadoria de Estruturação e Qualificação do Turismo, da Secretaria Adjunta de Turismo do Estado de Mato Grosso.

A Equipe apenas informou de modo sucinto que não possui informações de ações desenvolvidas em Barra do Garças ou outro município que faça parte da região Araguaia, no que diz respeito a ações e/ou programas de qualificação trabalhados na região.

De acordo com a Coordenadoria de Estruturação e Qualificação do Turismo, nenhum dos municípios da região Araguaia fazem parte da região

prioritária no âmbito Estadual, tendo como base o Programa de Regionalização do MTur.

Ficou nítido um ruído interno na Secretaria responsável pelos trabalhos relacionados ao turismo em Mato Grosso, uma vez que foi descrito anteriormente ações realizadas pela Coordenadoria de Pesquisa e Planejamento do Turismo de Mato Grosso, evidenciando a importância turística de Barra do Garças não apenas na visão da Gestão Estadual, com em âmbito Nacional (atendendo os requisitos do PRT<sup>23</sup>), mas para a Coordenadoria de Estruturação e Qualificação em Turismo de Mato Grosso, o Município e região não são vistos como prioritários.

Ainda junto à Secretaria Adjunta de Turismo de Mato Grosso, houve a tentativa de aplicação do questionário na Coordenadoria de Infraestrutura Turística, mas a mesma buscou apenas informar quais ações de intervenção específica estão sendo realizadas para fomento do turismo em Barra do Garças.

Foi disponibilizado por escrito, como intervenção realizada no Município, a construção do Centro de Eventos, orçado em R\$ 7. 416. 287,00 através de recursos provenientes do BNDES<sup>24</sup> (PRODESTUR).

O objetivo de acordo com a Coordenadoria de Infraestrutura Turística de Mato Grosso é permitir que a obra se torne indutora para o incremento do turismo de eventos e de negócios, pois apesar das dificuldades e da falta de espaços adequados, é o segmento que mais contribui na captação de turistas, devido à vocação, localização, estrutura e hospitalidade de Barra do Garças.

#### **2.4.4 COMUNIDADE LOCAL**

José Juarez dos Reis Guimarães acredita que Barra do Garças pode ser considerado um município turístico, mas de acordo com ele a comunidade não tem conhecimento sobre programas ou ações voltadas para Barra do Garças no que se refere ao turismo, seja por parte da Secretaria de Turismo Estadual quanto Municipal.

---

<sup>23</sup> Programa de Regionalização em Turismo

<sup>24</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Para ele, é precária a atuação quanto à governança turística por parte da Secretaria Municipal de Turismo, seja pela falta de diálogo entre os poderes e os demais atores que atuam no turismo, seja pela dificuldade de informações e ainda suporte para os projetos que não sejam propostos pelo Poder Público.

Com relação a dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver no Município, o mesmo entende que falta estrutura nos espaços turísticos e ainda é fraco o trabalho de divulgação de ações dentro do calendário turístico ao longo do ano.

Sobre cursos de qualificação em turismo aplicados em Barra do Garças ou em algum município vizinho, Juarez informou não ter conhecimento de nenhum cursos de capacitação realizado nos últimos 5 anos, e que tem contato e conhecimento apenas com professores do Campus de Nova Xavantina, que oferta o curso de graduação em turismo na região.

Perguntado sobre qual seria sua perspectiva para o turismo em Barra do Garças, após a inauguração do Centro de Convenções no Município, ele entende que tudo vai depender de apoio para a atividade turística, para aqueles atores que atuam diretamente no turismo, o que no momento eles não tem. Para Juarez, existe uma grande possibilidade do município e da região se tornar um dos maiores pólos de turismo no Brasil.

Com relação ao lançamento de vôos domésticos por parte da Companhia Aérea Azul, Juarez entende que cria-se grandes perspectivas pois existe segundo ele, a possibilidade de gerar uma nova demanda, um novo público, mas o mesmo entende que será preciso qualificar os agentes de turismo para melhor atender os turistas de classe alta, perfil que Juarez entende ser o novo nicho de mercado que irá surgir.

Perguntado sobre quais atrativos turísticos podem ser considerados mais pertinentes em Barra do Garças, ele acredita que o turismo rural, desenvolvido nos assentamentos da reforma agrária, como no caso do Assentamento Serra Verde ao qual ele vem atuando, é algo muito rico e valioso mas que até o momento não tem tido atenção e auxílio por parte do poder público na região.

Sobre dificuldades para implantação de planejamento turístico na Região Araguaia, Juarez entende que não somente precisa de articulação, mas

também de pessoas certas nos locais certos, para coordenar com qualidade e conhecimento teórico e prático o turismo regional.

Com relação a Antonio Carlos Marques de Araújo, para ele Barra do Garças pode ser considerado um município turístico, mas infelizmente até o momento ele não tem conhecimento de nenhum programa ou ação turística voltados para Barra do Garças nos últimos anos.

Sobre a atuação da Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças, Antonio entende que a Secretaria pouco faz em relação à instância e para o desenvolvimento turístico no município e região, onde as decisões são tomadas isoladamente, somente quando se organiza evento na cidade, tais como o *motorcycle* e ainda o período de temporada de praia de água doce. Com isso, ao ver dele, a avaliação quanto à Instância de Governança Turística é péssima.

Sobre os turistas que visitam o município, o mesmo informa que tem o período sazonal, como temporada de praias e feriados prolongados, mas recebem turistas praticamente o ano todo, de vários estados e ainda de outras partes do mundo.

O perfil dessas pessoas é de quem visita a região em busca da Serra do Roncador, seus mistérios, encantos e lendas, e no entendimento de Antonio o turismo místico é o que apresenta maior frequência, justamente por causa dos mistérios que cercam a Serra do Roncador.

Com relação a dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças, Antonio acredita que não há um envolvimento entre o Poder Público e as pessoas que trabalham conduzindo turistas, o que caso ocorresse poderia resultar em uma padronização de serviços e produtos.

Para ele, o maior desafio seria por parte do Poder Público, em buscar soluções e uma padronização e formatação da maneira como o turismo é conduzido no município e na região.

Sobre instrumentos de qualificação em turismo aplicados em Barra do Garças ou na Região Araguaia, Antonio informa que tem o curso do qual ele fez parte enquanto aluno, o último aplicado na região, que foi o Curso de Guia

de Turismo Regional, ofertado pela SECITECI<sup>25</sup> através de sua Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Barra do Garças, concluído em 2014.

Perguntado sobre a perspectiva para o turismo no município após a inauguração do Centro de Convenções, Antonio entende que será muito positivo, pois poderão ser realizados *workshops*, divulgando melhor o potencial e pontos turísticos da região, atraindo visitantes e moradores locais.

Sobre os voos domésticos lançados pela Companhia Aérea Azul, Antonio entende que a região terá muitas vantagens através dos vôos domésticos, pois facilita o acesso, de modo que os finais de semana e feriados serão mais aproveitados uma vez que até um tempo atrás para se fazer uma viagem de Cuiabá para Barra do Garças levava em torno de 12 horas, contando a ida e o retorno.

Quanto aos atrativos turísticos que podem ser considerados pertinentes no município, ele considera a Serra do Roncador como o carro chefe na região.

Já com relação às dificuldades para implantação de um planejamento turístico na Região Araguaia, Antonio entende que falta flexibilidade do poder público municipal para fazer com que os demais atores que trabalham com turismo possam se fazer ouvidos e sejam participativos dentro do turismo em Barra do Garças.

## **2.5 APONTAMENTOS DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS COM OS ATORES LOCAIS**

Após a aplicação dos questionários e conseqüente conversa realizada com os atores e agentes locais do município de Barra do Garças e dos agentes do poder público estadual, é possível estabelecer alguns apontamentos desse momento com relação a nossa percepção enquanto pesquisador sobre a realidade conhecida, possível de ser evidenciada e validada através de nosso referencial teórico construído no primeiro capítulo do Projeto.

A construção dos conceitos e definições sobre o turismo local, desenvolvimento endógeno sustentável, políticas públicas e turismo, e ainda

---

<sup>25</sup> Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso

turismo enquanto campo epistemológico foram pertinentes para auxiliar na análise das respostas obtidas, de modo a contribuir para um turismo mais integrador, participativo em todas as esferas e inclusivo em Barra do Garças.

### **2.5.1 APONTAMENTOS – ENTREVISTA COM ATORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS**

Os atores da Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças, de um modo geral consideram o município como turístico. Mas fica claro na fala deles a falta de alinhamento quanto ao entendimento do turismo e instância de governança turística.

Vale frisar que diante das respostas obtidas, os mesmos fizeram confusão entre a instância de governança turística (que seja construtiva e integrante com os demais setores do turismo na localidade) e a atuação da secretaria de turismo do município (o que acontece em Barra do Garças) conforme visto na resposta por exemplo, de Mikael, quando entende que ocorre a captação de recursos para eventos.

Outra contradição percebida nas respostas obtidas diz respeito a resposta novamente de Mikael, quando relata que a atual gestão se mostra aberta a novos projetos e roteiros turísticos, mas sequer tem conhecimento do Projeto no Assentamento Serra Verde (conforme elencado na resposta de Juarez e Antonio, representantes da comunidade local e descrito no decorrer desse Projeto, na entrevista realizada com os Atores Locais).

De acordo com as falas deles, entendem que a promoção e divulgação ocorrem, e que o calendário de eventos se mostra suficiente. Mas fica nítido após conversa com os mesmos e análise nas respostas, que a compreensão da importância do turismo para o município e para a comunidade, ainda é superficial.

De um lado os investimentos feitos são a base, na visão dos profissionais da Secretaria, para que o turismo se desenvolva. De um modo geral para esses atores, a busca por recursos para eventos e a realização dos mesmos é o suficiente para o desenvolvimento do turismo.

Por outro lado, a baixa qualificação profissional e os atrativos turísticos não formatados comprometem o desenvolvimento turístico do município. Mas isso ocorre pelas respostas obtidas desses atores, muito em parcela pela falta de interesse dos empresários do setor, e nada tem a ver com a atuação da Secretaria.

Além disso, houve certo desalinhamento interno quanto às questões da oferta de cursos de capacitação, pois de um lado os grandes culpados pela baixa qualificação na visão da Gestão Municipal de Turismo é o desinteresse dos empresários do setor.

Ainda sobre os cursos de capacitação, a informação de que ocorreram cursos para guias de turismo, atendimento em serviços turísticos e ainda a Faculdade de Turismo em um município vizinho merecem um maior trabalho de mobilização por parte da Secretaria para que consiga qualificar não apenas os profissionais que já atuam no setor, como também para aqueles que possam vir a fomentar os serviços turísticos em Barra do Garças e entorno.

Tais cursos de capacitação ocorreram na região, mas é algo que não acontece a mais de 3 anos, e a não continuidade de tal ação compromete e muito quanto a presença da comunidade local, e principalmente entendimento da importância que o setor possui e da necessidade de inserção dos moradores nesse contexto para um turismo receptivo de qualidade.

Tanto o Centro de Convenções quanto os vãos regionais na visão da equipe tendem a ser excelentes ferramentas para o fomento do turismo já existente no município, como ainda para impulsionar o turismo de eventos em Barra do Garças e na região.

O perfil do público que pode começar a buscar Barra do Garças enquanto rota turística tende a aumentar, e diante de pessoas mais críticas quanto a serviços de qualidade, tendem a se tornar mais exigentes.

E esse novo público advindo dos vãos regionais e da possibilidade de eventos de médio e grande porte no município, poderão ter a possibilidade de conhecer os atrativos naturais existentes no município e entorno.

Quanto aos atrativos, nas respostas foram unânimes em confirmar o Parque das Águas Quentes, os Rios Garças e Araguaia, a Serra do Roncador e o Parque Estadual Serra Azul como principais atrativos existentes.

Na fala dos atores de um lado existe a consciência de que os atrativos ainda não estão formatados e sem profissionais qualificados para o setor, mas por outro a participação em feiras, produção de folheteria e divulgação via CAT são suficientes, mesmo que os produtos e o atendimento deixem a desejar.

Se os gestores municipais não conseguirem alinhar ações para conscientizar os empresários do setor, seus colaboradores e principalmente a comunidade local do contexto que o turismo pode representar e qual será a importância para o desenvolvimento local, pode ocorrer uma não aceitação interna diante desse novo público ou, no caso dos profissionais do setor, um péssimo atendimento pode colocar todos os investimentos a perder e criar uma imagem negativa da localidade diante desse novo público a ser atendido.

## **2.5.2 APONTAMENTOS – ENTREVISTA COM ATORES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS**

Na visão do COMTUR fica evidente que o município é turístico, e que apresenta importância no âmbito Estadual pois tem-se trabalhado para o cadastro dos prestadores de serviço de Barra do Garças através do CADASTUR e ainda vem ocorrendo ações quanto à Regionalização do Turismo.

Para eles, o setor de eventos é o carro chefe no município, e além disso o trabalho de governança turística é forte, no que diz respeito à busca de recursos para os eventos ao longo do ano.

Um fato que chama atenção na fala do COMTUR é quando o entrevistado questiona os órgãos responsáveis pelas questões ambientais, dizendo que os mesmos somente criam empecilhos para a entrada de turistas nos espaços naturais.

Tal resposta demonstra não haver nenhuma preocupação quanto a impactos ambientais e necessidade em se respeitar a capacidade de carga em tais ambientes, uma vez que a função de tais órgãos ambientais é justamente de auxiliar quanto à regulamentação, acesso e estudo adequado de capacidade de carga e que se evitem possíveis danos e impactos nos espaços naturais em Barra do Garças.

Além disso, entendem que a comunidade precisa valorizar suas riquezas, se fazer presente no turismo na região, mas que não é papel dos gestores públicos e empresários do setor buscar esse diálogo a ser construído para esse entendimento e participação no turismo em Barra do Garças.

As respostas nos dois parágrafos acima demonstram realmente que não ocorre o sistema de governança no âmbito do turismo no Município, uma vez caso ocorresse o diálogo entre os agentes de turismo, como no caso do IBAMA e SEMA citados na resposta do COMTUR, tais órgãos deveriam ser consultados quanto aos critérios para acessibilidade nos espaços naturais existente em Barra do Garças, e não apenas serem vistos como entraves.

O mesmo vale com relação à comunidade local, que deveria, na fala do COMTUR, valorizar sua riqueza, mas não possui participação nos diálogos e ações a serem construídas e planejadas no que diz respeito ao turismo local.

Sempre no decorrer da entrevista ficou evidente a valorização do âmbito comercial do turismo, com os vãos regionais e ainda com o Centro de Convenções, mas com relação a questões de capacitação profissional e atualização por parte dos profissionais do setor, apenas informava de modo superficial que tinha conhecimento de cursos específicos mas sem aprofundar.

Interessante frisar ainda que o COMTUR considera a gestão municipal do turismo atuante, buscando captar recursos para eventos ao longo do ano. Mas com relação a possíveis projetos em parcerias público-privadas para o turismo, ou ainda articulação entre a governança turística e os roteiros turísticos no município ou na região, o Conselho informa não ter conhecimento, seja com relação a projetos, seja quanto à articulação e estruturação locais.

### **2.5.3 APONTAMENTOS – ENTREVISTA COM ATORES DA SECRETARIA ADJUNTA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO**

Os atores da SEDTUR no decorrer de sua fala deixam evidente que o Município é turístico, reforçando isso através da integração do mesmo no Mapa de Regionalização do Turismo no Estado, inserido no Programa de Regionalização do Turismo (MTur).

Entendem que por ser o atrativo turístico principal na Região, os investimentos quanto aos vãos regionais e quanto ao Centro de Convenções tendem a impulsionar o turismo em Barra do Garças.

Quanto a premissa voltada para capacitação profissional e formatação dos atrativos existentes, no decorrer da entrevista fico nítido um certo desconforto dos atores da SEDTUR, onde de um lado informavam sempre de investimentos e atuação da Pasta na região, mas de outro colocavam como entraves a dimensão territorial da região e a distância entre os municípios para ações da Pasta.

Para eles, o turismo de eventos tem tudo para potencializar no município e entorno, contemplando visitas aos principais atrativos existentes: Parque Estadual Serra Azul, Parque Estadual das Águas Quentes e Serra do Roncador.

Quanto aos investimentos e divulgação do município e região, não sobra certeza de que esse trabalho vem ocorrendo. Mas em nenhum momento houve ênfase na preocupação da importância da comunidade local nessa realidade, da necessidade de qualificação continuada para esses profissionais.

As respostas traziam apenas evidências quanto a investimentos, fomento à roteirização dos produtos turísticos, e comercialização dos mesmos em eventos que contam com stand da SEDTUR.

Com as respostas obtidas no questionário aplicado, fica evidente que até o momento é imperceptível o diálogo entre os atores dos Órgãos Públicos de Turismo com os empresários locais, com a comunidade local, não existindo a busca por possíveis parcerias público-privadas e deixando claro que não existe a instância de governança turística conforme elencado por eles nas respostas.

A grande preocupação com relação a isso é o fato de que a equipe não possui informação alguma de ações desenvolvidas em Barra do Garças ou outro município na região Araguaia no que diz respeito a ações ou programas de qualificação em Turismo.

Na visão da SEDTUR, em especial da sua Coordenadoria de Estruturação e Qualificação no Turismo, nenhum município na região Araguaia faz parte das prioridades no âmbito estadual para o fomento do turismo, tendo como base o Programa de Regionalização do Turismo.

Nitidamente houve um ruído interno, pois de um lado informam que a região é prioritária e tem Barra do Garças como destino principal para ações voltadas ao fomento do turismo, e de outro, em especial na pasta responsável pela capacitação profissional, tal visão demonstra não ter importância para ações de melhoria nos serviços prestados no turismo na região.

Tal fato choca ainda com a informação repassada pela Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças, que informou terem sido realizados cursos de capacitação em parceria com a SEDTUR, e de outro a SEDTUR sequer conhece tal informação.

Fica então, diante das respostas obtidas, a preocupação com relação à ausência da governança turística em Barra do Garças, uma vez que as ações por parte das Secretarias Municipal e Estadual de Turismo existem, conforme visto nas falas com os atores locais, mas de modo isolado, sem integração entre as ações, projetos e planos a serem construídos e integrantes entre o poder público, iniciativa privada e comunidade local (essa última ausente nos diálogos).

#### **2.5.4 APONTAMENTOS – ENTREVISTA COM ATORES LOCAIS DE BARRA DO GARÇAS**

Como foi definido como critério alguém ou algum grupo que estivesse periférico no processo de construção do turismo em Barra do Garças, desenvolvendo alguma ação que não tivesse suporte ou parceria junto à Secretaria Municipal ou Estadual de Turismo, a escolha de José Juarez dos Reis Guimarães, Consultor de Marketing em Educação Ambiental Sustentável e Técnico Agrícola do INCRA, lotado na UAVA em Mato Grosso e Antonio Carlos Marques de Araújo, Guia de Turismo Regional atendeu os requisitos iniciais para compreensão da realidade do turismo por parte de atores locais.

Ambos vêm desenvolvendo projeto voltado para um Assentamento Rural localizado a 30 km de Barra do Garças, denominado PA Serra Verde, onde as 100 famílias ali estabelecidas vem trabalhando já na produção voltada à agricultura, apicultura, café sombreado, mel, baru e outros itens.

Nossa entrevista ocorreu no Assentamento, lugar de beleza impar, fácil acesso, e pessoas interessadas em trocar informações para que consigam direcionar ações para o turismo no local.

Vale destacar que em nenhuma das falas dos atores anteriormente entrevistados (Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças, COMTUR, SEDTUR) houve sequer alguma citação da região onde está localizado o Assentamento.

Nenhuma ação ou projeto com presença dos entes públicos do Município e do Estado foram desenvolvidas ou fazem parte de possibilidades futuras para aquela realidade ali existente.

Na visão dos representantes da Comunidade, Barra do Garças é um município turístico, mas os mesmos não fazem parte do diálogo com os gestores públicos, sejam municipais sejam estaduais.

Deixaram claro no decorrer da fala que quando se trata da instância e governança turística em Barra do Garças, como as decisões tomadas ocorrem de forma isolada, somente para os eventos já consolidados anualmente, e que pouco tem sido feito para que ocorra diálogo com a comunidade, fica evidente com essa realidade que não existe instância, conforme defendido pelos atores das Secretarias Municipal e Estadual de Turismo e ainda do COMTUR.

A comunidade, sempre tem visto a atuação voltada ao turismo de modo paralelo, e entende que o trabalho até o momento desenvolvido pode ser vista como precária, pela falta de diálogo, pela dificuldade de informações, e o principal, pela falta de suporte para projetos voltados ao turismo que não sejam propostos pelos gestores públicos.

A comunidade foi enfática em dizer que não se recorda, nos últimos 5 anos, de cursos de capacitação voltados para o turismo, a não ser o curso de Graduação em Turismo oferecido pela UNEMAT<sup>26</sup> no município de Nova Xavantina.

Entendem que o Centro de Convenções e os vôos regulares terão um importante papel para o município e região, desde que ocorra apoio para a atividade turística, mas é primordial que se busque qualificar os profissionais do setor e principalmente estabelecer diálogo com a comunidade.

---

<sup>26</sup> Universidade Estadual de Mato Grosso

Para eles, esse novo nicho a surgir é de pessoas acostumadas a viajar e com isso é fundamental a qualificação para o atendimento no turismo. Ressaltaram ainda que é preciso o diálogo entre todos os atores, a fim de padronizar os serviços e produtos.

Deixaram de lado os atrativos turísticos já conhecidos no município, valorizando a possibilidade do turismo rural ou agroturismo, principalmente para assentamentos rurais, algo que não ocorre na região, mas após nosso contato começa a ganhar forma após troca de informações que deixaram eles esperançosos com essa possibilidade de fonte de renda, mas sustentável.

Na visão deles, os assentados são pessoas que se tiverem a devida orientação podem desenvolver um turismo que respeite o ambiente natural do assentamento, adequando as trilhas e capacidade de carga para as cachoeiras, gerando fonte de renda para a comercialização dos produtos ali feitos, e ainda recebendo orientação quanto a conhecimento teórico e prático para o turismo regional.

Os atores da comunidade local evidenciaram sempre que a implantação de um turismo planejado para Barra do Garças e entorno depende muito da flexibilidade do poder público, para que aqueles profissionais que atuam no turismo mas não tem voz ativa sejam ouvidos e tenham participação dentro do turismo.

O fechamento da entrevista foi positivo, pois como a mesma ocorreu em um lugar com uma beleza natural fantástica, mas que até o momento vem sendo trabalhado o turismo sem nenhuma orientação ou ajuda dos poderes públicos, mostra que as possibilidades são muitas para Barra do Garças, desde que ocorra essa governança integrada, diálogo e principalmente ações conjuntas entre todos os entes envolvidos no turismo.

## **2.6 ANÁLISE DO TURISMO EM BARRA DO GARÇAS**

A aplicação dos questionários e o diálogo com os atores entrevistados e ligados ao turismo em Barra do Garças se mostrou pertinente para responder a pergunta inicial, bem como aos objetivos propostos.

Barra do Garças faz parte do Mapa do Turismo Brasileiro, pois atende aos critérios mínimos solicitados pela Secretaria Adjunta de Estado de Desenvolvimento do Turismo.

Conforme informado por Diego Augusto Orsini Beserra, Coordenador de Pesquisa e Planejamento do Turismo, atende os seguintes critérios: possui órgão responsável pela pasta do turismo no município, possui dotação orçamentária anual para o turismo e possui o termo de compromisso de adesão ao PRT.

Diego Augusto informou ainda que todos esses critérios foram devidamente atendidos dentro do prazo solicitado pela SEDTUR, que foi até abril de 2016.

A SEDTUR, vê o município de Barra do Garças como oferta principal do turismo na região, e entende que é necessário que seja feito um esforço para que os municípios na região se unam para desenvolver a atividade turística, o nível de participação na economia local, direcionando ações de planejamento, gestão e mercado.

Ainda de acordo com Diego Augusto, Barra do Garças pertence à Região Turística Portal do Araguaia, juntamente com mais sete destinos pois o município se apresenta como a oferta principal da região sendo considerado categoria B na economia do turismo, de acordo com a classificação do MTur, em uma escala de que vai de A a E, onde A significa grande participação na economia do turismo e E nenhuma participação ou insignificante para a economia do turismo.

Na fala dos entrevistados, fica nítido que realmente Barra do Garças possui essa relevância para o turismo na região Araguaia em Mato Grosso, mas que as ações desenvolvidas por parte tanto da Secretaria Estadual quanto da Secretaria Municipal de Turismo, até o presente momento não possuem diálogo entre as pastas.

O não estabelecimento de diálogo entre as pastas, agregado ainda à falta de diálogo com o COMTUR, faz com que tanto Barra do Garças quanto a região Araguaia careçam da necessidade de conjuntamente elaborar um plano estratégico do turismo, para nortear as ações no Município-Polo, e conseqüentemente na região.

Diego Augusto informou estar em processo de implantação da Instância de Governança do Turismo, que será constituída como um fórum permanente de discussão, denominado de Fórum Regional do Turismo Pontal do Araguaia, que deverá atuar de forma participativa e integrada para atender as demandas de Barra do Garças enquanto oferta principal, e para os demais municípios.

A Secretaria Adjunta de Turismo identifica oficialmente enquanto atrativos turísticos em Barra do Garças:

- Rio Araguaia, que faz divisa natural entre os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, formando em seu leito no período que corresponde de julho a setembro, ilhas de areia que são utilizadas como área de acampamento por turistas, onde ocorrem ainda festivais de pesca e de praia;
- Rio Garças, considerado portão de entrada para a região do Vale do Araguaia, oferecendo possibilidades voltadas para a pesca esportiva, trilhas aquáticas, observação de fauna e flora, esportes náuticos e praias de água doce;
- Serra do Roncador, que se estende desde Barra do Garças até as proximidades da Serra do Cachimbo, no Pará, com fauna e flora exuberantes que convivem harmoniosamente com cachoeiras, fendas e cavernas, sítios paleontológicos e arqueológicos, trilhas e bosques nativos. Além disso, reside sobre o local a lenda de que é um local místico e especial, repleto de mistérios e ainda do desaparecimento misterioso do coronel britânico Percy Fawcett, em 1925;
- Parque Estadual Serra Azul, com grande diversidade de pássaros na região, fauna e flora ricas, cachoeiras, trilhas, cavernas, sítios paleontológicos e arqueológicos, além do Discoporto e o Mirante do Cristo;
- Parque das Águas Quentes, localizado no perímetro urbano do município, é uma área de lazer com piscinas hidrotermais, toboágua e rio Preguiça, com toda estrutura de lazer existente dentro do parque e águas com temperatura entre 31° e 43° C;

- Complexo de Cachoeiras do Bateia, possui aproximadamente 17 cachoeiras, trilhas com vegetação de cerrado, veredas, mata de galeria e formação rochosa, tendo a cachoeira da Bateia com aproximadamente 75 metros de altura e a cachoeira da Pedra Furada como as principais na região;
- Porto do Baé, espaço multiuso com infraestrutura para shows, lanchonetes, restaurante flutuante, centro cultural, rampa para skate e área de lazer para crianças, utilizado na temporada de seca entre os meses de julho a setembro, que compreende o período de temporada de praia;
- Discoporto, motivo de curiosidade e uma das atrações turísticas do município, localizado no pé da Serra Azul, local que abriga ainda cachoeiras e piscinas naturais, algumas delas de águas termais.

Para embasar a pesquisa desenvolvida, buscando alinhar a visão dos atores presentes nas políticas públicas e de turismo para Barra do Garças e conseqüentemente que possam render frutos positivos para o desenvolvimento endógeno na região Araguaia, houve o momento de entrevista também com a equipe da Coordenadoria de Estruturação e Qualificação do Turismo, da Secretaria Adjunta de Turismo do Estado de Mato Grosso.

A Equipe apenas informou de modo sucinto que não possui informações de ações desenvolvidas em Barra do Garças ou outro município que faça parte da região Araguaia, no que diz respeito a ações e/ou programas de qualificação trabalhados na região.

Isso porque de acordo com a Coordenadoria de Estruturação e Qualificação do Turismo, nenhum dos municípios da região Araguaia fazem parte da região prioritária no âmbito Estadual, tendo como base o Programa de Regionalização do MTur.

Houve um nítido ruído interno na Secretaria responsável pelos trabalhos relacionados ao turismo em Mato Grosso, uma vez que foi descrito anteriormente ações realizadas pela Coordenadoria de Pesquisa e Planejamento do Turismo de Mato Grosso, evidenciando a importância turística de Barra do Garças não apenas na visão da Gestão Estadual, com em âmbito Nacional (atendendo os requisitos do PRT), mas para a Coordenadoria de

Estruturação e Qualificação em Turismo de Mato Grosso, o Município e região não são vistos como prioritários.

Ainda junto à Secretaria Adjunta de Turismo de Mato Grosso, houve a tentativa de aplicação do questionário na Coordenadoria de Infraestrutura Turística, mas a mesma buscou apenas informar quais ações de intervenção específica estão sendo realizadas para fomento do turismo em Barra do Garças.

Mamede Roder Neto, da Coordenadoria de Infraestrutura Turística, disponibilizou por escrito como intervenção realizada no Município a construção do Centro de Eventos, orçado em R\$ 7. 416. 287,00 através de recursos provenientes do BNDES (PRODESTUR).

O Projeto foi aprovado pelo BNDES em outubro de 2015, através de contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao Estado de Mato Grosso.

O objetivo turístico de acordo com a Coordenadoria de Infraestrutura Turística de Mato Grosso é permitir que a obra se torne indutora para o incremento do turismo de eventos e de negócios, pois apesar das dificuldades e da falta de espaços adequados, é o segmento que mais contribui na captação de turistas, devido à vocação, localização, estrutura e hospitalidade de Barra do Garças.

O turismo de eventos movimenta no município, de acordo com Mamede, 56 segmentos dentro da cadeia econômica no município e também em seu entorno, e pretende-se com a obra otimizar ao máximo a utilização do espaço, fomentando o turismo e propiciando lazer de qualidade à população.

Localizado dentro do Campus Araguaia, da UFMT<sup>27</sup>, essa parceria entre o Governo Federal, Estado de Mato Grosso, UFMT e Prefeitura Municipal de Barra do Garças é um projeto que totalizará 4,5 mil m<sup>2</sup> de área construída.

O prédio será composto de 5 opções de uso, tendo um auditório, salão principal e mais 3 salões menores, onde o auditório terá capacidade de acomodação para até 555 pessoas sentadas, e o salão principal será voltado para coquetéis e pré ou pós eventos.

Mamede complementa informando que o salão principal poderá ser dividido em até três espaços multiusos, com a instalação de painéis

---

<sup>27</sup> Universidade Federal de Mato Grosso

deslizantes, e todo o prédio possuirá zonas de fluxo de pessoas para saída sem tumulto, em caso de incêndio ou pânico.

A questão de acessibilidade não foi esquecida, em todos os ambientes que estão sendo construídos, seja na parte social, seja na área destinada a serviços, também projetada para dar conforto às equipes envolvidas na produção e organização dos eventos.

A previsão de entrega da obra, de acordo com a Secretaria Adjunta de Turismo do Estado de Mato Grosso, é para a primeira metade de 2017, com a expectativa de que possa contribuir para uma agenda mais perene de eventos, negócios, congressos e feiras no município de Barra do Garças, possibilitando perenidade na demanda de turistas para o município e região.

Figura 1: Projeto Final do Centro de Eventos de Barra do Garças



Fonte: Secretaria Adjunta de Turismo do Estado de Mato Grosso, 2016

Figura 2: Obra do Centro de Eventos de Barra do Garças



Fonte: Secretaria Adjunta de Turismo do Estado de Mato Grosso, 2016

Figura 3: Projeto Final do Centro de Eventos de Barra do Garças



Fonte: Secretaria Adjunta de Turismo do Estado de Mato Grosso, 2016

Figura 4: Projeto Final do Centro de Eventos de Barra do Garças



Fonte: Secretaria Adjunta de Turismo do Estado de Mato Grosso, 2016

Pertinente reportar uma passagem após o diálogo estabelecido com a SEDTUR, pois mesmo os atores informando que está processo de implantação a Instância de Governança do Turismo, que será constituída como um fórum permanente de discussão, denominado de Fórum Regional do Turismo Pontal do Araguaia, não foi possível ver exemplos dessa ferramenta de forma prática.

Uma vez que a SEDTUR informou que tal subsidio servirá para atuar de forma participativa e integrada para atender as demandas de Barra do Garças enquanto oferta principal, e para os demais municípios, em nenhum momento aparece na fala deles quais critérios foram e requisitos foram utilizados para compreender como se chegou ao Projeto do Centro de Eventos no município.

Poderia ter sido exposto um estudo de viabilidade, uma pesquisa por parte do poder público junto à iniciativa privada e comunidade, ou até mesmo um levantamento apontando a importância desse espaço para o fomento do turismo.

O mesmo vale para os atrativos turísticos existentes, onde não fica nítido na fala da Secretaria quais ações e cuidados fazem parte da política para o desenvolvimento sustentável do turismo no município, o que não demonstra

qual seria o foco e entendimento de desenvolvimento que os mesmos possuem e trabalham para Barra do Garças..

As informações levantadas, seja por meio dos questionários aplicados e respostas dos atores locais, e ainda pelo acesso a documentos relacionados a ações para o fomento de políticas públicas para o turismo em Barra do Garças, se mostraram importantes para auxiliar na compreensão da realidade acerca do turismo no Município objeto de estudo.

Utilizando como base o Modelo do SISTUR apresentado por Beni (2001), e descrito no Capítulo 1 (página 33), podemos compreender de uma maneira mais prática a contextualização do turismo hoje em Barra do Garças:

No **Conjunto das Relações Ambientais(RA)**, o subsistema econômico é visto como o mais importante diante dos demais subsistemas (ecológico, social e cultural), o que é uma questão que precisa ser vista como um ponto de atenção, uma vez que conforme descrito no decorrer desse projeto, o turismo em Barra do Garças ocorre em sua plenitude em espaços naturais, e não fica visível na fala dos atores e agentes locais preocupações de âmbito sustentável e de preservação do meio ambiente natural.

Outro ponto de atenção é com relação ao subsistema social, pois em diversos momentos fica evidente nas falas e na percepção da realidade local que a comunidade não tem tido voz ativa na construção do turismo no município, muito menos no processo de discussão e entendimento da condução das políticas públicas e programas de qualificação.

Quanto ao subsistema cultural, diante das respostas obtidas nas questões sobre o perfil do turista que visita o Município e ainda sobre quais atrativos turísticos podem ser considerados pertinentes na Localidade, em nenhum momento aparece alguma passagem que remeta a atrativos turísticos ou manifestações ligadas a espaços ou eventos culturais (patrimônio histórico e cultural), para que esteja inserido no calendário anual de ações e divulgação do município, em âmbito municipal e estadual.

No que diz respeito ao subsistema ecológico, ficou nítido com o decorrer do Projeto que é um ponto de extrema atenção, pois a preocupação com as questões ambientais e de sustentabilidade não ficam nítidas na fala dos atores entrevistados.

Além disso, existe até mesmo um ruído de comunicação entre os entes públicos, como por exemplo na questão de que na visão do COMTUR os demais órgãos reguladores ambientais são vistos como entraves, burocráticos, que apenas querem impedir a entrada de turistas, e não se vê a preocupação de que sem estudo de impacto e capacidade de carga, o turismo praticado nos espaços naturais está seguindo um caminho sem volta e comprometedor quanto a degradação ambiental.

Com relação ao **Conjunto das Relações Operacionais (RO)**, a oferta turística existente na localidade é bem definida e compreendida pelos atores entrevistados e condutores do turismo.

A demanda que a localidade visita também já tem conhecimento dos atrativos existentes a serem visitados, o que facilita na estruturação de ações para fomentar esse turismo nesses espaços naturais.

Fica apenas a necessidade de saber como será conduzido o turismo em Barra do Garças com esse novo público que pode se tornar perene no município, advindo do turismo de eventos, com a possível realização de feiras, congressos e demais eventos, uma vez que com o turismo praticado hoje já é nítida a carência com a qualificação profissional, e com esse novo público, a baixa qualificação tende a se tornar um aspecto negativo diante de quem visitar o município, se nada for feito nesse sentido.

Por ser algo novo, a questão dos vãos regionais ainda não apresenta dados para mensurar o retorno que dar-se-á dessa nova ferramenta, que já se mostrou positiva no aspecto de reduzir o tempo de viagem da Capital Cuiabá para Barra do Garças.

Por fim, quanto ao **Conjunto da Organização Estrutural (OE)**, se mostrou condizente com a necessidade que apresentamos quanto à elaboração do Projeto, pois as informações coletadas agregaram de forma positiva para que pudéssemos construir essa análise da organização e estrutura do turismo em Barra do Garças.

Mostrou-se um ponto de atenção que precisa ser alinhado entre os entes do turismo no município, visto que atualmente a falta de diálogo entre os interlocutores, tem levado à conseqüente falta de alinhamento quanto às ações desenvolvidas no que diz respeito às políticas de turismo.

De um lado, a superestrutura com as normas, regras e leis que regulam o funcionamento do turismo em uma localidade, e de outro a infraestrutura relacionada à oferta turística (serviços e equipamentos de apoio).

Esse Conjunto (OE) merece assim destaque, pois no primeiro momento no que diz respeito à superestrutura, hoje como se encontram as ações para o turismo em Barra do Garças, não ocorrem de modo integrado, e tal dispêndio de tempo e alinhamento entre todos os entes permitiria ações mais consistentes e que pudessem fortalecer o turismo local.

O fato do Município fazer parte do Mapa do Turismo Brasileiro, atendendo aos critérios necessários para estar aderido ao PRT, demonstram o potencial de Barra do Garças enquanto pólo indutor do turismo na região Araguaia, pela sua importância econômica e ainda enquanto oferta principal de turismo.

Por um lado, a Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças conta com o montante de R\$ 3.848.000,00 para ações de divulgação e marketing do município e para realizar o festival de praia e festival nacional de pesca no município, ações voltadas aos esportes radicais, além de festividades do aniversário da cidade e ainda divulgação e ações nos espaços naturais.

Por outro lado, não fica claro nas respostas dos atores entrevistados, muito menos nas informações contidas no site oficial, nenhuma ação ou projeto para qualificação profissional, para capacitação e inserção no mercado de trabalho de possíveis agentes multiplicadores no turismo, muito menos audiências públicas que possam integrar os atores e grupos de atores quanto à ações de fortalecimento das políticas públicas para o Município.

Essa falta de diálogo entre os atores, a falta de participação com outros setores locais, bem como a não participação da comunidade local, mostram que o caminho para o fortalecimento do turismo em Barra do Garças ainda é longo e se desenha como um processo demorado e sem perspectiva de ocorrer.

Beni (2001), conforme trazido no Primeiro Capítulo evidenciou a necessidade de interação entre as partes, devendo contemplar todas as partes envolvidas, uma vez que a falta de estrutura e conhecimento, pode trazer efeitos devastadores, danos irreparáveis e o conseqüente declínio se não ocorrer equilíbrio dentro da operacionalidade do turismo na Localidade.

Salvati (2004) vem de encontro com essa preocupação, quando argumenta que integrar e combinar políticas públicas é algo que deve ser capaz de regular e direcionar o planejamento integrado do turismo enquanto parte de um desenvolvimento sustentável amplo, o que não vem ocorrendo em Barra do Garças, e o turismo precisa ser entendido pelos atores locais para que seja empreendido de modo responsável.

Moesch (2002) é pertinente quando argumenta que a produção do conhecimento turístico, e a necessidade de socializar as premissas de integração entre os agentes e setores locais, é fundamental para se construir um entendimento para que o turismo não seja apenas o gerador de renda e e sim algo que traga o desenvolvimento endógeno.

É inegável que tanto o Centro de Eventos pode se tornar um fator positivo para o turismo de eventos no Município, como a operacionalização de vôos domésticos comerciais diretos que ligam a Capital do Estado ao Município (já ocorrendo de segunda a sexta semanalmente), o que diminuiu a distância e tempo de viagem, pode permitir ações logísticas mais pertinentes.

Mas a falta de que se organize debate em todos os níveis, desde o desenvolvimento local, que pode começar com um fórum de desenvolvimento local, mais tarde esse fórum pode se transformar num conselho consultivo que com o tempo pode crescer para ser um conselho deliberativo, conforme defende Sachs (2007), é preciso.

A planificação estratégica precisa ser uma premissa para possibilitar que Barra do Garças tenha ferramentas que fortaleçam o município na rota de núcleos receptores no âmbito do turismo nacional e mundial, onde além do diálogo, é fundamental que se tenha fiscalização da forma como o turismo vem sendo conduzido pelos seus agentes locais.

A capacitação profissional precisa estar congruente nesse processo. O investimento em infraestrutura e ainda em logística de acesso se mostra necessário, mas a qualificação profissional e principalmente a participação incluída da comunidade, é extremamente necessária.

Quanto à infraestrutura, o estudo de acessibilidade às áreas de destinação turísticas nos espaços naturais e dos serviços realmente precisam estar alinhados, para que os itens básicos de serviços e equipamentos de apoio (saneamento básico, segurança, saúde, energia e comunicação,

transporte e mobilidade urbana) sejam analisados e façam parte dos diálogos com o COMTUR e demais serviços e equipamentos turísticos.

É preciso que os atores de todas as esferas que constituem o turismo e a realidade de Barra do Garças compreendam que sua participação, seja na tomada de decisão, seja na construção de políticas públicas, é essencial para construir ações e projetos turísticos.

Com a possível perenidade de fluxo de turistas, a capacitação de pessoas que trabalham no setor será essencial enquanto diferencial, para todas as esferas existentes, sejam os gestores públicos, sejam os demais agentes dentro da rede de cooperação turística.

Como defendem Gastal & Moesch (2007) e que com o processo de campo validamos enquanto pesquisador tal necessidade, o turismo precisa ter caráter de inclusão, com políticas que possam se tornar elo de articulação entre os agentes e esferas locais, de modo compartilhado, democrático e sustentável (GASTAL & MOESCH, 2007).

Os agentes públicos no âmbito estadual e municipal precisam alinhar ações e principalmente convergir com os atores locais sobre assuntos relacionados ao turismo enquanto atividade, para que se possa construir ações continuadas.

Isso porque conforme Molina (2000) já apresentou no início do presente trabalho, o planejamento do turismo deve ser visto como processo racional, para que possa assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico para auxiliar na elaboração de políticas públicas que contemplem a necessidade do desenvolvimento sustentável em Barra do Garças.

É preciso que se construa um processo de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao turismo em Barra do Garças, com dados que possam ser continuamente atualizados, permitindo avaliar os as ferramentas destinadas ao setor.

Os dispositivos legais que se fazem presentes no processo de construção do turismo precisam estar claros e ser trabalhados de maneira harmoniosa, para que a gestão do turismo e principalmente operacionalização das ações possam se tornar contínuas.

É evidente a necessidade em (re)organizar e (re)significar a estrutura de política e planejamento existente em Barra do Garças, com critérios elegíveis e claros para se buscar a participação coletiva no processo.

A pesquisa permitiu consolidar informações capazes de compreender que o potencial turístico no Município é grande, possui possibilidade de crescimento que torne a região um destino indutor do turismo não apenas no Araguaia, mas também dentro de Mato Grosso e quem sabe na região Centro Oeste.

É preciso estabelecer diálogo, possibilitar que exista participação no planejamento sustentável, fortalecendo assim o potencial local, com geração de emprego e renda e conseqüente desenvolvimento endógeno.

É possível que se busque construir esse turismo participativo e incluyente em Barra do Garças, vindo de encontro com os seis grandes objetivos presentes no Plano Nacional de Turismo (MTUR, 2004).

Isso pode permitir o incentivo do brasileiro a viajar; incremento da geração de divisas e a chegada de turistas internacionais; promoção da sustentabilidade, inclusão social e geração de emprego; aumento da competitividade do turismo local; fortalecimento da gestão descentralizada do turismo; preparo do turismo local para megaeventos.

Socializar as premissas de integração entre os agentes e setores locais, quanto à possibilidade do efeito multiplicador do turismo enquanto gerador de renda, mediante intercâmbio dos bens, da prestação de serviço e das tendências com base no fluxo turístico é um caminho.

É preciso empreender o turismo dentro de ações condizentes e aceitáveis de possíveis mudanças, com ordenamento territorial, monitoramento de possíveis impactos ambientais e instrumentos e incentivos econômicos para se alcançar o turismo sustentável, responsável.

Nortear os envolvidos quanto à importância e necessidade de um pensamento linear torna-se algo valioso diante da realidade cada vez mais excludente, possibilitando construir um novo caminho repleto de possibilidades.

A pesquisa de campo e a posterior aplicação dos questionários permitiram compreender que o turismo trabalhado em Barra do Garças precisa de muita atenção, uma vez que por ser desenvolvido em espaços naturais, as questões de sustentabilidade e estudo de impacto ambiental são reais.

O turismo no Município precisa começar a ser articulado com políticas setoriais coordenadas, clareza quanto aos objetivos, quanto as metas e quanto as prioridades. A presença e a participação dos demais atores locais no planejamento precisa ocorrer.

Conscientizar a todos quanto à ocupação indevida de espaços de caráter turístico, poluição ambiental, depredação de espaços públicos e demais impactos advindos do planejamento indevido ou ausência de planejamento nas localidades e/ou regiões turísticas.

O turismo precisa ser visto pelos agentes locais de modo inclusivo, onde as políticas possam se tornar elo de articulação entre os agentes e esferas locais, de maneira compartilhada, democrática e sustentável.

Promover qualidade de vida e inserção dos atores locais, com sinergia capaz de desencadear ou ampliar ações de apoio e promoção no âmbito social, econômico e cultural é o caminho para articular o turismo em Barra do Garças.

Fortalecer a identidade local vai depender da maturidade dos agentes locais no que tange a criação de ferramentas que possibilitem a participação democrática quanto ao desenvolvimento turístico do território.

Planejar o turismo e torná-lo instrumento para fortalecer a economia e os agentes que atuam no turismo no Município, diagnosticando o perfil local, as causas que podem estar restringindo a questão estrutural, as especificidades regionais e a necessidade de construir uma política com visão macro, pode ser o caminho para permitir que sejam norteadas e corrigidas as fragilidades sociais, ambientais, políticas e culturais existentes.

Tais ações de integração viriam ainda de encontro com as premissas da PNMT, para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística no âmbito municipal, mobilizando os agentes locais e conseqüentemente produzindo resultados através da implantação de ações e estratégias para o fomento do turismo.

O desenvolvimento do turismo em Barra do Garças precisa desse alinhamento para que as ações sejam trabalhadas com planejamento coordenado e participativo, que possa auxiliar nos resultados socioeconômicos do território.

A integração entre os órgãos de turismo municipais e estaduais, representantes da iniciativa privada, das instituições de ensino e do terceiro setor, através de debates, oficinas e reuniões setoriais e nacionais para compreender conceitos, definição de estratégias e planejamento de ações com vistas à promoção sustentável, precisa ocorrer.

Compreender as premissas da PNMT, suas orientações e ferramentas que auxiliam no acúmulo de experiências organizativas, além da produção de iniciativas que possam possibilitar a disseminação do conhecimento relacionado à Política Pública de Regionalização do Turismo seria um caminho viável.

Agregar a teoria das Diretrizes Operacionais da PNMT, seu conteúdo e princípios norteadores, estratégias de gestão e os módulos das etapas operacionais, atrelado à qualificação dos profissionais e das comunidades é vital para o turismo sustentável em Barra do Garças.

Inserir os atores locais ligados ao turismo no Município, buscando disseminar a necessidade da visão ampla e crítica do entendimento do processo de regionalização do turismo, embasado nos estágios, tempo, diversificação local, potencialidades, disponibilidade de recursos é um trabalho que precisa ocorrer.

Essa descentralização e compartilhamento de experiências e informações, através da articulação local a estruturação dos atrativos turísticos em Barra do Garças, pode se tornar um modelo a ser disseminado na região Araguaia, com base em diretrizes e estratégias como um novo referencial para o turismo, fortalecendo a cadeia do turismo local.

Construir iniciativas para apoiar a roteirização e integração local, qualificando os agentes locais e conseqüentemente a oferta, é pertinente para levar à formação dos gestores públicos e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo, para se construir um elo forte nessa rede participativa.

Os agentes locais precisam trabalhar de modo conjunto para compreender de modo detalhado o turismo local, para posteriormente elaborar e executar planos estratégicos, além de integralizar as ações junto ao Ministério do Turismo.

Alinhar estratégias de segmentação do turismo se mostra essencial no âmbito de orientar quanto ao desenvolvimento de produtos, promoção e

posicionamento de mercado, fortalecendo a vocação presente em Barra do Garças, para fortalecer a imagem local e estruturar os produtos e serviços existentes.

Não se pode deixar de lado a necessidade de se avaliar os resultados das ações desenvolvidas, de modo a construir instrumentos que auxiliem para aumentar a competitividade turística do município e para a Região Araguaia, com qualidade dos seus produtos e os possíveis impactos na economia local.

É preciso definir diretrizes para nortear o desenvolvimento do turismo em Barra do Garças, buscando ampliar a participação, o diálogo com a sociedade, a geração de oportunidades de emprego, a redução das desigualdades sociais e regionais, a sustentabilidade, o incentivo à inovação e ao conhecimento, a regionalização como suporte territorial para o planejamento, monitoramento e avaliação contínuos dos processos empregados.

Isso permitirá que o Turismo em Barra do Garças venha de encontro com os objetivos do Plano Nacional de Turismo (MTUR, 2004), incentivando o mato-grossense a viajar internamente; incrementando a geração de divisas e a possível chegada de turistas nacional e internacionais, com promoção da sustentabilidade, da inclusão social e a geração de emprego.

Pode ocorrer ainda o aumento da competitividade do turismo local, fortalecendo a gestão descentralizada, preparando o Município para eventos após a inauguração de seu Centro de Eventos.

Ander-Egg (1995) se mostra condizente com a preocupação evidenciada no decorrer de nosso Projeto, pois essas ações quanto ao Centro de Eventos e dos voos regulares são ferramentas pertinentes, mas complementares. O planejamento é o processo que precisa ser visto e trabalhado de modo contínuo e unitário.

Assim, sua compreensão permitirá quando necessário os ajustes no que diz respeito aos meios, atividades e fins que se deseja para uma região, não deixando de lado aspectos como a necessidade de se identificar os meios mais adequados para aplicação de recursos, organização das relações entre os meios e os objetivos, além da definição de pautas coerentes e condizentes com a realidade local (ANDER-EGG, 1995).

Isso mostra que é fundamental ampliar a participação e o diálogo, implementando políticas públicas insercivas, integrantes e condizentes com a realidade local.

É um caminho para regular e fortalecer o turismo no âmbito local, buscando investimentos, empregabilidade, geração de renda e caráter sustentável, contemplando as necessidades coletivas, com políticas públicas condizentes às especificidades presentes no território.

O estímulo ao desenvolvimento local precisa ocorrer de maneira organizada, coesa, onde a premissa da sustentabilidade no turismo ocorra para trazer equilíbrio dentro do sistema de turismo.

É fundamental que os atores locais compreendam essa necessidade de preservação nos espaços naturais, e não trabalhem o turismo em seu caráter exploratório, de massificação e visando apenas o lucro, pois a falta de conhecimento, integração e estrutura pode trazer efeitos devastadores e danos irreparáveis para os atrativos turísticos de Barra do Garças.

A partir do momento em que o turismo no município seja construído de modo integrador, planejado como instrumento para fortalecer a economia e os agentes regionais, diagnosticando o perfil local, as causas que vêm restringindo a questão estrutural e participativa, seu planejamento tem tudo para ganhar força e consolidar Barra do Garças no turismo receptivo a nível de Brasil.

As especificidades locais e a necessidade de construir uma política com visão macro precisa ser construída coletivamente, para permitir que os agentes locais avaliem as possibilidades de superação e contribuição do turismo.

Integrar os agentes locais ao ponto de que os mesmos possam entender a necessidade de se produzir coletivamente e perenemente possibilidades de interpretação e conhecimento da realidade local, das relações entre os moradores locais e o seu espaço, seu entorno, entre o homem e a natureza, é necessário na realidade em que se encontra hoje a maneira como vem sendo conduzido o turismo em Barra do Garças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do presente trabalho, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Turismo do CET – UnB, nasceu da inquietação que sempre permeou os pensamentos do pesquisador em compreender o planejamento e políticas públicas voltados ao turismo no estado de Mato Grosso.

O processo de discussão e busca pela compreensão do turismo desenvolvido em municípios com potencial turístico em Mato Grosso, permitiu enriquecer o conhecimento quanto aos conceitos epistemológicos do Turismo, de Desenvolvimento Endógeno, das Políticas Públicas voltadas ao Turismo, e da história e realidade locais presentes em Barra do Garças.

De um lado é correto afirmar que por fazer parte do novo Mapa do Turismo Brasileiro, tendo atendido os critérios mínimos solicitados pela Secretaria Adjunta de Estado de Desenvolvimento do Turismo, Barra do Garças está um passo a frente dos demais municípios da Região Araguaia em Mato Grosso.

Mas apenas estar como oferta prioritária do turismo não faz de Barra do Garças um município devidamente formatado e preparado para receber os turistas e fomentar a atividade na região.

Existem ruídos entre os poderes municipal e estadual, entre os atores e grupos de atores locais, seja com relação a ações e programas voltados ao turismo, seja quanto à ausência de capacitação profissional perene.

A premissa sustentável não se mostra prioritária na visão dos atores locais, e se torna um ponto de atenção, visto que por se tratar quase que prioritariamente de turismo em espaços naturais, tal preocupação é vital para a manutenção do turismo, seja por parte dos gestores e atores locais, seja por parte dos turistas.

O Sistema de Turismo precisa ser compreendido, mediante suas nuances e peculiaridades, seja no que diz respeito aos subsistemas (ecológico, social, econômico e cultural), seja quanto à oferta e demanda turística existente na localidade, seja quanto aos interlocutores responsáveis pelos serviços e equipamentos de apoio e serviços e equipamentos turísticos presentes na superestrutura e infraestrutura do turismo em Barra do Garças.

As ações para o turismo em Barra do Garças, precisam ocorrer de modo integrado, alinhado entre todos os entes, de modo planejado e estratégico, para possibilitar que Barra do Garças tenha ferramentas que fortaleçam o município na rota de núcleos receptores no âmbito do turismo nacional e mundial, com fiscalização da forma como o turismo vem sendo conduzido pelos seus agentes locais.

O desafio para os responsáveis pelo planejamento e empreendimento do turismo em Barra do Garças, a fim de promover um turismo planejado e sustentável, é grande. A possível perenidade de fluxo de turistas, advinda do novo Centro de Convenções e dos vôos regulares, precisa possibilitar que seja estabelecido um processo de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao turismo, com dados que possam ser continuamente retroalimentados, permitindo avaliar as ferramentas destinadas ao setor.

A necessidade em (re)organizar e (re)significar a estrutura de política e planejamento existente em Barra do Garças, com critérios elegíveis e claros para se buscar a participação coletiva no processo deve ser considerada.

O potencial turístico no Município é grande, existe a possibilidade de crescimento que torne a região um destino indutor do turismo não apenas no Araguaia, mas também dentro de Mato Grosso e quem sabe na região Centro Oeste.

Com o decorrer da pesquisa, e a conseqüente aplicação dos questionários, foi possível observar que da maneira como o turismo é trabalhado hoje em Barra do Garças, mostra-se como um modelo de baixa participação dos atores locais, e ainda com ações desconexas.

Tal fato tem trazido impactos diretos na organização e também na estruturação do turismo, sem o planejamento participativo, tão necessário para fomentar de modo correto o turismo local que, em caso de aceitação da comunidade local, possa promover o desenvolvimento na região.

É preciso empreender o turismo dentro de ações condizentes e aceitáveis de possíveis mudanças, com ordenamento territorial, monitoramento de possíveis impactos ambientais e instrumentos e incentivos econômicos para se alcançar o turismo sustentável, responsável.

A premissa quanto à estruturação e estudo de capacidade de carga e impactos ambientais, caso não esteja nas diretrizes do turismo no Município,

pode trazer problemas quanto à ocupação indevida de espaços de caráter turístico, poluição ambiental, depredação de espaços públicos, todos impactos advindos do planejamento indevido ou ausência de planejamento em Barra do Garças e seus atrativos turísticos.

Fortalecer a identidade local vai depender da maturidade dos agentes locais no que tange a criação de ferramentas que possibilitem a participação democrática quanto ao desenvolvimento turístico do território.

Planejar o turismo e torná-lo instrumento para fortalecer a economia e os agentes que atuam no turismo no Município, diagnosticando o perfil local, as causas que podem estar restringindo a questão estrutural, as especificidades regionais e a necessidade de construir uma política com visão macro, pode ser o caminho para permitir que sejam norteadas e corrigidas as fragilidades sociais, ambientais, políticas e culturais existentes.

Tais ações de integração viriam ainda de encontro com as premissas da PNMT, para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística no âmbito municipal, mobilizando os agentes locais e conseqüentemente produzindo resultados através da implantação de ações e estratégias para o fomento do turismo.

Compreender as premissas da PNMT, suas orientações e ferramentas que auxiliam no acúmulo de experiências organizativas, além da produção de iniciativas que possam possibilitar a disseminação do conhecimento relacionado à Política Pública de Regionalização do Turismo seria um caminho viável.

Agregar a teoria das Diretrizes Operacionais da PNMT, seu conteúdo e princípios norteadores, estratégias de gestão e os módulos das etapas operacionais, atrelado à qualificação dos profissionais e das comunidades é vital para o turismo sustentável em Barra do Garças.

Inserir os atores locais ligados ao turismo no Município, buscando disseminar a necessidade da visão ampla e crítica do entendimento do processo de regionalização do turismo, embasado nos estágios, tempo, diversificação local, potencialidades, disponibilidade de recursos é um trabalho que precisa ocorrer.

Os agentes locais precisam trabalhar de modo conjunto para compreender de modo detalhado o turismo local, para posteriormente elaborar

e executar planos estratégicos, além de integralizar as ações junto ao Ministério do Turismo e entre as Secretarias Municipal e Estadual de Turismo.

É um caminho para regular e fortalecer o turismo no âmbito local, buscando investimentos, empregabilidade, geração de renda e caráter sustentável, contemplando as necessidades coletivas, com políticas públicas condizentes às especificidades presentes no território, onde fica como sugestão que essa pesquisa torne-se uma possibilidade de ser utilizada como referência para futuros estudos sobre o turismo na região Araguaia.

As informações levantadas e construídas nesse Projeto podem levar a diversas vertentes de pesquisa e ainda possibilitar a realização de estudos da comunidade e das transformações ocorridas, onde se espera que o presente documento permita acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, da comunidade local.

É preciso criar essa consciência de que o planejamento turístico não é capaz de resolver todos os problemas existentes, mas seu caráter colaborativo pode e deve trazer contribuições para organizar os arranjos locais e o caráter sustentável e integrador do turismo.

Dessa forma, compreender a dinâmica econômica local, identificando e hierarquizando políticas de desenvolvimento endógeno sustentável é um caminho, para se operacionalizar as teorias trabalhadas no presente projeto, atrelando-as ao turismo e realidade encontrada em Barra do Garças.

Conclui-se esse tópico, reforçando a necessidade de que a partir do momento em que o turismo no município venha a ser construído de modo integrador, planejado, como instrumento para fortalecer a economia e os agentes regionais, diagnosticando o perfil local, as causas que vêm restringindo a questão estrutural e participativa, seu planejamento tem tudo para ganhar força e consolidar Barra do Garças no turismo receptivo não apenas em âmbito local, como regional, nacional e quem sabe, mundial.

## REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a la planificación – Colección política, servicios y trabajo social**. Buenos Aires: LUMEN, 1995.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Turismo. Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão – Desenvolvimento Regional, Rede de Produção e Clusters**. São Paulo: Manole, 2012.

\_\_\_\_\_. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOISIER, Sérgio. **Desarrollo (Local): ¿De qué estamos hablando?** Artículo publicado em Madoery, Oscar y VázquezBarquero, Antonio (eds.), Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local. Editorial Homo Sapiens, Rosario, 1999. Disponível em <<http://tecrenat.fcien.edu.uy/Economia/clases/boisier.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a Caixa-preta e o Projeto Político**, 1996. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes políticas**. Brasília, 2004b.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável – Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental – Caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CELLARD, André. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DEMO, Pedro. **Dialética do conhecimento científico**. IN: Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

DE OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª edição. São Paulo: Vozes, 2007.

ECHAVARRÍA, Corina. In Ivo, A. **Participação e desenvolvimento. Dicionário temático de desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas (pp. 358-363)**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013.

ENDÓGENO. **Infopédia – Dicionários On Line Porto Estrela, 01 abr. 2017**. Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/end%C3%B3geno>>. Acesso em 01abr. 2017.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

HALL, Colin Michael. **Planejamento do Turismo: política, processos e relacionamentos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004

IVO, Anete B. L. **Dicionário temático de desenvolvimento e questão social:81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013.

LIMA, Jamille S. **Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil: fundamentos, pressupostos e conceitos**. In: XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Analesdel XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, Peru 2013. Disponível em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/05.pdf>> Acesso em 22 de novembro de 2016.

LIMA, Marcos Costa. In Ivo, A.**Desenvolvimento: Atualização da Noção.Dicionário temático de desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas (pp. 93-101)**.São Paulo: Annablume, 2013.

LÖFFLER, Elke. **Governance: Die neue Generation von Staats- und Verwaltungs- modernisierung. Verwaltung + Management**, v. 7, n. 4, p. 212-215, 2001.

MESQUITA, Westerlei Sousa. **Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo. Caderno Virtual de Turismo**, vol. 06, nº03, 2006.

MOESCH, Marutschka Martini. **A Produção do Saber Turístico**. Contexto:São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia social do turismo**.TeseDoutorado - ECA USP, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A origem do conhecimento, o lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo.** Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MOLINA, Sérgio. **Conceptualización del turismo.** México: Limusa, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

NERY, Tiago. In Ivo, A. **Cepal: Noção de desenvolvimento. Dicionário temático de desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas (pp. 44-53).** São Paulo: Annablume, 2013.

OLIVEIRA, Gilson Batista; LIMA, José Edmilson de Souza. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento regional.** Revista **FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

PAIVA, Carlos A. **O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável? In Segundas Jornadas de História Regional Comparada, simpósio E4-07,** Porto Alegre, 2005. Anais. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E4-07.pdf>> Acesso em 15 de novembro de 2016.

PEREIRA, A. P. Potyara. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. P. 87-108.** In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo – Tendências Contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Primeiras Intervenções.** In: Nascimento, Elimar; Viana, João Nildo. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil - Idéias Sustentáveis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SALVATI, Sérgio S. **Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas** – Brasília: WWF Brasil, 2004.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão.** 2ª edição. São Paulo: Nobel, 1993.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, EsteraMuszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Volume. 8, número. 2, p. 344-369. Taubaté, SP: 2012. Disponível em:<<http://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/679/296>> Acesso em 20 de novembro de 2016.

WOLFE, Marshall. **Desenvolvimento. Para que e Para quem?Indagações sobre política social e realidade político-social**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1976.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## **ANEXOS**

**MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E  
AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA**



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas no Município de Barra do Garças (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento do Turismo Endógeno no Município”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Área de atuação: \_\_\_\_\_

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?  
( ) sim ( ) não
2. Têm conhecimento de algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?
3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?
4. Qual seria hoje o perfil do turista de Barra de Garças?
5. Quais as principais dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças?
6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?
7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?
8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?
9. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

## MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: CONSELHO MUNICIPAL DETURISMO DE BARRA DO GARÇAS



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas no Município de Barra do Garças (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento do Turismo Endógeno no Município”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Área de atuação: \_\_\_\_\_

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?  
( ) sim ( ) não
2. Têm conhecimento de algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?
3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?
4. Qual seria hoje o perfil do turista de Barra de Garças?
5. Quais as principais dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças?
6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?
7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?
8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?
9. No momento, há projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?
10. Há articulação entre a Instância de Governança e os roteiros turísticos da Região? Explique.

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

## MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: COMUNIDADE LOCAL



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas no Município de Barra do Garças (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento do Turismo Endógeno no Município”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Área de atuação: \_\_\_\_\_

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?  
( ) sim ( ) não
2. Têm conhecimento de algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?
3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?
4. Qual seria hoje o perfil do turista de Barra de Garças?
5. Quais as principais dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças?
6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?
7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?
8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?
9. Quais atrativos turísticos você considera mais pertinentes no município?
10. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

**MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: SECRETARIA ADJUNTA  
DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO  
(COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA)**



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: \_\_\_\_\_

Funcionário da Secretaria Estadual de Turismo de MT? ( ) sim ( ) não.

Área de Atuação: \_\_\_\_\_

Formação? \_\_\_\_\_

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?  
( ) sim ( ) não
2. Existe hoje algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?
3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Estadual (SEDTUR) e suas ações na região Araguaia?
4. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?
5. Quais seriam, na sua opinião, os principais atrativos turísticos de Barra do Garças?
6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?
7. Qual a perspectiva na visão da SEDTUR para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?
8. Qual a perspectiva na visão da SEDEC para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?
9. No momento, há conhecimento da SEDTUR de projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?
10. Há articulação entre a Instância de Governança Estadual (SEDTUR) com a Municipal voltada para os roteiros turísticos da Região? Explique.

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

**MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: SECRETARIA ADJUNTA  
DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO  
GROSSO (COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO DO  
TURISMO)**



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas no Município de Barra do Garças (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento do Turismo Endógeno no Município”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: \_\_\_\_\_

Funcionário da Secretaria Estadual de Turismo de MT? ( ) sim ( ) não.

Área de Atuação: \_\_\_\_\_

Formação? \_\_\_\_\_

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?  
( ) sim ( ) não
2. Existe hoje algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?
3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Estadual (SEDTUR) e suas ações na região Araguaia?
4. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?
5. Quais seriam, na sua opinião, os principais atrativos turísticos de Barra do Garças?
6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?
7. Qual a perspectiva na visão da SEDTUR para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?
8. Qual a perspectiva na visão da SEDTUR para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?
9. No momento, há conhecimento da SEDTUR de projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?
10. Há articulação entre a Instância de Governança Estadual (SEDTUR) com a Municipal voltada para os roteiros turísticos da Região? Explique.

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

## MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: SECRETARIA DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas no Município de Barra do Garças (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento do Turismo Endógeno no Município”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: \_\_\_\_\_

Área de Atuação: \_\_\_\_\_

Funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças?

( ) sim ( ) não.

Período em que trabalhou? \_\_\_\_\_

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?

( ) sim ( ) não

2. Existe hoje algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?

3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?

4. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?

5. Quais seriam, na sua opinião, os principais atrativos turísticos de Barra do Garças?

6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?

7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?

8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?

9. No momento, há projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?

10. Há articulação entre a Instância de Governança e os roteiros turísticos da Região? Explique.

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

**MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA: SEMPHOSBAVIYUH –  
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE  
BARRA DO GARÇAS**



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas no Município de Barra do Garças (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento do Turismo Endógeno no Município”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Ocupa algum cargo? ( ) sim ( ) não.

Se sim, qual cargo ocupa? \_\_\_\_\_

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?  
( ) sim ( ) não
2. Têm conhecimento de algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?
3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?
4. Qual seria hoje o perfil do turista de Barra de Garças?
5. Quais as principais dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças?
6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?
7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?
8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?
9. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

## APÊNDICES

## APÊNDICE I: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS



Universidade de Brasília

Centro de Excelência em Turismo

Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada "O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região", que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: MÔNICA FOMMENA PORZO

Área de Atuação: TURISMO

Funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças?  
 sim ( ) não.

Período em que trabalhou? 2013 (JAN) A 2016 (JAN) ANUAL

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?

sim ( ) não .

2. Existe hoje algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO  
 MINISTÉRIO DO TURISMO

3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?

BOA, NA MEDIDA EM QUE BUSCA DIVULGAR  
 E PROMOVER OS ATRATIVOS A NÍVEL NACIONAL,  
 PARTICIPA DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E  
 MANTÉM UM FORTE CALENDÁRIO DE EVENTOS.

4. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?

LOGÍSTICA PRECARIA E PRODUTOS TURÍSTICOS  
 AINDA NÃO FORMATADOS PARA VENDA POR  
 OPERADORES NACIONAIS.

ALÉM DISSO, OS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS  
 CARIAM DE PESSOAL QUALIFICADO.

5. Quais seriam, na sua opinião, os principais atrativos turísticos de Barra do Garças?

PARQUE DAS ÁGUAS QUENTES - SAÚDE, DESCANSO E LAZER  
RIOS GARÇAS E ARAGUAIA - PRAIAS, PESCA E NÁUTICA  
SERRA DO RONCADOR - ECOTURISMO E MISTICISMO  
PARQUE DA SERRA AZUL - ECOTURISMO

6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?

VÁRIOS CURSOS FORAM OFERTADOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS, PORÉM OS EMPREENSARIOS DO SETOR NÃO SE CONSCIENTIZAVAM EM INSCREVER SEU PESSOAL.

7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?

AS MELHORES POSSÍVEIS, VISTO QUE BARRA É UMA CIDADE VOCACIONADA PARA EVENTOS: ÓTIMA ESTRUTURA E GRANDE ATRABILIDADE. JÁ EXISTE A DEMANDA PARA EVENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, PORÉM NÃO EXISTEM ESPAÇOS ADEQUADOS.

8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?

O VOO DA AZUL CONTRIBUIU MUITO PARA A MELHORA DA LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO. NO MOMENTO EM QUE HOUVER A LIGAÇÃO COM GOIÂNIA OU BRASÍLIA, VAMOS ESTAR COM A LOGÍSTICA

9. No momento, há projetos em parcerias público-privadas voltados ao porfeta-turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?

TODOS OS GRUPOS DO CALONDIÁRIO, A PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E A PRODUÇÃO DE FOLHETIMIA. O PRINCIPAL PARCEIRO ARTICULADOR É O COMITÊ ANAVÉS DO FUMTUK

10. Há articulação entre a Instância de Governança e os roteiros turísticos da Região? Explique.

SIM, ANAVÉS DO COMITÊ DE ATENDIMENTO AO TURISTA (CAT) E DA DIVULGAÇÃO DOS PARCEROS DO TRAJE TURÍSTICOS INSCRITOS NO CADASTRO.

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

## APÊNDICE II: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS



Universidade de Brasília

Centro de Excelência em Turismo

Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada "O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região", que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: Fernando Mundim Penteado

Área de Atuação: Administrativa

Funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças?

sim ( ) não.

Período em que trabalhou? Janeiro e fevereiro de 2017

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?

sim ( ) não.

2. Existe hoje algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual? Sim, regulamentação do Aeroporto de B. Garças; implantação de voos regionais; reforma, construção e manutenção dos pontos turísticos públicos; apoio na execução do calendário turístico do

3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal? Bom, a secretaria municipal de turismo tem se empenhado para atender as demandas apresentadas na questão anterior

4. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?

Não

5. Quais seriam, na sua opinião, os principais atrativos turísticos de Barra do Garças?

- 1º Águas quentes
- 2º Ilhas Garças e Iriguiara
- 3º Serra do Roncoalar
- 4º Parque Estadual da Serra Azul
- 5º Trilhos e cachoeiras da Serra do Taquival.

6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual? *Sim.*

Cursos de condutores de turismo;  
 Cursos de gestão de turismo;  
 Cursos de melhoria no atendimento voltado para hotéis, bares, restaurantes e similares;

Cursos de graduação em turismo em Nova Xavantina - MT

7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções? *Com um local apropriado para realização de eventos de grande e médio porte oferecidos para o público em geral e ou específicos, este público irá utilizar-se do Centro de Convenções, comércio local, hotéis, atividades recreativas e de lazer.*

8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul? *Uma maior facilidade para atrair visitantes, principalmente de Curitiba.*

9. No momento, há projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?

*Não tenho conhecimento de todos mas ~~podem~~ posso citar a parceria para implantação de eventos e ampliação de linhas aéreas*

10. Há articulação entre a Instância de Governança e os roteiros turísticos da Região? Explique.

*Não tenho conhecimento*

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

### APÊNDICE III: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS



Universidade de Brasília

Centro de Excelência em Turismo

Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada "O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região", que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: Mikael Elias de Souza

Área de Atuação: Gestão de Segurança Aeroespacial

Funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças?  
 sim ( ) não.

Período em que trabalhou? Atualmente

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?

sim ( ) não

2. Existe hoje algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual? não tenho documento

3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal? Exelente. Trabalhando de forma correta, buscando recursos para eventos, shows e novas estruturas que ~~fortalecer~~ fortalecem ainda mais o turismo e a economia da cidade.

4. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades? Sim.

por conta de crise que o país enfrenta e também por paralizações e restrições indevidas por parte do Ministério Público.

5. Quais seriam, na sua opinião, os principais atrativos turísticos de Barra do Garças?

Serra do Ronador, Aguas Quentes, Poções, Parque Estadual de Serra Azul, Rio Preto.

6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?

Não.

7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?

Será um espaço que o muito tempo vem faltando em Barra do Garças, melhorando as condições de grandes eventos que venham acontecer em nossa cidade.

8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?

As melhores possíveis só que é um meio de transporte rápido, barato e bem acessível fortalecendo ainda mais a economia da cidade só que o fluxo de visitantes ~~tem~~ tem um grande aumento.

9. No momento, há projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?

Não tenho conhecimento

10. Há articulação entre a Instância de Governança e os roteiros turísticos da Região? Explique.

Sim, o atual governo da cidade se mostra sempre aberto a receber novos projetos e roteiros turísticos dando o apoio necessário para que novidades venham fortalecer ainda mais o turismo.

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

**APÊNDICE IV: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS**



Universidade de Brasília  
 Centro de Excelência em Turismo  
 Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada "O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região", que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: Simone de Souza Alves

Área de Atuação: Administrativa

Funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Barra do Garças?  
 sim ( ) não.

Período em que trabalhou? 2002 à 2017

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?

( ) sim () não ( tem potencial, mas falta muito para ser considerado um município turístico).

2. Existe hoje algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?

Não que eu conheça

3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?

Vem trabalhando bastante para que o município possa ser considerado turístico.

4. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?

Sim, falta de interesse dos meios que agregam o turismo.

5. Quais seriam, na sua opinião, os principais atrativos turísticos de Barra do Garças?

Cachoeiras, Serra Azul, Parque das Águas Quentes, Rio Araguaia, misticismo.

6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual? *Sim*

Cursos na área de hotelaria, bares, atendimento ao público.

7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?

Vamos poder ministrar palestras para um grande número de pessoa, com varias temas.

8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?

É mais um meio de locomoção para os turistas de outras partes do Brasil.

9. No momento, há projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?

Não sei.

10. Há articulação entre a Instância de Governança e os roteiros turísticos da Região? Explique.

não sei

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

## APÊNDICE V: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BARRA DO GARÇAS



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada "O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região", que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

Nome: Nivaldo Carrea Neto

Formação: Pós Graduação

Área de atuação: Empresário na Área de Alimentação

1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?

sim ( ) não

2. Têm conhecimento de algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?

Cadastro e Regionalização do Turismo, e alguns eventos dentro da Promoção Municipal, Carnaval, encontro de notas.

3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?

Atenta, sempre tem conhecimento da busca de recursos em órgão estadual e Federal, para realização de eventos.

4. Qual seria hoje o perfil do turista de Barra de Garças?

Representantes Comerciais, funcionários públicos e serviços e em período de evento, principalmente temporada de praia família.

5. Quais as principais dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças?

1º Entendimento dos órgãos como IBAMA, SEMA e outros para celebrar nos cursos.

2º A própria comunidade valorizar a sua riqueza.

6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?

~~Sim, projetos~~

• Em princípio não tem conhecimento, nem mesmo alguns cursos.

7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?

• Eventos, cursos, trazendo para a cidade um maior público voltado ao turismo.

8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?

Demonstrar todo o potencial que temos com a riqueza da natureza.

9. No momento, há projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?

Não tenho conhecimento.

10. Há articulação entre a Instância de Governança e os roteiros turísticos da Região? Explique.

Não

Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.

**APÊNDICE VI: ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAL DA  
SECRETARIA ADJUNTA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO  
TURISMO DE MATO GROSSO (COORDENAÇÃO DE PESQUISA E  
PLANEJAMENTO DO TURISMO)**



Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

**Nome:** Diego Augusto Orsini Beserra

**Funcionário do Órgão Estadual de Turismo de MT? (x) sim ( ) não.**

**Área de Atuação:** Coordenadoria de Pesquisa e Planejamento do Turismo, que tem por finalidade coordenar e realizar levantamentos de dados e informações para subsidiar a formulação, implantação e avaliação de políticas de turismo.

**Formação:** Bacharel em Turismo, pós-graduado em planejamento do turismo em áreas naturais.

**1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?**  
(x) sim ( ) não

**2. Existe hoje algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?**

Sim. O município integra o Mapa de Regionalização do Turismo em Mato Grosso e, conseqüentemente, o Mapa do Turismo Brasileiro, por meio do Programa de Regionalização do Turismo. Nesse sentido, Barra do Garças está inserido na Região Turística Portal do Araguaia, apresentando-se como importante destino na referida região. Ademais, o município foi contemplado com a construção do Centro de Convenções, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PRODESTUR), tendo sido beneficiado, também, com pelo Programa Voe MT, que permitindo a redução da base de cálculo do ICMS sobre combustíveis para aviação regional, desonerou custos de operação do trecho Cuiabá / Barra do Garças / Cuiabá, favorecendo o turismo no município.

**3. Como você avalia a atuação do Órgão Estadual de Turismo e suas ações na região Araguaia?**

Satisfatória, uma vez que possui intervenções diretas no destino, em áreas importantes para o desenvolvimento da atividade turística.

**4. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?**

Sim. A dimensão territorial e a distância entre os municípios que compõem a região, embora não impeditivas, dificultam a articulação dos destinos e, conseqüentemente, o processo de organização e planejamento no âmbito regional.

**5. Quais seriam, na sua opinião, os principais atrativos turísticos de Barra do Garças?**

Dentre os vários atrativos turísticos podem-se destacar: Praias do rio Araguaia, Parques Estadual Serra Azul, Parque das Águas Quentes, Serra do Roncador e Complexo de Cachoeira do Bateia.

**6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?**

*Solicitei informações da Coordenadoria de Estruturação e Qualificação Turismo, responsável pelo tema, entretanto, não obtive retorno até o momento do envio deste questionário. Contatos: [qualificacaoturismo@sedec.mt.gov.br](mailto:qualificacaoturismo@sedec.mt.gov.br) / (65) 3613-9303.*

**7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?**

O Turismo de Negócios e Eventos configura-se como um promissor segmento da atividade turística, sobretudo no sentido de mitigar impactos causados pela sazonalidade própria do turismo. O equipamento potencializará a demanda de eventos envolvendo os mais de 37 municípios, que juntos abrangem uma população de aproximadamente 600 mil habitantes e formam, nos estados de Mato Grosso e Goiás, o Vale do Araguaia. Portanto, sua perspectiva se dará como importante indutor para o incremento do turismo de eventos, que somado a outras ofertas e a localização privilegiada, atuando como município polo da região, contribuirá para ampliação e consolidação do fluxo de visitantes.

**8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?**

Considerando que o acesso é fator fundamental para que a atividade turística ocorra, acreditamos que a iniciativa contribuirá para a ampliação do fluxo de visitantes no município e região.

**9. No momento, há projetos em parcerias público-privadas voltados ao turismo em Barra do Garças ou Região Araguaia?**

Por parte da Secretaria Adjunta de Turismo, ainda não há projetos realizados em parceria público-privada.

**10. Há articulação entre o Órgão de Turismo Estadual com o Municipal voltado para os roteiros turísticos da Região? Explique.**

Sim. A abordagem do turismo tratada de forma regionalizada e a proposta de organização, por meio de instância de governança regional, já induz o fomento a roteirização no desenvolvimento de produtos turísticos.

**Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.**

## APÊNDICE VII: ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DA COMUNIDADE LOCAL



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo  
Mestrado Profissional em Turismo

Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

**Nome:** José Juarez dos Reis Guimarães

**Formação:** Consultor de Marketing em Educação Ambiental Sustentável e técnico agrícola do INCRA, lotado na (UAVA) UNIDADE AVANÇADA VALE DO ARAGUAIA.

**Área de atuação:** Técnico do INCRA. E articulador dos projetos agromel, agrofloresta e apicultura e dos projeto café sombreado, baru o ouro do cerrado, turismo rural no Assentamento Serra Verde (município de Barra do Garças-MT e da associação)

**1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?**

**( X ) sim ( ) não**

**2. Têm conhecimento de algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual? Não, nenhum**

**3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal? Precária**

**4. Qual seria hoje o perfil do turista de Barra de Garças? Classe média**

**5. Quais as principais dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças?** Falta de estrutura e divulgação

**6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?** Curso de turismo da UNEMAT, Campus de Nova Xavantina

**7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?** Tudo depende de apoio o que nos não temos. Aqui tem possibilidade de tornar um dos maiores polo de turismo do Brasil.

**8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?** Ótima pois vamos ter outro publico só que precisa qualificar os agentes de turismo para melhor atender os turistas de classe alta

**9. Quais atrativos turísticos você considera mais pertinentes no município?** Puxando sardinha pra minha brasa o turismo rural nos assentamentos da reforma agrária.

**10. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?** Não só precisa de articulação, pessoas certas nos locais certos, para coordenar o turismo regional.

**Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.**

## APÊNDICE VIII: ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DA COMUNIDADE LOCAL



Esta entrevista é parte integrante de dissertação intitulada “O Turismo e as Políticas Públicas na Região do Vale Araguaia (MT): Condicionantes e Perspectivas para o Desenvolvimento Endógeno da Região”, que busca compreender como vêm sendo trabalhadas políticas de turismo e investimentos voltados à infraestrutura turística, qualificação e participação da comunidade local.

**Nome:** *Antonio Carlos Marques de Araújo.*

**Formação:** *Marketing*

**Área de atuação:** *Guia Turístico Regional*

**1. Barra do Garças pode ser considerado um município turístico?**

sim ( ) não

**2. Têm conhecimento de algum programa ou ação voltado para Barra do Garças no que se refere ao turismo? Qual?**

*Não conheço nenhum.*

**3. Como você avalia a atuação da Instância de Governança Turística Municipal?**

*A secretaria que administra essa pasta pouco se faz com relação o desenvolvimento turístico, as decisões são tomadas isoladamente somente quando se organiza evento. Evento esse como motorcycle, temporada de praia.*

*Minha avaliação é PESSÍMA.*

**4. Qual seria hoje o perfil do turista de Barra de Garças?**

*Temos o período sazonal como temporada de praias e feriados prolongados, mas recebemos turistas praticamente o ano todo, recebemos turistas de vários estados e de algumas partes do mundo. Pessoas que vem em busca da tão falada serra do roncador com mistérios, encantos e lendas.*

*Recebemos turistas de todo perfil, mas o que vem com mais frequência é o místico justamente por causa dos mistérios da serra do roncador.*

**5. Quais as principais dificuldades e desafios para que o turismo possa se desenvolver em Barra do Garças?**

*Percebo que não há um envolvimento entre poder público e pessoas que trabalham conduzindo turistas, o que resultaria numa padronização de serviços e produtos.*

*O maior desafio seria por parte do poder público em buscar soluções a essa padronização e formatação turística.*

**6. Tem conhecimento de algum instrumento de qualificação em turismo aplicado em Barra do Garças ou Região Araguaia? Qual?**

*A escola técnica Secitec, último curso realizado em 2014.*

**7. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com a inauguração do Centro de Convenções?**

*Muito positivo... Assim podemos realizar workshop, divulgando melhor nossos potenciais e pontos turísticos da região.*

*Atraindo visitantes e moradores locais.*

**8. Qual a perspectiva para o turismo em Barra do Garças com o lançamento de vôos domésticos pela Azul?**

*Temos muitas vantagens quanto aos vôos domésticos. Isso facilita o acesso. Os finais de semana e feriados serão mais aproveitados. Anteriormente pra se fazer uma viagem da capital à Barra do Garças levaria em torno de 12 horas. Chegada e retorno.*

**9. Quais atrativos turísticos você considera mais pertinentes no município?**

*Considero o carro chefe pra região, a Serra do Roncador.*

**10. Acredita que existem dificuldades para implantar um planejamento turístico na Região Araguaia? A que se atribuem tais dificuldades?**

*Falta de flexibilidade do poder público.*

**Muito obrigado pelo seu tempo e pela sua contribuição.**

**APÊNDICE IX: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BARRA DO GARÇAS (MT) LEI 3.723 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015**



**ESTADO DE MATO GROSSO**

***Prefeitura Municipal de Barra do Garças***

**LEI Nº 3.723, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2.015.**

(Projeto de Lei nº 062/2015, de autoria do Executivo)

“Estima a Receita e fixa as Despesas do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2.016”.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO FARIAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município financeiro de 2.016, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita em R\$ 174.000.000,00 (CENTO E SETENTA E QUATRO MILHÕES DE REAIS), e fixa a despesa em igual importância.

Art 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes de Capital, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

**01 – RECEITAS CORRENTES**

1.1 – Receita Tributária .....	R\$ 20.541.860,00
1.2 – Receita de Contribuições .....	R\$ 4.597.980,00
1.3 - Receita Patrimonial .....	R\$ 6.756.920,00
1.4 – Transferências Correntes .....	R\$ 110.509.080,00
1.5 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 7.748.040,00
1.6 - Conta Retificadora (-) .....	R\$ 10.544.604,00

**02 – RECEITA DE CAPITAL**

2.1 – Operações de Crédito .....	R\$ 5.000.000,00
2.2 – Transferência de Capital .....	R\$ 28.760.724,00

**02 – RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA**

3.1 – Transferências intra-orçamentárias .....	R\$ 630.000,00
--	----------------



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
*Prefeitura Municipal de Barra do Garças*

**02 – POR SUBFUNÇÕES E GOVERNO**

SUB-FUNÇÃO / EXERCÍCIO	2.014
031 - Ação Legislativa	4.824.330,00
121 - Planejamento e Orçamento	612.000,00
122 - Administração Geral	4.325.000,00
123 - Administração Financeira	3.442.400,00
124 - Controle Interno	12.000,00
125 - Normatização e Fiscalização	620.000,00
128 - Formação de Recursos Humanos	3.216.040,00
131 - Comunicação Social	1.374.000,00
153 - Defesa Terrestre	12.000,00
182 - Defesa Civil	48.000,00
241 - Assistência ao Idoso	236.000,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	170.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	1.110.000,00
244 - Assistência Comunitária	3.450.020,00
271 - Previdência Básica	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	6.996.000,00
301 - Atenção Básica	9.800.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.481.632,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	2.500.000,00
304 - Vigilância Sanitária	70.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	297.020,00
306 - Alimentação e Nutrição	1.250.000,00
361 - Ensino Fundamental	32.620.000,00
365 - Educação Infantil	5.604.240,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	60.000,00
392 - Difusão Cultural	873.000,00
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	372.000,00
451 - Infra-estrutura urbana	30.341.846,00
452 - Serviços Urbanos	13.547.000,00
542 - Controle Ambiental	332.000,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	1.909.000,00
602 - Promoção da Produção Animal	12.000,00
691 - Promoção Comercial	200.000,00
695 - Turismo	3.848.000,00
841 - Refinanciamento da Dívida Interna	1.750.000,00